

## AECIM TOCANTINS

Conselheiro Aecim Tocantins foi o primeiro Secretário *ad-hoc* do TCE-MT, de 1954 a 1959, e assumiu a vaga do Conselheiro Manoel José de Arruda.

Filho de Odorico Ribeiro dos Santos Tocantins e Alice Borges Tocantins, Aecim nasceu na cidade de Cuiabá a 8 de junho de 1923, numa família de intelectuais, da qual podemos ressaltar seu irmão Amidicis Tocantins.<sup>1</sup>

Das lembranças de sua infância e adolescência, o Dr. Aecim recordou:

*Eu tive a felicidade de ter um contato muito grande com o General Rondon. Meu pai foi até o tesoureiro quando da construção da linha telegráfica de Cuiabá ao registro do Araguaia. Rondon quando vinha, se hospedava na minha casa, na casa onde eu morava, na Rua 13 de Junho, em frente à Igreja Presbiteriana. O General chegava das matas com as botas todas sujas e eu as engraxava. Esses foram contatos que eu tive de dignidade, de estudo, de observação.*

*Primeiro, quer dizer para eles, que eu fui um homem muito privilegiado por Deus, muito privilegiado pela minha origem, pelo meu casamento, isso é importante... e procurei cultivar com sinceridade a amizade. Então gostaria que*



<sup>1</sup> Amante das Letras, estudioso e pesquisador, freqüentador dos círculos intelectuais, filiando-se a várias instituições culturais como o Instituto Genealógico Brasileiro e o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Colaborou em diversos periódicos nacionais e foi autor de peças literárias e históricas.

*eles cultivassem, soubessem cultivar a amizade. Primeiramente, o amor familiar é indispensável para a formação de uma família, o amor familiar, a compreensão.*

*E eu então tive que ir para o Rio de Janeiro. Fui estudar no Rio, me matriculei na Academia de Comércio do Rio de Janeiro, vim prá cá e constituí a primeira leva de contadores diplomados, os que estavam aqui eram autodidatas, só tinha um ou dois, diplomado não tinha nenhum e eu devo muito a esses autodidatas, à prática do exercício da profissão, porque eu vim cheio de teorias etc. e coisa, mas a prática eu adquiri com esses colegas meus que me ajudaram muito e me envolvi, eu fui apaixonado da contabilidade e procurei projetar esse interesse através da minha atividade, eu fui projetando na Santa Casa, na vida social, na vida política, cultural, mas, sempre não esquecendo a minha condição de Contador. Eu acho que tudo o que eu tenho na minha vida eu devo à minha profissão de Contador. Aqui vim, aqui fundei sindicatos, aqui fundei o Conselho, participei da criação do Conselho Regional de Contabilidade, fui o primeiro presidente, construí a Sede do Conselho, enfim a minha vida foi toda em volta disso, porque eu acreditei na minha profissão e é uma mensagem que sempre que sou convidado para participar de uma solenidade de colação de grau, deixo para meus colegas, que acreditem na profissão que não é só o diploma que lhe dá uma condição para exercer a profissão. Mas, para exercê-la bem, é preciso que se tenha amor, aquele amor familiar de que já falei.*

Aecim Tocantins é casado com Célia Lombardi Corrêa Tocantins, *D. Celita*, filha do professor Philogônio de Paula Corrêa e Maria Ruth Luzia Lombardi, de cuja união nasceram dois filhos, Mário Luis e Maria Alice.

O professor Aecim estudou no Rio de Janeiro, onde, em 1943, aos vinte anos de idade, formou-se Contador e Atuário pela Academia de Comércio, atualmente Faculdade Cândido Mendes.

Dentre as muitas e significativas atividades desenvolvidas no Estado de Mato Grosso pelo professor Aecim Tocantins, destacam-se os cargos e funções de que falaremos a seguir:

Foi Secretário da Sociedade Beneficente da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá no ano de 1948. Três anos depois, entre os anos de 1951 a 1955, ocupou o cargo de Diretor da Escola Técnica de Comércio de Cuiabá, tendo sido professor de Contabilidade Industrial, Agrícola e Bancária. Foi Chefe da Contadoria e da Seção de Controle do Departamento Nacional do SENAC, no Rio de Janeiro, no período de janeiro a abril de 1952. Junto ao SENAC/SESC foi Secretário-Contabilista no período de 6 de dezembro de 1947 a novembro de 1953.<sup>2</sup>

Elegeu-se Vereador pela Câmara Municipal de Cuiabá no período de 1951 a 1955, tendo exercido o cargo de Presidente e Vice-presidente.

Ocupou os cargos de secretário *ad hoc* do Tribunal de Contas, no período de 1954 a 1959, Secretário-geral da Prefeitura Municipal de Cuiabá, de 1955 a 1956, e Assessor Técnico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no período de 4 de janeiro de 1954 a 23 de novembro de 1959.

Exerceu também o cargo de Vice-prefeito de Cuiabá, eleito em 3 de outubro de 1958, no período de 1959 a 1963, e de Secretário do Interior, Justiça e Finanças do Estado, de 31 de janeiro a 29 de março de 1961, data em que solicitou exoneração desse cargo para assumir, na qualidade de Vice-prefeito, as funções de Prefeito Municipal de Cuiabá, de 29 de março a 10 de novembro de 1961. Foi também suplente de Deputado Estadual, pela UDN.

Foi eleito Presidente da Comissão de Instalação da Faculdade de Filosofia de Mato Grosso, através da Portaria Governamental nº 198, de 27 de maio de 1964. Ocupou o cargo de Secretário de Estado no Governo Fernando Corrêa da Costa. Exerceu o cargo de Chefe do Gabinete da Casa Civil do Governo do Estado, no período de 15 de março de 1971 a 24 de março de 1972, e Chefe da Casa Civil de 25 de março de 1972 a 19 de setembro de 1973.

Tomou posse como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso em 24 de setembro de 1973. Foi eleito e exerceu o cargo de Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos períodos de 5 de janeiro de 1976 a 4 de janeiro de 1977, e de 4 de janeiro de 1978 a 5 de maio de 1978.

Junto à UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso – foi professor fundador do Departamento de Ciências Contábeis, no final dos anos 1970.

<sup>2</sup> Entrevista concedida às autoras em 6 de março de 2002.

Foi eleito primeiro representante de Mato Grosso junto à Comissão Especial da Divisão do Estado, no período de 8 de maio de 1978 a data de março de 1979, por Ato governamental e Portaria do Ministério do Interior.

Foi Vice-presidente da Sociedade Beneficente da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá nos biênios 1985–1986 e 1987–1988.

Dentre as muitas e importantes funções exercidas pelo Professor Aecim Tocantins, sobressaem-se aquelas desenvolvidas no âmbito do exercício profissional enquanto Contador: membro fundador e primeiro Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado, tendo sido reeleito por duas vezes. Tais funções fizeram com que o Conselho de Contabilidade do Estado de Mato Grosso instituisse, no ano 1992, por reconhecimento ao mérito, o 1º “Prêmio CRC de Pesquisa Contábil Aecim Tocantins”, com denominação alterada, a partir de 1994, para o Prêmio Contabilista “Aecim Tocantins”.

Junto à Academia Brasileira de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais, foi Presidente da Seccional nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Acre, entre os anos de 1993 e 1994.

Presidente de Honra da Regional de Mato Grosso do Instituto dos Auditores Internos do Brasil, eleito a 27 de maio de 1995.

Sempre buscando melhorar o desempenho na sua atuação profissional, o professor Aecim participou de diversos cursos de especialização profissional, de debates, seminários e outras atividades do gênero, como o Curso de Especialização em Administração Profissional promovido em outubro de 1968 pelo Instituto de Pesquisas Rodoviárias, em Cuiabá; Curso de Didática de Ensino Superior, patrocinado pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado, em novembro de 1969; Primeiro Círculo de Debates Empresariais promovidos pela antiga Faculdade de Ciências Econômicas de Mato Grosso, no período de 12 de janeiro a 6 de fevereiro de 1970, além do Seminário Nacional de Administração Municipal, promovido pela Associação Brasileira dos Municípios, em convênio com o Governo do Estado de Mato Grosso, entre 8 e 10 de fevereiro de 1970.

Em decorrência de sua atuação junto à sociedade mato-grossense e cuiabana, Aecim, por várias vezes, recebeu títulos e homenagens que nos permitem avaliar a importância de sua pessoa e do trabalho desenvolvido durante tantos anos de dedicação.

Foi sócio fundador da Associação Mato-grossense de Estudantes – AME – na cidade do Rio de Janeiro. Recebeu diploma de Honra ao mérito, concedido pelo SENAC. Recebeu Medalha comemorativa da passagem do Sesquicentenário da Independência do Brasil e do Ano I da Fundação da Universidade Federal de Mato Grosso, em 07 de setembro de 1972. Foi distinguido com sua inserção no livro *Who is who in Brazil* (Quem é quem no Brasil) 1973/1974, V edição, Volume III, pág. 3627/3628. Recebeu a Ordem do Mérito Legislativo de Mato Grosso – Comenda Senador Filinto Muller – concedida pela Assembleia Legislativa do Estado, a 19 de novembro de 1984, e o diploma de sócio efetivo da Associação de Cultura Muxirum, concedido em 15 de dezembro de 1991. Pela Câmara Municipal de Cuiabá foi homenageado com a ordem do Mérito Legislativo a 30 de março de 1994, tendo recebido o diploma de Sócio Cinquentenário e Benemérito da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, concedido em 26 de janeiro de 1997. Foi homenageado com a criação da Creche Municipal Prof. Aecim Tocantins – no Parque Atalaia – inaugurada no dia 2 de abril de 1998. Recebeu a Comenda Memória do Legislativo, concedida pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, a 16 de Agosto de 2001, assim como a Medalha Mérito Maçônico – Manoel Joaquim dos Santos – outorgada pelo Grão Mestrado do Grande Oriente do Estado de Mato Grosso, a 19 de dezembro de 2001.

Em autoria com sua esposa, Célia Lombardi Corrêa Tocantins, Aecim Tocantins publicou uma coletânea denominada *Philogônio de Paula Corrêa foi educador, historiador, homem de Letras e parlamentar*. Cuiabá: Gráfica Editora Gil, 1999<sup>3</sup>.

Com essa obra, que reúne todos os escritos do emérito professor Philogônio, conhecido carinhosamente por “Filó”, o casal Tocantins consignou o reconhecimento pelos relevantes trabalhos dessa personalidade, deixando preservada aos pôsteres sua rica e competente produção intelectual.

**3** Philogônio de Paula Corrêa (20 de dezembro de 1886 – 13 de setembro de 1952), cuiabano, nascido no final do século XIX, que atuou com maestria no setor educacional como Diretor da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso, sendo Diretor do Liceu Cuiabano e da Escola Normal Pedro Celestino por várias vezes. Em homenagem póstuma, o desembargador e historiador José Barnabé de Mesquita referiu-se a ele como *Cavaleiro da instrução e paladino da cultura*.

## AFRO STEFANINI

Conselheiro Afro Stefanini assumiu na vaga do Conselheiro Frederico Vaz de Figueiredo, em 1983.

Filho de Nelo Stefanini e Augusta Boldrim Stefanini, nasceu em Cabralia, Estado de São Paulo, em 1º de Janeiro de 1922. Casou-se com Dorothy A. Barros Stefanini, com quem teve oito filhos: Mari Carmem, Amélia Augusta, Indajaia George, Iraima Gerusa, Afro Stefanini Filho, Gláucia Bianca, Afro Stefanini Segundo e Sandro Marco.

*Nasceu de uma família humilde do interior de São Paulo, egressa de São Paulo nas primeiras levas de colonização do Estado de Mato Grosso e graças ao seu trabalho, graças à sua humildade, exercera as mais diversas profissões até galgar os mais relevantes cargos públicos que se poderia aspirar; depois de encontrar o que ele chamou de estrela guia – Dona Dorothy – sua companheira de jornada e mãe de seus filhos.<sup>4</sup>*

Dedicou-se ao serviço público na cidade de Rondonópolis, como Coletor Estadual, cargo que exerceu durante anos.

Por concurso público, foi nomeado Titular do Cartório do 2º Ofício de Caarapó, hoje localizado em Mato Grosso do Sul, no período de 1961 a 1966.

Em 1966 é chamado à vida pública, concorrendo a uma vaga na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.



<sup>4</sup> Entrevista concedida às autoras em 5 de abril de 2003.

Em 1967, com a edição de uma nova Carta Magna Federal, foi investido de Poder Constituinte, como Deputado Estadual, participando da reformulação da Constituição Estadual através da apresentação de emendas.

Reeleveu-se sucessivamente até o ano de 1978, quando ocupou, naquele Parlamento, o cargo de 1º Secretário, no biênio 1977/1978.

*Nessa época, a Assembléia Legislativa era presidida por Valdomiro Alves Gonçalves e já se sabia que, acontecendo a divisão do Estado de Mato Grosso, quase todos os Deputados já estavam, portanto, buscando suas áreas eleitorais no Norte ou no Sul. A Mesa Diretora da Assembléia era composta por esses deputados, que viviam esse momento de transição; momento muito diferente dos demais, pois já se sentia a separação do Estado como algo iminente.<sup>5</sup>*

Em 1978 concorreu a uma vaga na Câmara Federal, logrando êxito nas urnas, tornando-se membro efetivo da Comissão do Interior e suplente de Agricultura, durante quase 4 anos.

Em 1980, antes do término do mandato, foi convocado para ocupar o cargo de Secretário Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, onde permaneceu até 11 de fevereiro de 1982.

*Nesse momento, me lembro que aconteceram as invasões na região do Conjunto Habitacional do CPA e em outros bairros daquela região. Havia, portanto, a necessidade de se tomar muito cuidado para resolver essa questão. Era necessário a compreensão das partes. Naquele momento se dava a legalização do CPA, a construção do Bairro. Como Chefe da Casa Civil, houve necessidade de se acomodar os ânimos, para um desfecho feliz.<sup>6</sup>*

Em 1983 foi indicado pelo Governador Júlio José de Campos para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, em decorrência da aposentadoria do Conselheiro Frederico Vaz de Figueiredo.

Por ato Governamental datado de 22 de abril de 1983, e de acordo com a Resolução nº 03/83, de mesma data, da Assembléia Legislativa, foi nomeado para exercer o

cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, consoante o Parágrafo 1º do artigo 112 da Constituição Estadual, tendo tomado posse no dia 19 de maio de 1983.

Afro Stefanini afirma:

*Nós do Tribunal não temos poder de polícia. Nós falamos em cima daquilo que está escrito. Nós temos uma equipe que fiscaliza, são técnicos de controle externo que fazem e tem os auditores que trabalham na parte processual. Baseado nas informações deles, o Conselho delibera. De primeira mão, intima as partes, se houver alguma falha, elas se manifestam. Apreciada a manifestação, você vota novamente. Não encontrando solução favorável àquela parte, nós somos obrigados a ter que tomar uma posição de rigor. Na verdade, a quem cabe isso? Não a nós, nós não temos o poder de polícia, é o Ministério Público. Então o Tribunal, através daquele órgão que está lá, que é um órgão fiscalizador e auxiliar ao mesmo tempo, ele tem uma parte na mesa de decisões do Tribunal. Agora uma coisa: até uns 10 anos atrás era muito difícil a fiscalização, primeiro as comunicações eram difíceis por causa das distâncias; segundo, o aparelhamento era muito pobre; hoje você pode fiscalizar com rigor e com garantias, porque você tem uma retaguarda que registra tudo.<sup>7</sup>*

Como Conselheiro, veio a ocupar a Vice-presidência do Tribunal de Contas no período de 6 de maio de 1986 a 11 de janeiro de 1987 e a Presidência de 12 de janeiro de 1987 a 11 de janeiro de 1988.

Segundo Afro Stefanini:

*(...) Eu fiquei 9 anos e meio no Tribunal de Contas, enquanto completava tempo de serviço prestado, porque eu tinha sido Exator em Rondonópolis... e veio a aposentadoria que seria por tempo completo de serviços. Já estava com 69 anos de idade, então, achei que deveria me aposentar.<sup>7</sup>*

Em reconhecimento aos serviços prestados ao Estado de Mato Grosso, Afro Stefanini recebeu a Comenda 2002 – Memória do Legislativo no dia 14 de agosto de 2003, de acordo com a Resolução nº 681/02 – Diário Oficial de 21 outubro de 2002.

<sup>5</sup> Entrevista concedida às autoras em 5 de abril de 2003.

<sup>6</sup> Entrevista concedida às autoras em 5 de abril de 2003.

<sup>7</sup> Idem.

## ALEXANDRINO MARQUES

Conselheiro Alexandrino Marques assumiu na vaga do Conselheiro Luiz Marques Ambrósio, em 1974.

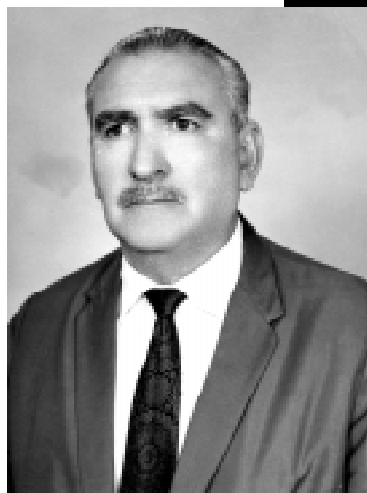
Nascido a 12 de novembro de 1906, na cidade de Ponta Porã-MT, hoje MS, descende de Bento Marques e Eufrásia Marques, naturais do Rio Grande do Sul. Foram seus avós paternos Felisberto e Maria Silveira Marques, e maternos Emílio Fagundes e Alexandrina Escobar.

Casou-se com Darcy Santiago Marques, com quem teve duas filhas: Alexandrina e Arlete.

*Ao longo de uma vida política que completou mais de quatro lustros, pude, no exercício das atividades a ela inerentes, compreender a grandeza do ônus público, seja na área do Executivo, seja no Judiciário, seja, finalmente, na do Legislativo. Os cargos que até hoje ocupei foram de natureza eminentemente político-legislativa.*

*Espero que, com a experiência adquirida no desempenho das várias missões, que me foram cometidas como mandatário de meus co-estadunos, e, sobretudo, com o apoio daqueles que passam a ser meus pares e que neste Tribunal têm revelado lisura, eficiência e inextinguível zelo na apreciação de contas das entidades públicas, no precípua cumprimento de sua magna tarefa, possa o meu trabalho ser de alguma utilidade aos superiores interesses do nosso Estado.*

*Não ignoro as minhas limitações pessoais, mas confio supri-las com o entusiasmo e dedicação que nunca estiveram ausentes nos momentos*



*em que sobre os meus ombros recaíram em-  
cargos os mais pesados.*<sup>8</sup>

Alexandrino Marques iniciou suas atividades empresariais e sua participação na vida pública em Ponta Porã, onde teve sempre uma vida pontilhada pela defesa das causas públicas, visto ser um homem simples, modesto e prestativo.

Exerceu, de 14 de novembro de 1930 a 6 de agosto de 1942, o cargo de primeiro Juiz de Paz da cidade de Antonio João-MS, hoje Coronel Sapucaia.

Foi vereador do município de Ponta Porã no período de 30 de janeiro de 1955 a 30 de janeiro de 1959, tornando-se Presidente da Câmara Municipal daquela cidade, entre 20 de janeiro de 1958 e 30 de janeiro de 1959.

Sendo eleito Deputado Estadual por quatro Legislaturas sucessivas, de 14 de fevereiro de 1959 a 20 de setembro de 1974, sempre se manifestou sensível às necessidades da população que representava. Foi autor de Projetos de Lei, entre eles os de criação dos Municípios de Iguatemy-MS, Naviraí-MS e Antonio João-MS. No setor do ensino, foi autor dos projetos criando as Escolas Normais de Ponta Porã, Amambai e Caarapó, e as Escolas Técnicas de Comércio de Ponta Porã, Amambai e Iguatemy, assim como os Ginásios de Naviraí, Caarapó e Amambai.

Como Deputado da Assembléia Legislativa, exerceu o cargo de 4º secretário da 3ª Mesa Diretora da 4ª Legislatura, no ano de 1961.

Teve significativa participação na instalação de várias Exatorias e Postos de Saúde, assim como foi responsável pela construção de inúmeras estradas e pontes na região fronteira Brasil-Paraguai, obras de inegável significação social e econômica, mantendo sempre boas relações com as autoridades pelo país, disso dando prova o convite feito pela Assembléia Legislativa do Estado para visitar o Paraguai, visita essa que serviu para estreitar ainda mais as relações de amizade de Mato Grosso com a República Guarani.

Foi nomeado como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, com posse em 30 de setembro de 1974, preenchendo a vaga do Conselheiro Luiz Marques Ambrósio e permaneceu no cargo até 12 de novembro de

1976. Sua posse se deu com a presença das mais altas autoridades e ilustres convidados, a saber: representando o Ministério Público, se fez presente o Senhor Procurador-geral, José do Carmo Ferraz. Representando o Governador do Estado, o Exellentíssimo Senhor Dr José Monteiro de Figueiredo, digníssimo Governador do Estado em exercício. Nessa ocasião, o novo Conselheiro foi saudado pelo Conselheiro Aecim Tocantins, que assim externou sua satisfação ao receber tão digna personalidade:

*(...) Vossa Excelência, aqui vem preencher a vaga deixada pelo saudoso Conselheiro Luiz Marques Ambrósio, que assinalou nesta Casa, a sua passagem pelo seu cavalheirismo, dignidade, alto espírito público e elevada compreensão (...). A sua natureza privilegiada, o trabalho, o amor e o entusiasmo da sua gente se harmonizam no extraordinário processo de desenvolvimento daquela rica região fronteira do Estado, assegurando-lhe um futuro dos mais promissores. Região cheia de tradições e que pela sua posição geográfica faz engendrar, ainda mais, em nossos patrícos que lá vivem, o amor à pátria, o civismo e o sentimento de nacionalidade. Bem compreendemos, pois, porque o ilustre Conselheiro Alexandrino Marques teve, desde moço, a sua vida pontilhada de reais serviços prestados à causa pública. Simples, modesto e prestativo, qualidades que caracterizam a sua personalidade, jamais se deixou levar pela vaidade ou pela arrogância, que as elevadas funções e cargos que têm desempenhado, poderiam induzir. Em todas as ocasiões tem sido sempre o mesmo. A escalada de sua vida pública propiciou-lhe uma válida experiência administrativa e um valioso acervo de conhecimento dos problemas da mais alta importância.*<sup>9</sup>

O Conselheiro Alexandrino Marques aposentou-se a 13 de novembro de 1976. Faleceu no dia 6 de julho de 1991.

<sup>8</sup> Boletim Informativo do TCE-MT, Cuiabá, set./out. 1974, p. 11-12 (em discurso de posse).

<sup>9</sup> Idem.

## ANTÔNIO JOAQUIM MORAES RODRIGUES NETO

Conselheiro Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto assumiu na vaga do Conselheiro Teresino Alves Ferraz, em abril de 2000.

Natural de Goiânia-GO, nasceu a 1º de janeiro de 1956; filho de Salomé José Rodrigues e Grimalda dos Santos Rodrigues, possui apenas uma irmã, Ana Maria Santos Rodrigues.

*Dona Grimalda ficou viúva aos 35 anos de idade, não mais se casou e, com um pequeno hotel em Barra do Garças, sustentou os estudos dos filhos.<sup>10</sup>*

O Dr. Antônio Joaquim é casado com a profª. Tânia Isabel Moschini Moraes, com quem tem três filhas: Taísa, Tamara, Talita.

*Tânia é a esposa, companheira, amiga, confidente, confessionária, conselheira, alma gêmea. Faz-me os curativos no corpo e no espírito para curar as feridas que arranjei pela vida afora.<sup>11</sup>*

Formou-se em Administração de Empresas pela UFMT, em 1985, tendo frequentado, durante quatro anos, o curso de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Goiás – UFGO. Participou ainda dos cursos complementares de Defesa Civil para Municípios, realizados

<sup>10</sup> Revista do TCE-MT, Cuiabá, n.18, 2000, p. 19 (em discurso de posse).

<sup>11</sup>/dem.





em Cuiabá, no ano de 1980, e de Auditoria Interna, no Rio de Janeiro, em 1980.

Foi Chefe de Núcleo na Secretaria de Desenvolvimento Social em Cuiabá entre os anos 1980 e 1982, e Chefe de Gabinete dos Vice-governadores do Estado. Exerceu o cargo de Assessor Técnico da Casa Civil nos anos de 1984 a 1985, e também o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro do INDEA-MT, entre 1985 e 1986.

De 1987 a 1991 cumpriu o primeiro mandato de Deputado Estadual, Constituinte, e em 1992 foi reeleito para o Legislativo Estadual.

Deputado Estadual pela região do Vale do Araguaia, ao longo de seus dois mandatos exerceu esse cargo desenvolvendo uma intensa atividade parlamentar junto à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, participando de inúmeras comissões: de Educação, Saúde e Assistência Social; Membro – PDT – 1987-1990; Comissão Representativa junto ao Ministério do Transporte; Membro-PDT – 1987; Comissão de Constituição e Justiça – Suplente – PDT – 1988-1990 e 1994; Comissão Especial Construção de Hidrelétricas – Irregularidades nos Limites Territoriais – Membro – PDT – 1988; Comissão Especial para visitar Hidrelétricas no MT – Membro – PDT – 1989; Comissão Especial para Elaborar Regimento – Membro – PDT – 1989; Mesa Diretora – Segundo Vice-Presidente – PDT – 1989-1991; Comissão Especial art. 8º da Constituição – Membro – PDT – 1990; Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social – PDT – 1994.

Em 1995 assumiu o mandato de Deputado Federal e em 1999 foi reeleito para mais um mandato. No Congresso Nacional, Antonio Joaquim continuou defendendo os interesses do Estado de Mato Grosso, em posição de destaque, como podemos verificar a partir de seu cargo de Vice-presidente do PDT. Sua participação também pode ser verificada nas Comissões de Comunicação e Informática, de Viação e Transporte e de Minas e Energia. Integrou também a Comissão de Ciência e Tecnologia.

De 1996 a 1997, Antônio Joaquim ocupou os cargos de Presidente do Conselho Estadual de Transportes e do Conselho Estadual de Administração das Centrais Elétricas Mato-grossenses – CEMAT.

Exerceu o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento do Estado de MT – SANEMAT, de 25 de março de 1996 a 20 de outubro de 1997.

Em 1998 foi reeleito Deputado Federal, licenciando-se por ter sido nomeado para o cargo de Secretário de Estado – Secretaria de Infra-Estrutura – SINFRA-MT. Exerceu também o cargo de Secretário de Estado de Educação, de fevereiro de 1999 a março de 2000.

A 7 de abril de 2000 tomou posse como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, na vaga deixada com a aposentadoria do Conselheiro Teresino Alves Ferraz. Em seu discurso de posse, o Conselheiro Antonio Joaquim assim se pronunciou:

*...Como o mais novo membro desta Corte de Contas, carregando a experiência parlamentar e executiva, estou convencido de que aqui recuperarei o entusiasmo perdido. Quero exercer esta função com a mesma paixão que movia meu espírito e alimentava a paixão de minha alma naquelas intermináveis viagens por trilhas mal traçadas, em busca do ideal democrático perfeito. Considero o Tribunal de Contas como um dos modeladores do novo paradigma da sociedade do futuro: ético, transparente e eficaz no aproveitamento dos recursos públicos e no gerenciamento da coisa pública. Com essa disposição e entusiasmo do começo, adentro nesta Casa com a alma aberta, com o coração fraterno, esperando somar com a vasta experiência dos homens de bem que compõem o Tribunal de Contas do meu querido Estado de Mato Grosso. Espero conquistar uma inserção positiva com o apoio e a compreensão dos conselheiros que hoje me recebem cordial e fraternalmente.<sup>12</sup>*

A sua indicação para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado foi efetivada pelo Governador Dante Martins de Oliveira e referenciada pela Assembléia Legislativa. Essas personalidades foram lembradas no mesmo discurso de posse:

*Ao governador Dante de Oliveira, agradeço a confiança, imagino que às vezes até exagerada, na minha capacidade de gerenciar setores*

<sup>12</sup> Revista do TCE-MT, Cuiabá, n.18, 2000, p. 18.

*estratégicos do Governo em horas difíceis. Registro o meu reconhecimento de cidadão à sua capacidade de produzir transformações. Vivenciamos juntos momentos amargos e cruéis antes e durante o processo de reforma do Governo. Dele trago uma única recomendação, feita bem no seu estilo franco e direto: Antonio Joaquim, faça um trabalho sério no Tribunal de Contas.*

*Aos deputados com assento na Assembléia Legislativa, pela generosidade e companheirismo, ao aprovarem, por unanimidade, a indicação do meu nome para compor o Tribunal de Contas. Em especial, cito o Presidente José Riva, companheiro de jornadas políticas desde 1992 e o Primeiro Secretário, Humberto Bosaiço, querido amigo de infância, pela articulação competente de ambos na condução da votação.*<sup>13</sup>

Com pouco mais de um ano, Antônio Joaquim tornou-se, em 31 de janeiro de 2002, Corregedor-geral do TCE, para o biênio 2002/2003.

Em sua carreira de homem político de reconhecimento público, o Deputado Antonio Joaquim recebeu diversas condecorações, como a Comenda Ordem do Mérito de Mato Grosso, oferecida pelo Governo do Estado de Mato Grosso, em 1992; Cidadão Honorário de Cuiabá, título outorgado pela Câmara Municipal da capital em 1993; Cidadão Honorário da cidade de Vila Rica, pela Câmara Municipal daquela cidade, em 1993; a Comenda Grande Oficial do Estado de Mato Grosso oferecida pelo Governo do Estado em 1998.

## ARY LEITE DE CAMPOS

Conselheiro Ary Leite de Campos assumiu na vaga do Conselheiro Ênio Carlos de Souza Vieira, em 1986.

Filho de Gonçalo Domingos de Campos e de Dirce Leite de Campos. Natural de Várzea Grande, nascido a 12 de julho de 1940, é casado com a professora Nilda Godoy de Campos, com quem tem três filhos, Gonçalo Domingos Campos Neto – Deputado Estadual, Lise Laura Campos Bianchini, casada com Marcelo Gramoli-  
ne Bianchini, e Náise Godoy de Campos Freire, casada com Murilo Silva Freire. Ary Leite de Campos é avô de Pedro Henrique Campos Bianchini, alento de sua vida.

Contador formado pela Escola João Pompeu de Campos Sobrinho – Várzea Grande-MT, o Dr. Ary iniciou sua carreira política como Prefeito Municipal de Várzea Grande, em 1969, exercendo o mandato até 1973. Inicialmente, a campanha à Prefeitura de Várzea Grande parecia ter poucas chances de vitória, pois disputava com o prestígio político da família Baracat. A 31 de janeiro de 1970, no entanto, assumiu o cargo de Prefeito Municipal de Várzea Grande, sendo que de imediato mandou recuperar o asfalto de um trecho da Avenida Couto Magalhães, principal via da cidade.

Como Prefeito, o Conselheiro Ary Campos agilizou os trabalhos de loteamento de áreas devolutas ou desapropriadas e colocadas à venda a preços módicos, ou doadas para fins industriais e comerciais, no processo de apoio incondicional àqueles que desejassem trazer o progresso a Várzea Grande. Ary atraiu muitos industriais que pretendiam investir no município, como a Ipiranga do Brasil S/A, indústrias madeireiras, inclusive a grande Empresa Sadia Oeste S/A. Conseguiu ainda fazer o acerto definitivo da área onde se instalaria a



fábrica de refrigerantes Noroeste do Brasil: a Coca-Cola.

Ary Leite de Campos foi, portanto, responsável pela implantação, nas terras de Couto Magalhães, da Empresa Sadia Oeste, que implementou e elevou o nível de emprego, visto a absorção de mão-de-obra de toda a região, inserindo definitivamente Várzea Grande na condição de cidade industrializada.

Com esse incentivo na área industrial, Várzea Grande recebeu alto percentual migratório, gerando, em quinze anos, um gigantesco aumento populacional, o que redundou em sua projeção, pois recebeu mais de cem mil novos habitantes, responsáveis pelo incremento do comércio, indústria e agricultura.<sup>14</sup>

Tendo ocupado o cargo de Secretário de Obras durante a administração Júlio José de Campos, Ary realizou grande número de obras de infra-estrutura urbana, a exemplo da abertura do loteamento Cristo Rei; a indenização e posterior loteamento de uma área pertencente ao bispo D. Orlando Chaves, invadida por posseiros; o acostamento da Avenida Couto Magalhães, na altura da ponte Júlio Müller até ao Aeroporto e o recapeamento desta, principal via de acesso da capital Cuiabá à cidade industrial. Nesta administração foi firmado o convênio com o Hospital Santa Helena, possibilitando o atendimento médico à população rural. No setor educacional foram construídas escolas municipais nos distritos de Capão Grande, Souza Lima e Limpo Grande.<sup>15</sup>

Foi Prefeito de Várzea Grande até 1973. Este mandato lhe garantiu o passaporte para a vida pública, pois, posteriormente, iniciou uma bem-sucedida e longa passagem pela Assembléia Legislativa do Estado, elegendo-se Deputado Estadual por três legislaturas (1974, 1978 e 1982), nesta última obtendo o primeiro lugar em votação no Estado de Mato Grosso.

Como Deputado, foi Vice-presidente e Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembléia Legislativa, foi segundo Secretário da Mesa Diretora da mesma Casa de Leis e membro da Comissão Especial de Revisão Territorial e da Comissão Parlamentar de Inquérito.<sup>16</sup>

Em virtude dos serviços ao Estado, recebeu o título de Membro do Quadro Geral da Ordem do Mérito de Mato Grosso, no grau de Oficial, e Membro do Quadro Oficial da Ordem do Mérito Legislativo, além dos títulos de Cidadão Honorário de Rosário Oeste, Nobres, D. Aquino, Arenápolis, Jangada e Campo Verde.

Ary Campos encara esse prestígio político como resultado de uma vida de trabalho, que determinaria, em seguida, a vitória de seus três correligionários: Júlio Campos, Gonçalo Pedroso de Barros e Jaime Campos.

Sua trajetória política o elevou à função de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, tendo sido nomeado em 13 de maio de 1986, por ocasião da aposentadoria do Conselheiro Ênio Carlos de Souza Vieira.

Na Instituição, foi Corregedor-geral no exercício de 1988 a 1990; Vice-presidente no biênio 1990/92 e no exercício de 1996/1997. Ascendeu pela primeira vez à Presidência entre 1992/94, e no exercício de 1999/2000 retornou ao cargo de Presidente.

Em discurso de posse, datado de 13 de janeiro de 1997, o Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro assim se referiu ao Conselheiro Ary Campos:

*Conselheiro Ary Leite de Campos, Vice-presidente, é contador, foi Prefeito Municipal de Várzea Grande, Deputado Estadual por 3 legislaturas. Presidiu o Tribunal de Contas no biênio 1992/1993. Metuculoso, eficiente, tem vocação de homem público e de político no melhor sentido*<sup>17</sup>

Quando ascendeu à Presidência do Tribunal pela segunda vez, em 1999, o Conselheiro Ary Leite de Campos se expressou de modo autêntico, dando vazão às suas emoções:

*Ao assumir pela segunda vez a Corte de Contas Mato-grossense, em 29 de janeiro de 1999, meu coração e minha mente se depararam com sentimentos confusos.*

*O meu coração se encheu de satisfação por ter alcançado, novamente, o brilhante posto de Pre-*

<sup>14</sup> MONTEIRO, Ubaldo. *Várzea Grande : passado e presente – Confrontos. 1867-1987*. Cuiabá: Policromos, [199-] p. 115-116.

<sup>15</sup>dem.

<sup>16</sup> Jornal *Folha do Estado*, 18 de maio de 2003.

<sup>17</sup> Discurso de posse do Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro. *Revista do TCE-MT*, Cuiabá, n.13, jan. 1997.

*sidente do Egrégio Tribunal de Contas do Estado e, como homem público, fui tomado de orgulho ao ver incluído mais este relevante posto em meu currículo.*

*Na minha mente, porém, um ponto de inquietação: como manejar e concluir uma administração, com êxito, diante dos desafios estruturais e financeiros por que passa o Tribunal de Contas? Sabemos todos que administrar sem recursos não é tarefa fácil. Além disso, os desafios a enfrentar são inversamente proporcionais ao tempo administrativo para superá-los, uma vez que o exercício da atual presidência é de doze meses.<sup>18</sup>*

O Conselheiro Gonçalo Pedroso Branco de Barros, representando os demais Conselheiros, saudou a nova Mesa Diretora da Casa e o seu novo Presidente:

*(...) Assume agora a presidência desta casa o nobre Conselheiro Ary Leite de Campos, pessoa de reconhecida dedicação a este Estado, tendo sido eleito Prefeito de nossa querida Várzea Grande e por três vezes ocupado uma cadeira no legislativo estadual.*

*Em 1986, ingressou nesta Corte de Contas, já tendo ocupado os cargos de Corregedor-Geral, Vice-presidente do biênio 92/93, época em que conduziu com muita habilidade e competência todos os assuntos e até mesmo todas as dificuldades que se interpuseram em sua jornada. Posso, portanto, afirmar diante desta distinta platéia, que certamente esta gestão que ora se inicia será tão bem conduzida quanto a primeira que V. Exa comandou, acrescentando-se, obviamente, a experiência que a vida, aos poucos, nos propicia.<sup>19</sup>*

Naquela oportunidade, a solenidade de compromisso e posse dos Conselheiros contou com a participação das mais importantes autoridades do Estado.

Estiveram presentes o Vice-governador Rogério Sales, o Presidente da Assembleia Legislativa, José Riva, o Desembargador Benedito Pompeu de Campos Filho, Presidente do Tribunal de Justiça, e o Prefeito da Capital, Roberto França Auad.<sup>20</sup>

Em janeiro de 2002 o Conselheiro Ary Leite de Campos foi empossado como Vice-presidente do TCE. No dia 30 de janeiro de 2004 tomou posse como Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, inaugurando a quadragésima sexta mesa diretora.

<sup>18</sup> Editorial, Palavra do Presidente. *Revista do TCE-MT*, Cuiabá, n.17, jan./jul. 1999.

<sup>19</sup> Discurso de saudação do Conselheiro Branco de Barros. *Revista do TCE-MT*, n.17, jan./jul. 1999.

<sup>20</sup> *Revista do TCE-MT*, Cuiabá, n.17, jan./jul. 1999, p. 13.

## BENEDICTO VAZ DE FIGUEIREDO

Benedicto Vaz de Figueiredo, Membro fundador do TCE-MT, foi Presidente da Primeira Mesa Diretora do TCE, e único Conselheiro que exerceu esse cargo por quatro vezes: 1954, 1959, 1964 e 1967.

O primeiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Benedicto Vaz de Figueiredo, que emprestou seu nome ao Plenário da Casa, era filho de Manuel Augusto de Figueiredo, comerciante, Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá por várias legislaturas, e da senhora Ana Vaz de Figueiredo. Nascido em 20 de julho de 1910, na cidade de Cuiabá, foi casado com D. Luzia Barros Vaz Figueiredo, com quem teve dois filhos: Ana Tereza e Fernando Augusto. São seus netos: Sady, André, João Carlos, Ricardo, Valéria e José Eduardo.

Benedicto Vaz de Figueiredo nasceu numa família privilegiada, na qual figuraram expoentes da história econômica e cultural do Estado, tendo sido seu avô paterno o Major Delfino Augusto de Figueiredo, Deputado Constituinte em 1891 e veterano da Guerra do Paraguai.

Outros grandes nomes do Estado nascidos em sua família foram D. Francisco de Aquino Corrêa, Fernando Corrêa da Costa, Clóvis Corrêa Cardozo, João Vilas Boas, Lenine de Campos Póvoas, Fernando de Barros, Alírio de Figueiredo, Amarílio Novis e Fernando Leite de Campos.

*Tinha o apelido de Dr. Gigi e era amigo pessoal de Clóvis Cardozo, a quem sempre acompanhava para um descanso no Bar do Bugre, acompa-*



*nhado também de Frederico Vaz de Figueiredo, conforme relata Cássio Veiga de Sá.<sup>21</sup>*

Ainda menino, o Ministro fez seus primeiros estudos nas instituições mais proeminentes da época: Escola Senador Azeredo e Escola Modelo Barão de Melgaço, e posteriormente o curso secundário no Liceu Cuiabano.

Em 1927, aos 17 anos, prestou o serviço militar na EIM-175, em Cuiabá, dando baixa na segunda categoria.

Na juventude, onde já apresentava o espírito comunicativo, começou a se engajar nos movimentos acadêmicos e culturais. Em 1930 foi um dos líderes do movimento estudantil a favor da Revolução, e em 1931 fundou e foi um dos redatores do jornal *Delio*, órgão da classe estudantil.

Dando continuidade aos estudos, em 1931 partiu para o Rio de Janeiro, indo morar na famosa Pensão Hudson, do velho Tico, a poucos metros da Faculdade Nacional de Direito – Universidade do Brasil, instituição na qual se bacharelou, tendo participado de atividades ligadas à causa estudantil, base delineadora de seu perfil de líder político.

Foi um dos líderes do movimento estudantil em favor da Revolução de 1930, junto ao Centro de Estudos Jurídicos Clóvis Beviláqua, da Associação Universitária, do Centro Acadêmico.

Destacou-se como líder atuando ao lado de Alzira Vargas, filha do ex-presidente Getúlio Vargas. Fez parte da delegação da Faculdade de Direito na posse do Governador Benedito Valadares, na inauguração do Instituto do Cacau, na Bahia. Participou da Caravana Cívica na cidade de Ouro Preto, da viagem de estudos à penitenciária de São Paulo e ao manicômio Judiciário do Juqueri.

Depois de receber o Diploma de Bacharel em Direito, no ano de 1936, retornou a Cuiabá. Dentre as diversas funções e cargos de sua vida profissional, destacam-se: em 1937 foi nomeado Consultor Jurídico do Estado de Mato Grosso; Diretor da Secretaria do antigo Tribunal Eleitoral de Cuiabá em 1937; exerceu a advocacia em Cuiabá, no período de 1937 a 1953; Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados do Bra-

sil – 3 de agosto de 1943 a 17 de março de 1946, e membro atuante da Ordem dos Advogados do Brasil, praticamente desde a sua criação.

Desenvolveu atividades como colaborador no jornal *O Combate* entre 1945 e 1955. Em 1946 foi nomeado membro do Conselho Administrativo do Estado e do Instituto dos Advogados Brasileiros e membro da Associação Mato-grossense de Imprensa. Foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de Cuiabá e Vice-diretor desta durante 11 anos, e Professor de Economia Política na Escola de Direito de Mato Grosso de 1937 a 1954. Foi membro do Conselho Penitenciário da cidade e também membro do Conselho Estadual de Administração Municipal. Em 1958 recebeu condecoração da Ordem do Mérito Jurídico Militar.

Foi Deputado Estadual por duas legislaturas e Vice-presidente e Presidente da Assembléia Legislativa de Mato Grosso. Participou da elaboração da Constituição do Estado, em 1947.

Com a criação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em 31 de dezembro de 1953, deixou a carreira política e foi nomeado Juiz da Corte de Contas, da qual teve a honra de ser empossado como o primeiro Presidente a 2 de janeiro de 1954, ao lado dos Juizes Clóvis Corrêa Cardozo, Luiz Felipe Sabóia Ribeiro, Lenine de Campos Póvoas e Rosário Congro, vindo a em prestar seu nome ao Plenário da Casa.

Além de ser eleito o primeiro Presidente do Tribunal, em 1954, Benedito Vaz de Figueiredo foi, em 5 de janeiro de 1959, novamente eleito Presidente do Tribunal; em 2 de janeiro de 1964 foi, pela terceira vez, eleito Presidente do Tribunal, e em 5 de janeiro de 1967 foi mais uma vez eleito no cargo máximo. Foi Vice-presidente, em 6 de janeiro de 1956 e em 4 de janeiro de 1961, sendo o único a ocupar até hoje o cargo de Presidente Conselheiro por quatro Diretorias.

Participou de diversos congressos, conferências e seminários, representando o Tribunal de Contas, tais como: Sesquicentário do Superior Tribunal Militar; Congresso Internacional dos Tribunais de Contas na Guanabara, hoje Rio de Janeiro; Congresso dos Tribunais de Contas – Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Proferiu diversas palestras, conferências e cursos, como:

*O Petróleo e a Petrobrás* – Indústria Petroquímica, na década de 50 em rádio da capital.

<sup>21</sup> SÁ, Cássio Veiga de. *Memórias de um cuiabano honorário – 1939-1945*. Cuiabá: UFMT, 2003.

Evolução da Pena no Direito Brasileiro.  
O Tribunal de Contas e a sua competência.  
Caxias – O Grande Patrono do Exército.

Um derrame cerebral afastou-o definitivamente da vida pública. Faleceu no dia 4 de dezembro de 1979, em Cuiabá, sua cidade natal, já aposentado da Corte de Contas mato-grossense.

O Tribunal de Contas do Estado de Mato, órgão a que Benedito Vaz de Figueiredo dedicou muitos anos de sua vida, registrou, com pesar a sua morte, através da palavras do Exm<sup>o</sup> Sr. Procurador José do Carmo Ferraz, que *solicitou que fosse consignado em ata um voto de profundo pesar pelo desaparecimento do ex-Conselheiro Benedito Vaz de Figueiredo, ocorrido hoje nesta Capital, e que fosse telegrafado à Exm<sup>a</sup> família do extinto. Os senhores Conselheiros solidarizaram-se com as palavras do Sr. Procurador-geral.*<sup>22</sup>

<sup>22</sup> Ata de sessão do Tribunal do TCE-MT de 5 de dezembro de 1979.



## BENJAMIN DUARTE MONTEIRO

Conselheiro Benjamin Duarte Monteiro assumiu na vaga do Conselheiro Clóvis Corrêa Cardoso, em 1967.

Filho de João do Lago Monteiro e Antonina Duarte Monteiro. Nasceu em 31 de agosto de 1908 em Cuiabá. Casou-se com Anna Augusta de Oliveira Ferraz, com quem teve os filhos Benjamin, Leônidas e Amaldo.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, curso que foi concluído em 1932, nesse mesmo ano foi nomeado Promotor de Justiça da Comarca de Cuiabá, e no ano seguinte Diretor da Imprensa Oficial do Estado.

Fundou, em 23 de janeiro de 1934, a Associação da Imprensa Mato-grossense da qual foi Presidente de Honra; Em 1934, foi nomeado Membro do Conselho Penitenciário de MT e exerceu o cargo de Prefeito Municipal de Cuiabá por 85 dias.

Sendo um intelectual, homem ligado também às Letras, não apenas à legislação, em 1935 foi Diretor da Biblioteca e do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

Em 1937 tomou posse, na Cadeira nº 1, da Academia Mato-Grossense de Letras, em reconhecimento à sua produção intelectual.

Legislador de inteligência brilhante, em 1935 foi eleito Presidente do Conselho da OAB, Seção de Mato Grosso, e em seguida Deputado Estadual junto à Assembléia Legislativa do Estado, de 1935 a 1937. No parlamento estadual, foi membro da Comissão Especial encarregada de elaborar o projeto de Constituição do Estado de MT, sendo escolhido seu relator.

Em 1947 tomou posse no cargo de Juiz Substituto do Tribunal Regional Eleitoral de MT e em 1948 foi eleito Presidente de Honra da Associação de Imprensa



Mato-grossense. Em 1954 ocupou o cargo de Inspetor de Ensino junto ao Liceu Salesiano São Gonçalo, Cuiabá, e em 1956 foi nomeado Chefe do Serviço de Proteção aos Índios.

Em 1957 ocupou o cargo de Juiz Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, e em 1963 foi nomeado, através de Ato Presidencial, para a cadeira de Direito Judiciário Civil da Faculdade de Direito de Cuiabá. Em 1966 já era Procurador-geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, e na mesma data prestou compromisso e entrou em exercício do cargo. Em 17 de novembro do ano seguinte foi indicado como Ministro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Finalmente, no ano de 1969, nomeado como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Em 2 de janeiro de 1969 foi eleito Vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, e a 2 de janeiro de 1973 eleito Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Em 04 de janeiro de 1974 voltou a ocupar o cargo. Em seu discurso de despedida da gestão como Presidente do TCE, a 10 de agosto de 1973, assim se expressou:

*Chegamos assim, ao fim de nosso mandato, satisfeitos com o que pudemos conseguir cumprindo o nosso dever. Sem agredir a nenhum poder, nem Departamento Público, nem a ninguém, num nível de harmonia e independência e, por fim, saudando, como nosso substituto, o Conselheiro Rachid Mamed que, como a quase totalidade dos Senhores Conselheiros, esteve sempre ao nosso lado, sugerindo, aconselhando, propondo e aprovando medidas que tomamos em benefício do bom andamento dos nossos trabalhos e do bom nome deste Tribunal.*<sup>23</sup>

Na data em que o Conselheiro Benjamim Duarte Monteiro deixava a Presidência da Mesa Diretora do TCE, pôde perceber o reconhecimento de seu trabalho ante a Instituição através do discurso do Conselheiro Luiz Marques Ambrósio:

*(...) Antes de encerrar as minhas palavras quero, em nome de todos os Conselheiros, apresentar ao nobre Conselheiro Dr. Benjamim Duarte Monteiro os nossos agradecimentos e os nossos aplausos pela maneira segura e brilhante com que conduziu este Tribunal durante a sua proveitosa gestão. Sua Excelência soube com engenho e arte desempenhar a difícil missão. A fineza de compostura e cordialidade no trato para com seus pares elevaram mais ainda a consideração com que sempre o distinguimos. Muito obrigado Conselheiro Duarte Monteiro.*<sup>24</sup>

O Procurador-geral do TCE-MT também se manifestou na mesma oportunidade:

*(...) Com grande orgulho para todos nós, termina nesta tarde sua gestão à frente deste Tribunal, onde dirigiu com sabedoria, equilíbrio e camaradagem, tomando as medidas certas nos momentos exatos. Receba, da Procuradoria Geral, os nossos parabéns*<sup>25</sup>

Era um homem culto, um intelectual que esteve sempre ligado às Letras. Publicou: *Memorial, Razões, Pareceres* nos anais Forenses de Mato Grosso e na Revista dos Tribunais de Contas de São Paulo, além de artigos e crônicas em vários jornais e revistas de Mato Grosso. Foi Correspondente do periódico *O Jornal*, do Rio de Janeiro.

Faleceu a 19 de julho de 1996.

<sup>23</sup> Boletim do TCE-MT, Cuiabá, n.54, dez. 1973, p. 6.

<sup>24</sup> *Idem*.

<sup>25</sup> *Idem*.

## CLÓVIS CORRÊA CARDOZO

Ministro Clóvis Corrêa Cardozo foi membro fundador e um dos componentes da Primeira Diretoria do TCE-MT, tomando posse em janeiro de 1954.

Filho de João Celestino Corrêa Cardozo e de Avelina Corrêa Cardozo, o cuiabano de estirpe era filho de uma das mais tradicionais famílias do nosso Estado. Nasceu a 3 de dezembro de 1911, fez o curso ginasial no antigo Liceu Cuiabano, matriculando-se, em seguida, na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, bacharelando-se em Ciências Jurídicas em dezembro de 1935. Consorciou-se com Dona Cecília do Couto, de ilustre família carioca, regressou em seguida à sua terra natal, cheio de fé e confiança no futuro.<sup>26</sup>

De sua união com Cecília do Couto Corrêa Cardozo nasceram cinco filhos: Clóvis Filho, Celso e Cervantes (gêmeos), Paulo Mário e Maria Cecília. De seu filho Clóvis, nasceram quatro netos: Mônica, Francisco Eduardo, José Maurício e Rosa Maria. De seu filho Celso, nasceram os netos Maria Fernanda, Maria Claudia e Clovis. De Cervantes, nasceram os netos Cervantes, André, Luciana e Rafael. De seu filho Paulo Mário, nasceram os netos Márcia, Maria Isabel e Ana Paula. Da sua filha Maria Cecília nasceram os netos Camilo, Eduardo e Renata.

Avelina Corrêa Cardozo, sua mãe, era prima-irmã de Fernando Corrêa da Costa, Governador do Estado de Mato Grosso. Seu pai, João Celestino, foi um coronel muito conhecido na cidade, morador na Praça Alencastro, em um sobrado decorado com mármore de Carrara. Esse imóvel foi demolido e no local foi construído edifício moderno que abriga casa comercial.

Dona Cecília, sua esposa, é carioca, vindo com ele



<sup>26</sup> Ata da sessão do TCE-MT de 9 de agosto de 1967.

morar em Cuiabá. Mais tarde trouxe do Rio de Janeiro seu irmão Cervantes, que acabou se casando com Adélia, conhecida como Deli, filha do Interventor Júlio Müller

Clóvis Corrêa Cardozo estudou no Instituto Lafayette, no Rio de Janeiro, e foi colega do engenheiro Cássio Veiga de Sá. Bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, em 1935 exerceu sua profissão em Cuiabá, sempre com reconhecido brilho. Pertenceu à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Mato Grosso, integrando, mais de uma vez, a sua diretoria.

Exerceu diversos cargos relevantes na cidade de Cuiabá e no Estado de Mato Grosso, como o de Procurador da Justiça Eleitoral e Chefe de Polícia do Estado de Mato Grosso.

Foi membro de outros importantes órgãos da administração estadual, a exemplo do Departamento Administrativo do Estado, no período de 2 de janeiro de 1940 a 30 de julho de 1940. Foi membro conselheiro do Conselho Penitenciário de 5 de janeiro a 7 de julho de 1943 e membro do Conselho de Educação.

Era um homem muito benquisto em Cuiabá; esportivo, teve uma marcante participação política na cidade e no Estado, dedicando-se à vida pública através dos cargos que ocupou. Dentre outras atividades, manteve durante bastante tempo a concessão do Cine Teatro Cuiabá, em sociedade com o Sr Calíope, sogro de Orlando Nigro, sociedade que existiu até a sua morte.

A partir de 1964, foi Professor de Filosofia do Direito da Faculdade de Direito de Cuiabá, depois Universidade Federal de Mato Grosso. Foi político militante filiado à UDN, tendo sido candidato a Deputado Federal por essa agremiação política.

Em 7 de fevereiro de 1951 foi nomeado para exercer o cargo de Chefe de Polícia, conforme documento nº 10.942, de 9 de fevereiro de 1951, sendo exonerado em 31 de dezembro de 1953, a seu pedido, em vista de ter sido nomeado Ministro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, onde ingressou na função de Juiz por Portaria de 31 de dezembro de 1953, com início do exercício funcional em 2 de janeiro de 1954. É pois, membro fundador do Tribunal, tendo integrado a primeira Diretoria. Foi sucedido por Benjamin Duarte Monteiro.

Em sua homenagem, a Praça Corrêa Cardozo recebeu o seu nome, pelo fato de ter morado ali durante muito tempo. A casa onde o Conselheiro Clóvis Cardozo morou foi demolida e no lugar foi construído um apart-hotel situado na Rua 24 de Outubro, esquina com

a Avenida São Sebastião, no bairro Lavapés.

*Filho de uma linhagem antiga, (...) Clóvis Corrêa Cardozo era flor de velhas roseiras cuiabanas. Emprestando seu nome e hóspede daquela praça, Clóvis Corrêa Cardozo ouve o cantar dos passarinhos, suporta a luz do sol, o calor cuiabano e o barulho do progresso desfilando pelo asfalto. Reinaugurada com amor, com carinho, com sacrifício, a praça Clóvis Corrêa Cardozo é o próprio retrato da beleza, bem feita, moderna, de traços arrojados, incrustada no coração de Cuiabá, toda florida, abrigando hoje, uma biblioteca municipal da Capital<sup>27</sup>*

Em sessão especial realizada às 15 horas do dia 9 de agosto de 1967, fez-se a primeira homenagem póstuma a um Ministro do Tribunal de Contas do Estado, por ocasião do falecimento do Ministro Clóvis Corrêa Cardozo, ocorrido em 5 de agosto de 1967, contando com a presença da família enlutada e funcionários da Casa. Com a palavra, o Sr. Procurador José do Carmo Ferraz proferiu o seguinte discurso:

*Neste momento que o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso se veste de crepe para numa homenagem justa e merecida, lamentar o falecimento do nosso estimado amigo, Ministro Clóvis Corrêa Cardozo, esta Procuradoria jamais poderia fugir ao dever de modestamente contribuir para a ornamentação. Oxalá fôsse-nos dada uma coroa de louros digna do falecido, onde a sobriedade das cores pudesse traduzir a alma do homenageado. Todavia os laços de amizade e de admiração que sempre lhe devotamos, impele-nos a um arroubo de coragem. (...) Tivemos a satisfação de ser seu aluno na Faculdade de Direito, seu colega nesta Casa e seu amigo em todas as ocasiões. De nosso trato diário neste Tribunal, embora por um período de curta duração, a sinceridade do colega, robustecendo a admiração do aluno, consolidou a afeição do amigo<sup>28</sup>*

<sup>27</sup> CARDOZO, Celso Corrêa. *Se faltar, Santana inteira*. Cuiabá : Buriti, 2001.

<sup>28</sup> Discurso do Dr. José do Carmo Ferraz. Ata de sessão do TCE-MT de 9 de agosto de 1967.

## CLOVIS HUGUENEY

Ministro Clóvis Hugueney, membro do TCE-MT a partir de novembro de 1960.

Clóvis Hugueney casou-se com Aracy Ferreira Hugueney e teve os filhos Clocy Hugueney e Cloracy Hugueney Franco Lobo. Clocy Hugueney casou-se com Marize Malheiros Hugueney e teve os seguintes filhos: Sibele Malheiros Hugueney, Cátia Malheiros Hugueney e Clóvis Hugueney Neto e, Cloracy Hugueney Franco Lobo casou-se com José Luiz Franco Lobo e teve os seguintes filhos: Carlos Gabriel Hugueney Franco Lobo, Luciano Franco Lobo Neto e Lidiana Hugueney Franco Lobo de Souza.

São bisnetos do Conselheiro Clóvis Hugueney: Rodrigo, Paula, Bruna, Vinicius, Matheus, Daniel, Carla Laura, Sibele Cristina, Clóvis, Cassius Gabriel, Juliana, Jussara, Luciana, Thobias, Nohana, Nohylli, Nieho, Niehara.

Era advogado e foi nomeado, por Ato Intervencional nº 114, de 31 de agosto de 1932, para exercer as funções de Delegado de Polícia do Município de Santa Rita do Araguaia, entrando em exercício em 12 de setembro de 1932.

Exerceu o cargo de Inspetor de Agências da Primeira Região de Minas de Metais e Pedras Preciosas, no ano de 1935.

Desenvolveu atividades como Coletor de Rendas Estaduais do Município de Santa Rita do Araguaia, no período de 1937 a 1938.

Foi nomeado Prefeito do Município de Lageado, atual Guiratinga, tendo sua administração efetivada entre 9 de fevereiro de 1939 a 30 abril de 1947, permanecendo no cargo durante oito anos, dois meses e vinte e um dias.

Eleito Deputado Estadual pelo PSD para o período



de 29 março de 1947 a 31 de janeiro de 1951, foi eleito por mais três vezes, exercendo essa função durante 17 anos, até a data de 3 de novembro de 1960, em que renunciou a seu mandato.

Foi nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em 3 de novembro de 1960.

Por Ato Governamental de 26 de dezembro de 1963, foi aposentado do cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

## DJALMA CARNEIRO DA ROCHA

Conselheiro Djalma Carneiro da Rocha assumiu na vaga do Conselheiro José Salvador de Arruda Santos, em 1986.

Filho de José Carneiro da Rocha e Tércília Pereira de Almeida Rocha, é natural de Bela Lorena, Estado de Minas Gerais, tendo nascido no dia 22 de fevereiro de 1937. É casado com Nancy Gomes da Rocha.

Prestou serviço no Ministério da Aeronáutica nos anos de 1955 a 1957.

Iniciou sua carreira política exercendo o cargo de Vereador junto à Câmara Municipal da cidade de Poconé, para o qual foi eleito em 1972, com o maior número de votos.

Exerceu o cargo de Vice-presidente e Presidente da Câmara Municipal da mesma cidade no triênio 1975-1977.

Exerceu o cargo de Secretário-Chefe de Gabinete do então prefeito José Salvador Arruda Santos, no período de 1977 a 1978, junto à Prefeitura Municipal de Poconé.

Elegeu-se Deputado Estadual tendo por base o Município de Poconé, exercendo o mandato em duas legislaturas seguidas: 1978 e 1982.

Como Deputado, foi Vice-líder e Presidente da Comissão de Justiça da Assembléia Legislativa de Mato Grosso e líder da bancada do PDS e do Governo do Estado na Assembléia Legislativa, em 1983.

Foi Secretário-Chefe da Casa Civil do Governo do Estado de Mato Grosso entre os anos de 1984 e 1986.

Por ato Governamental, datado de 7 de maio de 1986, foi indicado para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal, assumindo as funções em 13 de maio de 1986, no preenchimento da vaga existente decorrente da aposentadoria do Conselheiro José Salvador Arruda Santos.



No Tribunal de Contas do Estado Mato Grosso, foi eleito em 2 de janeiro de 1990 para o cargo de Corregedor-geral do Tribunal. Dois anos depois, em 2 de janeiro de 1992, foi eleito para o cargo de Vice-presidente da mesma Casa, e em 3 de janeiro de 1994 para o cargo de Presidente do Tribunal de Contas. Em 31 de janeiro de 1997 voltou a ocupar o cargo de Vice-presidente do Tribunal de Contas. Em 31 de janeiro de 1996, no final do seu mandato na Presidência da Casa, o Conselheiro Djalma Carneiro da Rocha assim se expressou:

*Há dois anos, com íntima satisfação e muita emoção, tive a satisfação de ascender à Presidência desta egrégia Corte de Contas, imbuído dos melhores propósitos. Hoje, ao despedir-me da nobilitante função, soma-se à honraria a confortável e tranquilizadora sensação do dever cumprido.*<sup>29</sup>

Em seguida, o Conselheiro Oscar Ribeiro assim discursou, fazendo uma avaliação dos trabalhos desenvolvidos no último ano:

*Preliminarmente, as palavras são para o ilustre Conselheiro Djalma Carneiro da Rocha, que deixa a Presidência, após tê-la exercido com raro brilhantismo. Sua Excelência prestou relevantes serviços ao Tribunal de Contas, com sua vocação nata de administrador. A pureza dos seus propósitos e acendrado espírito público são reconhecidos por todos que aqui trabalham. Exerceu a Presidência do Tribunal de Contas do Estado com proficiência, devotamento e al-tivez. Proporcionou todas as condições para que o Tribunal desempenhasse a contento suas atribuições constitucionais. O reflexo de sua profí-cua gestão está no elevado número de processos (12.185) julgados no ano de 1995 e ampliação das instalações físicas com a construção do Centro médico e do Arquivo.*<sup>30</sup>

O Conselheiro Djalma Carneiro da Rocha exerceu suas funções no Tribunal de Contas até a data de 29 de junho de 1991, quando se aposentou e foi substituído pelo Conselheiro José Carlos Novelli, que fez questão de referenciá-lo em seu discurso de posse:

*Entro para substituir o Conselheiro Djalma Rocha, um homem honrado e admirado, sereno, conciliador. Construiu uma carreira no Poder Legislativo e a encerra neste Tribunal, deixando uma passagem digna da maior admiração. Sinto-me muito privilegiado por ser o seu sucessor. Espero estar à altura de sua sabedoria e competência. Serei profundamente feliz se tiver o mesmo reconhecimento seu, quando for a minha vez de ser substituído.*<sup>31</sup>

<sup>29</sup> Discurso de transmissão de cargo de 31 de janeiro de 1996. *Revista do TCE-MT*, Cuiabá, jan. 1997.

<sup>30</sup> Discurso de posse do Conselheiro Oscar Ribeiro. *Revista do TCE-MT*, Cuiabá, n.13, jan. 1997.

<sup>31</sup> Discurso de posse do Conselheiro José Carlos Novelli, em 29 de junho de 2001. *Revista do TCE-MT*, Cuiabá, n.20/21/22, 2001/2002.



## DJALMA METELLO DUARTE CALDAS

Conselheiro Djalma Metello Duarte Caldas assumiu na vaga do Conselheiro Hélio Jacob, em 1984.

*A luta é árdua, Conselheiro, mas, a casa é agarrativa; e do convívio diuturno entre todos, nasce um sentimento profundo de amor a tudo o que se fez, a tudo que se pretende fazer, e que, às vezes, até se não consegue realizar, caso em que, ao trago amargo da derrota, avulta o refrigério da pureza da intenção; tão reconfortante e tão dignificadora. Bem-vindo seja, Conselheiro Djalma Metello Caldas, ao convívio sagrado desta Casa de Contas.*<sup>32</sup>

185

Filho de Benedito Duarte Caldas e de Maria Metello de Campos Caldas, natural de Cuiabá, onde nasceu a 31 de dezembro de 1936, casou-se com Lourdes de Barros Caldas, de cuja união nasceram três filhos: Duartinho, Andréa, Rosana.

Formado em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso, especializou-se nas áreas de Direito Processual Civil e Direito Agrário. Durante muito tempo exerceu a advocacia forense nas mais diversas Comarcas do Estado, principalmente em Cuiabá.

*Conheço-o da Faculdade de Direito, conheço-o das lides forenses, conheço-o da administração pública e em momento algum vislumbrei*



<sup>32</sup> Discurso do Conselheiro José Salvador de Arruda, na cerimônia de posse do Conselheiro Djalma Metello, em 5 de outubro de 1984.

*qualquer ato, qualquer gesto, qualquer palavra que pudesse turvar o meu conceito sobre V Ex.<sup>a</sup>. E em verdade lhe digo, caríssimo amigo Djalma, se não houvesse em seu caráter, não alinharíamos jamais, de forma alguma, estes conceitos.<sup>33</sup>*

Exerceu diversos cargos públicos, como: Assessor Jurídico e Procurador da Prefeitura Municipal de Várzea Grande e Procurador Jurídico da Prefeitura de Cuiabá.

Presidente da OAB – Seção de Mato Grosso, por duas gestões, triênios 1973/1975 e 1975/1977.

Foi Secretário-chefe de Gabinete do Governador do Estado de Mato Grosso Júlio José de Campos entre os anos de 1983 e 1984. Secretariou a Casa Civil entre os anos de 1983 e 1984, e a de Administração junto ao Governador do Estado de Mato Grosso entre os anos de 1983 e 1984.

Nomeado para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, preenchendo a vaga decorrente da aposentadoria do Conselheiro Hélio Jacob, tomou posse em 5 de outubro de 1984. Na solenidade foi agraciado pelo discurso do Conselheiro Arruda com as palavras:

*A partir de hoje esta Casa ganha um grande Conselheiro e o Tribunal de Contas um grande profissional. V Ex.<sup>a</sup> terá oportunidade, a partir de hoje, de compartilhar com as dificuldades econômicas financeiras com que vive o nosso Estado, e, também com o impacto de desenvolvimento por que passa a Terra de Rondon. Tenho certeza que sua contribuição será de grande valia no julgamento dos atos do Executivo e Legislativo que submetem as contas à apreciação desta Casa. Temos certeza absoluta da sua competência e dedicação para com os problemas do nosso grande Estado, que vive momentos de alegria pelo desenvolvimento por que passa nossa terra.<sup>34</sup>*

Exerceu o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas no período de 5 de outubro de 1984 a 19 de setembro de 1990 e dentro dessa Casa de Contas exerceu o cargo de Vice-presidente a partir de 12 de janeiro de 1987, sendo eleito Presidente em 11 de janeiro de 1988 e em 2 de janeiro de 1989. Exerceu o cargo de Corregedor-geral do TCE em 30 de janeiro de 1994, retornando como Conselheiro Presidente em 30 de janeiro de 1998. Ocupou a Vice-presidência do TCE em 29 de janeiro de 2000.

Em seu discurso de transmissão do cargo de Presidente do Tribunal de Contas do Estado, em 1999, assim se expressou:

*Estamos tendo a honra de encerrar o nosso terceiro mandato na condição de Presidente desta egrégia Corte de Contas. No exíguo período de um ano, não obstante as inúmeras dificuldades enfrentadas, procuramos cumprir com a maior dignidade possível tão importante missão que nos foi delegada pelos nossos ilustres pares. Daí, que estamos deixando o cargo com a consciência tranquila em razão do dever cumprido. Ao assumirmos a Presidência, em nosso pronunciamento de posse, destacamos, como metas mais importantes para a gestão, a política de valorização e prestigiamento dos servidores, como também o avanço na área de informática. Com vista a alcançar os objetivos colimados, buscamos investir alto na capacitação de recursos humanos, especialmente os voltados para a área fim, que mereceu permanente atenção.<sup>35</sup>*

<sup>33</sup> Discurso do Conselheiro José Salvador de Arruda, na cerimônia de posse do Conselheiro Djalma Metello, em 5 de outubro de 1984.

<sup>34</sup>dem.

<sup>35</sup> Discurso de transmissão de cargo – Conselheiro Presidente Djalma Metello D. Caldas, em 1999.

## ÊNIO CARLOS DE SOUZA VIEIRA

Conselheiro Ênio Carlos de Souza Vieira assumiu na vaga do Conselheiro Alexandrino Marques, em 1977.

Filho de José Joaquim de Souza Vieira Gomes e Laurinda Ribeiro de Souza Vieira, nasceu em Poconé-MT, no dia 4 de março de 1919. Casou-se com Maria Elizabeth Avelino Vieira. Coursou Farmácia na Faculdade de Odontologia e Farmácia da Universidade de Minas Gerais. Possui diversos cursos de Especialização em Administração Profissional e sua competência foi assim enaltecida:

*No desempenho dos encargos e funções que, na trajetória de sua vida, foram-lhe atribuídos, soube V. Exa. pela maneira de conduzir, granjear a estima de auxiliares e subordinados, a consideração dos companheiros de trabalho, a admiração e o apreço da sociedade. Jamais se enlevou às alturas das posições que merecidamente tem ocupado. A sinceridade e a franqueza no trato com as pessoas foram sempre características de sua personalidade, sem sombra de dúvida possui V. Ex.<sup>a</sup> as características imprescindíveis ao bom julgador.<sup>36</sup>*

Era um homem extremamente dinâmico e de rara preparação intelectual, tendo exercido em sua vida profissional funções de direção e relevância em vários



<sup>36</sup> Discurso de Aecim Tocantins na posse de Ênio Carlos de Souza Vieira. Ata de sessão especial realizada em 27 de maio de 1977.

órgãos estatais assim como em empresas privadas, conquistando para estas o mais elevado nível de respeitabilidade em virtude de sua seriedade profissional.

Exerceu cargos de direção nas duas mais conceituadas casas de fomento do Estado de Mato Grosso, por duas vezes da Caixa Econômica Federal e Diretor Técnico Administrativo e também Presidente do Banco do Estado de Mato Grosso – BEMAT.

*O Estado é modernamente comparado a uma complexa empresa, cuja produção deverá atender às necessidades e exigências de variada soma de bens e serviços, para operar com segurança esse sistema de produção. A administração pública, além de selecionar com cuidado os seus responsáveis, deve propiciar-lhes métodos e técnicas capazes de se conseguir melhor e mais economicamente produtividade.<sup>37</sup>*

Empregou seu precioso tempo e sua vasta experiência de administrador nas funções de Presidente da Associação Comercial de Cuiabá e da Companhia Telefônica Cuiabana.

Junto ao Governo do Estado de Mato Grosso e ao poder público também deixou suas marcas de administrador de sucesso, exercendo diversas funções junto à Secretaria de Estado de Fazenda, como Chefe de Gabinete do Governador, de 1951 a 1961, e como Presidente do Centro de Assistência Gerencial de Mato Grosso.

Deixou sua contribuição também no campo do embate político, uma vez que exerceu o cargo de Presidente do Diretório Municipal da ARENA (Aliança Renovadora Nacional).

Por ato Governamental de 29 de abril de 1977, foi nomeado Conselheiro do Tribunal de Contas, na vaga aberta em decorrência da aposentadoria do Conselheiro Alexandrino Marques, tomando posse a 27 de maio de 1977.

*Vem assim V. Ex.<sup>a</sup> ainda com o entusiasmo que lhe é próprio, trazer sua ponderável colabora-*

*ção a esta egrégia Corte de Contas, cujas atribuições, dia a dia, mais se multiplicam, com o surto do progresso do Estado e as inovações dos sistemas de controle orçamentário e fiscalização financeira dos negócios públicos.<sup>38</sup>*

No Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, sua ação se fez de modo igualmente brilhante, em posição de liderança, tendo sido eleito Vice-presidente do Tribunal em 12 de maio de 1978 e, no ano seguinte, Presidente do Tribunal, a 4 de janeiro de 1979.

Em 1984, novamente ocupou a Vice-presidência, encerrando suas atividades na direção do Tribunal de Contas exercendo novamente a Presidência para a qual foi eleito em 21 de março de 1984. Aposentou-se no cargo de Conselheiro da mesma Casa de Contas em 30 de abril de 1985.

<sup>37</sup> Discurso de Aecim Tocantins na posse de Ênio Carlos de Souza Vieira. Ata de sessão especial realizada em 27 de maio de 1977.

<sup>38</sup> *Idem*.

## FREDERICO VAZ DE FIGUEIREDO

Conselheiro Frederico Vaz de Figueiredo ingressou no TCE-MT em 1960.

Filho de Antônio Leite de Figueiredo e Maria Vaz de Figueiredo, Frederico Vaz de Figueiredo nasceu em Cuiabá, a 22 de fevereiro de 1913. Foi casado com Abigail Pires de Camargo, com quem teve duas filhas: Elizabeth e Irene Maria.

*Como Vice-presidente, o ilustre Conselheiro Frederico Vaz Figueiredo, o decano desta casa, homem culto, profundo conhecedor do Direito e de larga experiência nos negócios públicos, através do exercício de relevantes funções administrativas entre elas as de Consultor Jurídico e Geral e Secretário do Interior, Justiça e Finanças do Estado, por certo sua Excelência há de nos emprestar, como brilho de sua inteligência valiosa e indispensável colaboração.*<sup>39</sup>

189



Frederico Vaz de Figueiredo, foi um estudioso, um homem de leis e jurista de renome nacional que ocupou, em nosso Estado, postos de atuação nas áreas do Direito, nos quais demonstrou segurança e sabedoria, assim como a disponibilidade para colaborar com aqueles menos servidos daqueles conhecimentos.

<sup>39</sup> Ata da sessão do TCE-MT de 4 de janeiro de 1983.

Teve sua carreira pautada pelos cargos públicos do nosso Estado: Promotor de Justiça da Comarca da Capital até 1935; membro do Conselho Penitenciário em 1938; funcionário da Prefeitura Municipal de Cuiabá, exercendo o cargo de Procurador Municipal em 1938; Oficial de Gabinete da Interventoria Federal, a partir de 18 de janeiro de 1939; Procurador Fiscal do Tesouro do Estado de Mato Grosso em 1939. Foi Consultor-geral Jurídico do Estado de Mato Grosso, em 1940, e em 1942 Consultor-geral do Estado de Mato Grosso.

Sua carreira foi dedicada ao Serviço Público e ao Direito, tendo ocupado o cargo de Secretário do Estado do Interior, Justiça e Finanças, em 1956. Nesse ano foi responsável pela pasta da Agricultura, Indústria, Comércio e Viação e Obras Públicas, e, mais tarde, integrou o Conselho Estadual de Administração Municipal.

Ingressou no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso no cargo ou função inicial de Juiz do Tribunal, através de Ato Governamental datado de 31 de outubro de 1960.

Foi por quatro vezes eleito seu Vice-presidente, em 1964, 1975, 1976 e 1983. Foi por duas vezes eleito Presidente do Tribunal de Contas do Estado: em 1966 e em 1983.

*Conselheiro Frederico Vaz de Figueiredo, figura que dispensa qualquer apresentação, tantas foram as funções que exerceu na cúpula do Governo Estadual, entre elas as de Secretário de Estado, vindo para o Tribunal de Contas quase no início de sua organização, mercê de sua inteligência privilegiada e de sua vasta cultura, particularmente no campo do Direito, pode-se nele identificar a própria imagem deste local de trabalho. Em fevereiro próximo, o Conselheiro Frederico aposenta-se a deixar-nós à sensação do vazio impreenchível, a lucidez de seus pareceres e a vivacidade de seus apertes, muitos deles irreverentes, que já fazem parte do nosso cotidiano, não mais ecoarão neste Plenário.*<sup>40</sup>

Aposentou-se do cargo vitalício de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso em fevereiro de 1983, por Ato Governamental de 18 de fevereiro

de 1983. Em sessão do Conselho do TCE,

*Foi saudado pelo Vice-governador Wilmar Peres de Faria, quando da sua aposentadoria como grande homem público, a quem agradecemos em nome do povo mato-grossense. (...) Mato Grosso deve muito aos homens que regularmente vêm a esta Egrégia Casa para desenvolver a judicatura de contas, demonstrando uma incontestável vocação de servir à causa pública.*<sup>41</sup>

<sup>40</sup> Ata da sessão do TCE-MT de 6 de janeiro de 1983.

<sup>41</sup> *Idem*.

## GONÇALO PEDROSO BRANCO DE BARROS

Conselheiro Branco de Barros assumiu na vaga do Conselheiro Afro Stefanini.

Filho de Honorato Pedroso de Barros e de Maria Agostinha de Campos Barros, Gonçalo Pedroso Branco de Barros é natural de Várzea Grande, tendo nascido a 14 de novembro de 1938. Casou-se com Maria Lúcia Corrêa de Almeida Barros e dessa união nasceram quatro filhos: Cassyra Lúcia, Antônio Gonçalo, João José e Anayna Aparecida.

*Sou uma pessoa introspectiva. É da minha personalidade falar pouco e ouvir muito. Característica esta que tenho exercido bastante nos últimos dias.<sup>42</sup>*

*(...) Reafirmando a minha convicção de que vale a pena investir sim no ser humano e espero que todos saibam reconhecer a oportunidade de conhecimento que está sendo proporcionada.<sup>43</sup>*

Fez o curso Primário na escola de 1º grau Pedro Gardés, em Várzea Grande; o curso ginásial no Liceu Salesiano São Gonçalo, em Cuiabá, e o segundo grau na Escola Técnica de Comércio de Cuiabá. Bacharel em Direito pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, em 1971.



<sup>42</sup> Discurso em almoço de confraternização, em 28 de outubro de 2002.

<sup>43</sup> Discurso em lançamento de exposição de fotos, em 29 de outubro de 2002.

Têve intensa vida profissional como advogado, atuando como Assessor Jurídico da Codevag – Companhia de Desenvolvimento de Várzea Grande; da Codemat – Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso; do DOP – Departamento de Obras Públicas de Mato Grosso, e da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Atuou também junto a outros órgãos, exercendo os cargos de: Presidente do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização – Várzea Grande), Chefe do Departamento Jurídico e Gerente do antigo Banco Financeiro S/A; Presidente da Comissão de Licitação do DOP – Depto. De Obras Públicas; Conselheiro da EMPA (Empresa de Pesquisa Agropecuária, representante de MT); Defensor *Ad hoc* da Comarca de Várzea Grande.

Entrou para a vida pública como Prefeito de sua cidade natal, Várzea Grande, exercendo o mandato de 1977 a 1982. Ao assumir esse cargo, o Prefeito Branco de Barros iniciou a construção de novas obras, recuperando as de maior necessidade. Entre elas, podemos ressaltar:

*o asfaltamento da extremidade oeste da Avenida Couto Magalhães, a aplicação de recursos através do Projeto Cura, beneficiando a comunidade com galerias de águas pluviais, pavimentação asfáltica, arborização e paisagismo de avenidas e praças, como as Avenidas Filinto Müller, Ponce de Arruda e da FEB, Praça Glaucia Garcia, Quinze de Maio, Nossa Senhora do Carmo e Arnaldo Estevão de Figueiredo. Nessa gestão, o Poder Executivo envidou esforços para que a coleta de lixo domiciliar recebesse condições técnicas, sendo adquiridos equipamentos novos: carro coletor compactador de lixo e varredeira automática e carro tanque para transporte de água (...). Com a criação da Comarca, o Prefeito Branco determinou a construção do Fórum, sendo instalado convenientemente e inaugurado em junho de 1979.*<sup>44</sup>

Continuando o atendimento às necessidades de todo o Município, o Prefeito Branco de Barros conseguiu asfaltar a via principal do Bairro Cristo Rei, beneficiando o SESI,

o SENAI e o Departamento de Correios e Telégrafos. Instalou naquele bairro o Centro Social Urbano, a Creche São Domingos Sávio, que esteve sob o comando da primeira-dama daquele Município, Maria Lúcia de Almeida Barros.

Com o crescimento da cidade, centenas de novas ruas foram surgindo pela necessidade de acomodação de grande número de migrantes, gerando a criação de loteamentos que precisavam ser atendidos, principalmente com os serviços de iluminação, abastecimento de água e esgotos. Reservatórios de água e poços artesianos foram instalados, da mesma forma que os serviços de iluminação pública.

*Na época, foi implantado o Plano Diretor da cidade. A CODEVAG encarregou-se do lançamento de vários loteamentos de baixo custo, visando atender o fluxo migratório sempre em ascensão. Várias pontes de madeira foram construídas ligando povoações, assim como serviços de drenagem em algumas vias públicas. Foi inaugurada uma nova rodovia para Bom Sucesso. Em 1977, inaugurou-se a nova pista da Feira Livre. Um posto de saúde foi instalado no Bairro Cristo Rei, onde a população, num crescimento notável, está a merecer melhor assistência. Coroando sua administração, o Prefeito Gonçalo Pedroso iniciou a construção do Centro Administrativo de Várzea Grande, obra que vinha sendo sonho de outros prefeitos, situando-o na Avenida Castelo Branco.*<sup>45</sup>

De 1977 a 1982, exerceu o mandato de Prefeito de Várzea Grande, na época da divisão do Estado, sucessor do Prefeito Júlio Campos, e a partir de então, a vida política do Conselheiro Branco de Barros estabeleceu interfaces em vários momentos com a carreira política de Júlio Campos.

*Temos caminhado juntos ao longo do tempo. Fui seu sucessor na Prefeitura Municipal de Várzea Grande. Posteriormente, quando eu ocupava uma cadeira no Legislativo, Júlio Campos*

<sup>44</sup> MONTEIRO, Ubaldo. *Várzea Grande : passado e presente – Confrontos. 1867-1987*, p.138-139.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 139-140.



*estava no Senado da República. Enfim, agora voltamos a nos encontrar e é para mim uma tarefa gratificante receber e dar posse ao Conselheiro Júlio Campos como mais novo membro desta egrégia Corte.*<sup>46</sup>

Foi Deputado Estadual por duas legislaturas, tendo sido eleito nos pleitos de 1986 e de 1990. Gonçalo Pedroso Branco de Barros faz parte da própria história do Município de Várzea Grande, devido a sua atuação como Prefeito da cidade e como parlamentar, representando o Município na Assembléia Legislativa.

No parlamento estadual participou da elaboração da nova Constituição do Estado de Mato Grosso; presidiu as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação Final do Poder Legislativo, em 1988/1989, ocasião em que foi também Vice-líder do Governo; exerceu também a Presidência da Comissão do Poder Judiciário, na ocasião sugerindo o aumento de vagas no poder Judiciário; foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

Nomeado para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Branco de Barros afastou-se das suas funções parlamentares, tomando posse em 8 de junho de 1992, ocupando a vaga do Conselheiro aposentado Afro Stefanini, cuja cadeira pertenceu anteriormente ao Conselheiro Frederico Vaz de Figueiredo.

Foi Corregedor-geral do Tribunal de Contas nos exercícios de 1996, 1998 e 2000. Em janeiro de 2002 alçou o honroso cargo de Presidente do Tribunal de Contas.

Em 31 de janeiro de 2002, no Centro de Eventos do Pantanal, o Conselheiro Gonçalo Pedroso de Barros tomou posse como Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso para o biênio 2002/2003. Na mesma cerimônia, foram empossados, respectivamente, para os cargos de Vice-presidente e Corregedor-geral, os conselheiros Ary Leite de Campos e Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto.

Em seu discurso de posse, Branco de Barros elencou como principais desafios da gestão o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, a informatização plena do Tribunal de Contas, o fortale-

cimento da Escola de Contas, visando oferecer a capacitação dos funcionários.

Cargos exercidos pelo Conselheiro Branco de Barros no Tribunal de Contas:

Corregedor-geral do Tribunal de Contas, período de 31 de janeiro de 1996 a 31 de janeiro de 1997.

Corregedor-geral do Tribunal de Contas, período de 30 de janeiro de 1998 a 28 de janeiro de 1999.

Corregedor-geral do Tribunal de Contas, período de 29 de janeiro de 2000 a 30 de janeiro de 2002.

Presidente do Tribunal de Contas, período de 31 de janeiro de 2002 a 31 de janeiro de 2003.

Enquanto Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Branco de Barros participou de inúmeras cerimônias, nas quais discorreu sobre o conteúdo prático da missão institucional do exercício do controle externo, sempre com eficácia enfatizando as realizações do TCE.

Como Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, o Conselheiro Branco de Barros implementou a política de capacitação dos colaboradores do Tribunal.

Recebeu título de cidadão de vários municípios do interior de Mato Grosso, em reconhecimento aos serviços prestados em prol das referidas comunidades a exemplo de Rondonópolis, Tangará da Serra, Colíder, Nossa Senhora do Livramento, Pontal do Araguaia, Comodoro, Araputanga e Cáceres.

Por ocasião do centenário de Licínio Monteiro da Silva, em evento na Fundação Júlio Campos, o Conselheiro Branco de Barros, em discurso, afirmou:

*(...) Ao longo dos seus cinquenta anos de existência, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso permanece inabalável na condução dos seus trabalhos e da sua vocação histórica preconizada por Ruy Barbosa.*

*Porém, Licínio Monteiro representa muito mais que uma simples instituição. Ele representa a nata da história política de Mato Grosso e, principalmente, de Várzea Grande, a nossa cidade natal. Além disso, também representa a nossa família, pois é tio da minha querida esposa Maria Lúcia. Por tudo isso, ficamos imensamente felizes com esta solenidade tão bem preparada pelo nosso colega, Conselheiro Júlio José de Campos.*

<sup>46</sup> Discurso do Presidente Branco de Barros na posse do Conselheiro Júlio Campos, em 28 de junho de 2002.

## HÉLIO JACOB

Conselheiro Hélio Jacob assumiu na vaga do Conselheiro João Moreira de Barros, com posse em 1975.

Filho de Antônio D. Jacob e Madalena Vasconcellos Jacob, nasceu a 4 de maio de 1925, é filho natural de São Gonçalo de Sapocaí-MG, casou-se com Jane Blanch Miguéis Jacob, com quem teve cinco filhos: Marco Pólo, Eduardo Henrique, Márcia Valéria, Sérvio Túlio e Dion Cássio.

*(...) Sim, sem falsa modéstia, eu possuo os requisitos mínimos de cultura e probidade exigidos pelos dispositivos constitucionais para investir-me no cargo de Conselheiro deste egrégio Tribunal. Um quarto de século como profissional de advocacia, desdobrando em quase 20 anos como Procurador e Consultor Jurídico e mais 15 como professor de Direito Público, fornece, mesmo aos mais medíocres, como eu, a experiência e os conhecimentos necessários a esse mister.<sup>47</sup>*

Hélio Jacob bachareou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Estado de Minas Gerais.

Antes de chegar a Mato Grosso, ainda no Estado mineiro, onde nasceu, prestou serviços à Secretaria de Estado de Administração do Estado de Minas Gerais, no período de 4 de abril de 1946 a 7 de setembro de 1951.



<sup>47</sup> Ata da sessão do TCE-MT de 25 de novembro de 1975.

Vindo para Mato Grosso, aonde chegou em 1956, o ilustre advogado exerceu a função de Auditor de Justiça da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, onde foi recebido com muita hospitalidade.

Foi Professor de Direito da Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado, a partir de 28 de janeiro de 1957, e das Cadeiras de Teoria Geral do Estado, Introdução e Ciências e, ainda, Direito Constitucional da primeira Faculdade de Direito de Mato Grosso.

A partir de 6 de novembro de 1958 passou a exercer a função de Consultor-geral do Estado.

Foi Vereador junto à Câmara Municipal de Cuiabá de 1961 a 1963.

Como um homem culto, estudioso e profundo conhecedor de todos os meandros do Direito e da legislação nacional, exerceu o magistério como Professor Titular da cadeira de Direito Constitucional da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, no período de 27 de maio de 1963 a 30 de março de 1966, vindo a se tornar Diretor da Faculdade de Direito de Cuiabá.

Era um homem de rara inteligência, cultura e disposição para os estudos, falando fluentemente o inglês e francês, além de lecionar latim, geografia e história, voltando-se também para o campo educacional. Foi diretor do Liceu Cuiabano, hoje Liceu Cuiabano “Maria de Arruda Müller”. Além de todas essas qualidades, tinha, ainda, uma veia poética, pois era literato e jornalista, tornando-se membro da Academia Mato-Grossense de Letras.

Na área do Direito, onde se fez a sua formação acadêmica, Hélio Jacob se projetou, exercendo dentro do Estado de Mato Grosso cargos importantes, tornando público, dessa forma, todo o seu talento com as questões legais e de jurisprudência, pois foi Auditor de Justiça da Polícia Militar, Consultor Jurídico e Consultor-geral do Estado, Promotor de Justiça da Comarca de Cuiabá, Procurador-geral do Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso. Exerceu também o cargo de Vice-presidente do Conselho Estadual de Educação. Ocupou também a Chefia de Gabinete da Secretaria de Segurança Pública e dirigiu regionalmente o SESC e o SENAC.

Por Ato Governamental de 12 de novembro de 1975, foi nomeado para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, na vaga decorrente da aposentadoria do Conselheiro João Moreira de Barros, tendo tomado posse a 25 de novembro de 1975.

Dentro do Tribunal, Hélio Jacob continuou merecendo destaque pela sua bagagem intelectual e pela sua experiência de jurista e conhecedor das leis.

Galgou por duas vezes a Vice-presidência do órgão em 4 de janeiro de 1978 e 23 de fevereiro de 1983. Foi eleito Presidente do Tribunal em 12 de maio de 1978 e de 4 de janeiro de 1984 a 9 de março de 1984. Em decorrência de aposentadoria, foi substituído pelo Conselheiro Ênio Carlos de Souza Vieira, até 4 de janeiro de 1985.

Pelo Ato Governamental de 16 de março de 1984, foi aposentado no cargo de Conselheiro deste Tribunal, conforme Diário Oficial de 19 de março de 1984.

Como reconhecimento aos serviços prestados à cidade de Cuiabá e à sua população, recebeu o Título de Cidadão Cuiabano, oferecido pela Câmara Municipal de Cuiabá.

Faleceu em 20 de abril de 1988.

## JOÃO ARINOS

196

Conselheiro João Arinos assumiu na vaga do Conselheiro Manoel de Oliveira Lima, em novembro de 1971.

Filho de Alberto Arinos e Ana Brasil Arinos, nasceu em Cuiabá, em 10 de fevereiro de 1913. Casou-se aos 21 anos pela primeira vez com Edite, que faleceu logo após, e mais tarde casou-se com Terezinha Ortiz Arinos. Do casal nasceram João Alberto Ortiz Arinos, André Luiz Ortiz Arinos e João Ricardo Ortiz Arinos.

Aos 14 anos ingressou nos quadros da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, como ajudante de limpeza, e já aos 18 anos era nomeado Auxiliar de Escritório, graças aos seus próprios esforços e aos estudos que fazia enfrentando as mais sérias dificuldades. Com 21 anos já se impunha como servidor capaz, estudioso e dedicado, sendo designado, embora tão jovem, Chefe da Residência da N.O.B. em Três Lagoas. Daí em diante a sua projeção foi das mais brilhantes, exercendo altas chefias.

Foi Presidente da Comissão Geral de Rendas e Assessor de Administração da Superintendência da N. O B, autarquia com sede em Bauru-SP.

Por despacho governamental foi nomeado para exercer o cargo de Chefe da Casa Civil do Governo do Estado no período de 1966 a 1971.

Exerceu altas funções, destacando-se as de Chefe da Casa Civil, em todo o período administrativo do eminente Governador Pedro Pedrossian, e mantido no mesmo cargo pelo Governador José Fragelli até sua nomeação como Conselheiro do Tribunal de Contas.

Por Ato Governamental de 3 de novembro de 1971 foi nomeado para exercer o cargo de Conselheiro do



Tribunal de Contas do Estado, na vaga de Manoel Oliveira Lima, aposentado, tendo tomado posse a 5 de novembro de 1971.

Eleito Vice-presidente do Tribunal de Contas em 2 de janeiro de 1973 e Presidente do Tribunal de Contas em 6 de janeiro de 1975.

O discurso de João Arinos, proferido na tribuna do Tribunal de Contas do Estado no dia de Reis, permite identificar claramente seus princípios religiosos:

*Hoje, 6 de janeiro é dia de Reis, dia consagrado à adoração, segundo o Santo Evangelho. Neste dia os lendários personagens bíblicos Gaspar, Melchior e Baltazar, os Reis Magos, segundo a melhor tradição Cristã, vieram de longínquas terras a Belém, guiados por uma Estrela flamejante, para adorar Jesus, aquele que seria o salvador da Humanidade. E a história se repete, através dos séculos consagrando os grandes momentos vividos intensamente, pelos povos cristãos. Hoje, ainda ressoam em nossos ouvidos os acordes dos sinos e dos cânticos das nossas Igrejas, espargindo hosanas e aleluias do último Natal, festa magna da cristandade. E, pois, sobre os melhores suspiros, na feliz coincidência de hoje, Dia dos Santos Reis que inicia, no Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, um novo mandato e uma nova mesa Diretoria que, cumprindo os preceitos legais, deverá ser a responsável pelos destinos administrativos desta Corte de Contas. Queira o todo poderoso, que a feliz coincidência de datas seja uma constante na trilha administrativa dos novos dirigentes no concernente ao zelo pelas causas públicas, no cuidado das providências tomadas e na Justiça das Decisões.<sup>48</sup>*

Era um apaixonado por poesia, literatura, esportes, música, política, história, cuja biblioteca permanece, até hoje, na cidade de Campo Grande.

Dentre as suas paixões, como qualquer brasileiro, foi um excelente jogador de futebol. Jogou pelas seleções de Miranda e Três Lagoas e por outros times da época, sempre na posição de centroavante, apesar de

sua pouca estatura.

Entre os seus trabalhos se destaca a sua atuação fundamental na recepção às colônias japonesa e libanesa no Estado de Mato Grosso e no processo da divisão do Estado de Mato Grosso.

Foi membro da Maçonaria, nas Grandes Lojas do Oriente, prestando relevantes serviços, onde chegou ao Grau 33.

Pelo Ato Governamental datado de 3 de julho de 1979, João Arinos foi aposentado no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme Diário Oficial de 3 de julho de 1979, e faleceu no ano de 1989.

<sup>48</sup> Ata da sessão do TCE-MT de 6 de janeiro de 1975.

## JOÃO MOREIRA DE BARROS

Conselheiro João Moreira de Barros assumiu na vaga do Conselheiro Rosário Congro, em março de 1955.

João Moreira de Barros era filho de José Zeferino de Barros e Ramira Moreira de Barros. Nasceu em Cuiabá em 3 de março de 1914 e casou-se com Haydée Arruda Moreira de Barros, com quem teve dois filhos: Teófilo e Túlio.

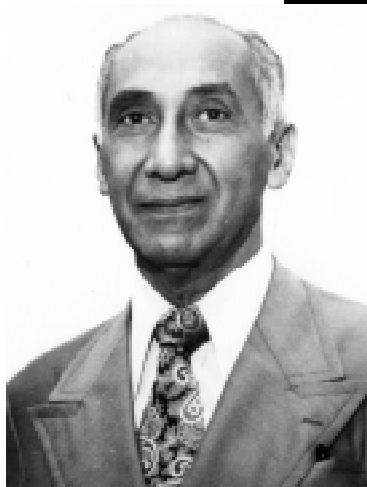
Seu filho Teófilo Márcio Arruda Barros teve cinco filhos: Teófilo Márcio, Keith Emmanuelle, Márcio Rodrigo, Márcia Luize e Paath Ninive. Seu filho Túlio César Arruda Barros teve três filhos: Ângela Maria, Wagner Luiz, Maysa Carla.

Fez o curso primário na Escola Modelo Barão de Melgaço, o curso secundário no Liceu Cuiabano e o curso superior na Faculdade de Direito de Niterói, bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais, no ano de 1938.

João Arinos chamou João Moreira de Barros de autêntica enciclopédia do Tribunal de Contas, cuja inteligência era invejável, cultura aliada a uma extraordinária capacidade de trabalho.

Foi nomeado Comissário de Polícia na cidade do Rio de Janeiro, quando ainda era estudante de Direito.

Em 1934 foi admitido como investigador extra-numerário do Departamento Federal de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso. Exerceu as funções de Chefe de Polícia no período de 1939 a 1941, nomeado pelo então Interventor Federal no Estado de Mato Grosso, Júlio Muller, e ocupou o cargo de Chefe do Ministério Público do mesmo Estado. Em 21 de fevereiro de 1951 foi nomeado para exercício do cargo de Procurador Geral de Justiça, cargo que ocupou até 17 de setembro de 1953. Em 1953 foi nomeado Professor de Direito Penal na Faculdade de Direito de Cuiabá, do período de 17 de setembro de 1953



a 2 de março de 1955.

Ingressou no TCE de Mato Grosso, na categoria de Juiz de Contas de Mato Grosso, por Portaria de 2 de março de 1955, deixando a Procuradoria-geral do Estado. Em 24 de maio de 1955 foi posto à disposição do Governo do Estado para exercer a função de Procurador-geral da Justiça.

Novamente foi nomeado para o cargo de Professor de Direito Civil na Faculdade de Direito de Cuiabá, no período de 3 de fevereiro de 1961 a 14 de março de 1964. Aposentou-se por tempo de serviço como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado a 9 de setembro de 1975.

Exerceu o cargo de Procurador-geral de Mato Grosso no período de 30 de setembro de 1975 a 15 de março de 1979; a 7 de dezembro de 1955 reassumiu as funções de Ministro do TCE.

Em várias oportunidades, o Conselheiro João Moreira de Barros compôs a Mesa Diretora do Tribunal de Contas do Estado, ocupando o cargo de Vice-presidente do órgão em 4 de janeiro de 1957, Vice-presidente do Tribunal em 2 de janeiro de 1962, em 2 de janeiro de 1970; em 3 de janeiro de 1972 e em 6 de janeiro de 1975.

Ocupou o cargo de Presidente do Tribunal de Contas por três gestões: em 8 de janeiro de 1958; em 2 de janeiro de 1963 e em 4 de janeiro de 1971.

*Na Vice-presidência, temos a figura ilustre, nobre e culta do Ministro João Moreira de Barros, cuja pauta de serviços prestados à causa pública é imensa. O seu saber jurídico, a sua experiência, a sua dedicação ao trabalho, o seu espírito de coleguismo e a facilidade de fazer amigos são virtudes de todos nós conhecidas.*<sup>49</sup>

Aposentou-se em 1975 sendo convidado pelo Governador do Estado para ocupar o cargo de Procurador-geral do Estado. Era considerado pelos colegas como “a *Enciclopédia do Tribunal*”.

Ao deixar o TCE, o Conselheiro João Moreira de Barros fez o seguinte pronunciamento:

*Saio daqui com saudades, 20 anos não são 20 dias. Em 1955, vim para o Tribunal de Contas,*

*ocupe a vaga de um dos conselheiros fundadores, o Dr. Rosário Congro. Sua Excelência, veio para o Tribunal já beirando os 70 anos e logo saiu. Foi a primeira vaga que ocorreu. Nessa época, ocupávamos um cargo de confiança, que era de Procurador de Justiça. Finalmente chega esta oportunidade, estamos com 40 anos de serviço, eu estava achando que já estava demais, estava envelhecendo. Eu agradeço as palavras generosas do Dr. Procurador-geral, ditadas mais pelo coração e, também, as do conselheiro Marcílio de Oliveira Lima.*<sup>50</sup>

Na ocasião, o Procurador-geral, José do Carmo Ferraz, fez a afirmativa de que o Tribunal de Contas perdera um dos seus mais brilhantes Conselheiros.

Dedicado também às Letras, João Moreira de Barros publicou a obra *O Lado Pitoresco das Eleições*, lançada em noite de autógrafos de 6 de junho de 1974, na Academia Mato-Grossense de Letras, promovida pelo Lions Clube de Cuiabá, contando com a presença de colegas do Tribunal e do seu Presidente, à época, Rachid Mamed. Os recursos advindos do livro foram doados ao Lions Club, em benefício das famílias desabrigadas pela enchente do rio Cuiabá, fato que revela a sua faceta humanitária.

João Moreira de Barros é também o autor de outras obras como:

*O Ministério Público e a Justiça de Contas.*  
*Orçamento e a sua execução e fiscalização.*  
*Alguns aspectos da Revolução de 64.*  
*Cuiabá e o seu passado.*  
*Cuiabá de Hoje.*

*Períodos Conturbados da Política Mato-grossense.*  
*Discurso de Posse na Academia Mato-Grossense de Letras.*

*Uma visão política de Mato Grosso – 1945 a 1987.*

Foi também colaborador em vários jornais da Capital, dentre eles: *Tribuna Liberal*, *Diário de Cuiabá*, *O Estado de Mato Grosso* e *O Combate*, antigo jornal da UDN no Estado.

Foi sócio fundador do Lions Clube Norte, exercendo o cargo de Secretário-geral, tendo sido, também, seu Presi-

49 Ata da sessão do TCE-MT de 2 de janeiro de 1963.

50 Ata da sessão do TCE-MT de 10 de julho de 1975.

dente no período de 1968 a 1970 e no de 1973 a 1974.

Foi membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso desde 1976, e membro efetivo da Academia Mato-Grossense de Letras, ocupando a cadeira nº 34, desde 21 de outubro de 1981.

Era apaixonado pelo Direito, exercendo a advocacia como profissional liberal a partir de 1979 até a data de seu falecimento em 11 de abril de 1987.

Como Advogado, Procurador-geral e Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, participou de diversos eventos, como o VII Congresso Nacional de Procuradores, realizado na Bahia em 1975; o VIII Congresso Nacional de Procuradores do Estado, realizado no Rio de Janeiro, em 1977. Participou do Congresso da Independência, realizado na cidade de São Paulo, por ocasião dos festejos do sesquicentenário da Independência do Brasil, como representante do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Foi condecorado com o título de Honra ao Mérito, concedido pelo Ministério do Exército por sua participação na turma de Aspirantes de 1942.

Faleceu na cidade de Paranaíba-MS, vítima de acidente automobilístico, no dia 11 de abril de 1987.



## JOSÉ CARLOS NOVELLI

Conselheiro José Carlos Novelli assume na vaga do Conselheiro Djalma Carneiro Rocha, em 2001.

Filho de Ângelo Novelli e de Maria de Oliveira Novelli, nasceu em 16 de fevereiro de 1954, na cidade de Pirajuí-SP. É casado com a médica Daisy Oliveira e Silva, com quem teve os filhos: Gabriel Arthur, Aline D' Lourdes, Ellien Vitória, Carlos Gabriel e Ana Gabriela.

Em companhia de seus pais e irmãos, veio para o Estado de Mato Grosso, fixando residência em Rondonópolis, onde vivenciou a infância e adolescência. Conforme suas próprias palavras:

*Passei a minha infância e juventude em Rondonópolis, de 1957 a 1974. Filho de pais funcionários públicos, vivi um tempo tranquilo e feliz. Tomava banho e pescava despreocupadamente nos rios Arareau e Vermelho. Dividíamos, entre nós, garotos, uma serenidade que acabou se incorporando à minha maneira de viver. A influência positiva e carinhosa dos meus pais, a vivência com os amigos e uma solidariedade que marcava aqueles tempos tão tranquilos de uma Rondonópolis ainda tão pequena. Meus pais me despertaram para a política com o seu envolvimento em campanhas eleitorais. A adolescência chegou, e com ela a vizinhança da residência do DERMAT, que chamou minha atenção para a construção de rodovias. Mas foi a chegada das grandes construtoras que pavimentavam as rodovias BR-364, de Goiânia a Cuiabá, e BR-163, de Campo Grande a Cuiabá, ambas passando por Rondonópolis, as quais*



*definitivamente me inclinaram para as estradas. Em 1974 prestei vestibular na Universidade Federal de Mato Grosso, onde cursei Engenharia Civil e me formei em 1979.*

*Fiz o primeiro estágio na Cohab em 1980, e depois cursei especialização em Transportes Urbanos.*

*Junto com a década de 1980, eu começava a minha vida profissional. Desde então, sempre ocupei funções técnicas nos vários governos que tive a oportunidade e a honra de servir, seja como Diretor do DETRAN em Mato Grosso do Sul, de 1979 a 1983, seja como gerente Estadual do Programa Polonoroeste, de maio de 1986 a maio de 1987, como Diretor Técnico do DETRAN, de novembro de 1987 a abril de 1988, como Diretor de Manutenção do então DERMAT, em Mato Grosso<sup>51</sup>, de julho de 1988 a fevereiro de 1989.*

José Carlos Novelli foi Consultor das Prefeituras Municipais de Indiavaí, Barra do Bugres, Denise, Salto do Céu, Araputanga, Sorriso, Rio Branco, Nova Olímpia, Nossa Senhora do Livramento e Rosário Oeste, no período de março de 1989 a março de 1990.

Foi eleito e exerceu o cargo de Vereador à Câmara Municipal de Cuiabá de 1993 a 1997. Em janeiro de 1995 assumiu o cargo de Diretor de Manutenção do DVOP – Departamento de Viação e Obras Públicas de Mato Grosso, até agosto de 1998, onde teve a oportunidade de realizar as seguintes obras.

Pavimentação de rodovias – 96,2 km; restauração e conservação de rodovias pavimentadas – 1.166,6 km; restauração e conservação de rodovias em terra – 13.299,8 km; construção de pontes de concreto – 300 m; reforma e reconstrução de pontes de madeira – 1.813,3 m. No ano de 1996, restauração de rodovias pavimentadas e não pavimentadas – 1.159,7 km; reforma e reconstrução de pontes de madeira – 589,1 m. Em 1997, Pavimentação de rodovias – 448,8 km; restauração e conservação de rodovias pavimentadas e, em terra, 889,4 km e 12.828,0 km, respectivamente; construção de pontes de concreto – 131 m; reforma e reconstrução

de pontes de madeira – 1.014,0 m; construção e ampliação de aeroportos – 8.370 m e 2.500 m, de pista de pouso, respectivamente.

Em 1998, gerenciou as obras de pavimentação de rodovias – 875,2 km; restaurações e conservações de rodovias pavimentadas e, em terra – 844,0 km e 24.230,3 km; Construções de pontes de concreto e madeira, reformas e reconstruções – 1.190,0 m, 214,5 m e 930,0 m, respectivamente.

Em outubro de 1998 assumiu uma cadeira de Deputado Estadual na Assembléia Legislativa de Mato Grosso, onde permaneceu até janeiro de 1999.

E, finalmente, como seu Presidente, de fevereiro de 1999 a junho de 2001, pavimentou as seguintes rodovias: MT-100 – Alto Araguaia – Taquari – 20,0 km; MT-220/338 – Jauru – Porto dos Gaúchos – 27,0 km; MT-351 – entre MT-251/UHE Manso – 20,0 km; MT-070 – entre BR 174/divisa Brasil-Bolívia – 12,0 km e MT-364 – duplicação da Serra de S. Vicente – 10,0 km.

Em 2000, pavimentou 743,2 km de rodovias e realizou as restaurações e conservações de rodovias pavimentadas e em terra, com 350,7 km e 15.333,7 km, respectivamente; construiu pontes de concreto e madeira, com 3.909,0 m e 64,0 m, respectivamente, bem como a reforma e reconstrução de pontes de madeira, no interior, num total de 1.356,5 m.

Em 2001 realizou as seguintes obras: pavimentação de rodovias – 376,6 km; restauração e conservação de rodovias pavimentadas e em terra – 580,7 km e 17.520,1 km; construções de pontes de concreto e madeira – 3.909,0 m e 189,0 m; reforma e reconstrução de pontes de madeira – 287,5 m. Ocupou esse cargo até a posse no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em julho de 2001.

Foi membro titular das comissões e conselhos: Comissão regional de transportes em Campo Grande-MS e dos Conselhos Municipal de Cultura, Estadual de Trânsito, Estadual de Transportes, em Mato Grosso.

Foi homenageado com os títulos de Cidadão dos seguintes municípios: Cuiabá, Juara, Rondonópolis, Várzea Grande, Brasnorte, Santo Antônio de Leverger, Indiavaí, Luciara, Torixoréu e Barra do Garças, bem como recebeu o título de cidadão Mato-Grossense, da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso. É cidadão honorário de Alta Floresta, benemérito de Tangará da Serra e recebeu a Comenda do Mérito Legislativo da Câmara Municipal de Cuiabá.

Tomou posse no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso no dia 29 de janeiro de 2001, assumindo a vaga deixada por Djalma Carneiro da Rocha. Em seu discurso de posse, o Conselheiro José Carlos Novelli assim se expressou:

*(...) Minha memória está povoada das melhores recordações pelas experiências que pude vivenciar durante minha vida profissional, e pelas pessoas com as quais cruzei por um momento, ou por longos períodos. A minha consciência está tranquila pela sensação do dever cumprido.*

*Penduro as botas empoeiradas do engenheiro civil e visto a toga de julgador de contas.*

*Espero que Deus me dê a sabedoria de compreender a síntese dessa dialética, e que preveja o enriquecimento das minhas qualidades humanas, cada vez mais voltadas para o interesse da sociedade do meu Estado de Mato Grosso, onde vivo, onde vivem os meus amigos e, certamente, viverão os meus filhos e os meus descendentes.*

*(...) Minha primeira certeza é a de que o cargo pede humildade, imparcialidade e justiça no julgamento das contas. Segundo - apoio as medidas de modernização já iniciadas, como a informatização, a descentralização e a capacitação dos recursos humanos. Terceiro, um Tribunal de Contas que seja, acima de tudo, orientador dos procedimentos de execução orçamentária e financeira das prefeituras. Quarto - defendo a realização continuada de seminários e aprimoramento do corpo técnico. Quinto - defendo a realização de treinamento contínuo dos gestores públicos dos órgãos governamentais das prefeituras e das câmaras de vereadores.*

*(...) Preciso agradecer a confiança e a amizade do governador Dante de Oliveira. Um fiscal duro. Cobrador impiedoso, mas um amigo leal. Não há como deixar de se motivar com o seu otimismo.... Agradeço, em especial, aos meus amigos, aos Deputados José Riva e Humberto Bosaipo por suas visões macro dos problemas*

*legislativos, parceiros em todas as vezes que deles necessitei.*<sup>52</sup>

Exerceu o cargo de Vice-presidente do TCE, sendo empossado em 31 de janeiro de 2001, com mandato até 31 de janeiro de 2002, e foi eleito novamente Vice-presidente para o biênio 2004-2005.

## JOSÉ DO CARMO FERRAZ

204

Por Ato Governamental foi nomeado como Procurador do TCE-MT, assumindo em 1967 e efetivando-se no cargo de Procurador-geral em 1969, exercendo as funções até 1996.

Iniciou sua vida profissional dedicando-se à Educação, tendo sido nomeado em 5 de março de 1957 para exercer interinamente o cargo de professor da cadeira de Geografia Geral no antigo Colégio Estadual de Mato Grosso. Ingressou no exercício das funções a 19 de março de 1957, exercendo-as até 22 de março de 1971.

Dando continuidade às suas atividades de educador, foi nomeado professor da Escola Industrial de Cuiabá, tendo tomado posse em 8 de setembro de 1958, exercendo essas funções até 31 de dezembro de 1959. A partir do ano seguinte passou a exercer as funções de professor do Ensino Industrial Básico na Escola Técnica Federal de Mato Grosso, até o ano de 1969.

Exerceu o cargo de Procurador do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, por Ato datado de 1º de setembro de 1967, tendo prestado compromisso a 12 de setembro de 1967, de acordo com despacho do Exmº. Sr. Ministro Presidente Benedito Vaz Figueiredo.

Por Ato Governamental, de 3 de novembro de 1969, foi nomeado efetivamente para exercer o cargo de Procurador-geral do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso:

*Fica declarado estável no Serviço Público Estadual, como Procurador Geral do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, o Bacharel José do Carmo Ferraz, com as vantagens da legislação em vigor à época de sua nomeação.*



*Palácio Alencastro. Cuiabá, 03.04.1970. Governo do Estado. Governador Pedro Pedrossian.*

Ao seguir as normas de envio de relatório ao final da gestão administrativa, o Procurador-geral, no final da gestão do Presidente Dr. Benjamim Duarte Monteiro (1974-1975), indicava as atividades desenvolvidas pela Procuradoria:

*A Procuradoria Geral do Tribunal proferiu no ano de 1973, 4.372 pareceres relativos à prestação de contas, balancetes de exatarias, pareceres, sobre devedores de Adiantamento, aposentadoria, diversos, reformas, locação de prédios, ordens de pagamento.*

O Procurador-geral José do Carmo Ferraz, em discurso proferido na posse do Conselheiro Rachid Mamed, observa o crescimento da cidade de Cuiabá e da responsabilidade do Tribunal ante a esse fato:

*As ruas estão cheias, as praças, estão lotadas, o comércio apinhado de gente, os hospitais também estão lotados. Cresce o orçamento do Estado de 430 milhões para quase 700 milhões de cruzeiros; cresce com isso a responsabilidade governamental da aplicação desse dinheiro e cresce também a responsabilidade do Tribunal de Contas no trato que lhe compete pela Constituição Federal, Estadual e Leis Particulares, de Fiscal, da Execução Orçamentária.<sup>53</sup>*

A Procuradoria da Justiça tem um papel dos mais importantes na mecânica de funcionamento dos Tribunais de Contas de todo o país. Sua presença nessas Cortes de Contas não é só necessária como obrigatória. Com efeito, como representante do Ministério Público, a Procuradoria de Justiça se faz presente em todas as sessões plenárias.

Ainda nesse discurso, o Procurador assim elencou as atribuições do TCE-MT:

*Nós tivemos em Mato Grosso, o período do Registro Prévio, me parece uma transição, um período de Registro "a posteriori", sabemos já aprovado pelo Poder Legislativo, em primeira discussão a Emenda Constitucional que colocará Mato Grosso de acordo com o que prescreve a Constituição Federal, numa fiscalização moderna, numa fiscalização sem registro.<sup>54</sup>*

<sup>53</sup> Boletim do TCE-MT, Cuiabá, n.54, dez. 1973, p. 9.

<sup>54</sup>Idem.

## JOSÉ FERREIRA DE FREITAS

Conselheiro José Ferreira de Freitas assumiu na vaga do Conselheiro Aecim Tocantins, em 1978.

Filho de Lindolpho Ferreira da Silva e Adelaide Namoni de Freitas. Natural da cidade de Veríssimo-MG, nasceu em 9 de fevereiro de 1928. É casado com Maria Bárbara de B. Freitas, com quem teve quatro filhos: Maristella, Lúcia, João Bosco e Mirtes; e tem seis netos: Vitória Juliana, Carolina Flávia, Fernanda Paula, Rodrigo Augusto, Guilherme e Arthur.

Sobre o Conselheiro José Ferreira de Freitas, assim se referiu a Professora Vera Randazzo no prefácio da obra *Do nada... ao muito*:

*O trabalho do autor ultrapassa as 10 horas diárias, até hoje, numa atividade incessante, febril, podendo ressaltar, ainda, que vários livros o autor vem ainda escrevendo, um deles – didático – versando sobre Direito Constitucional (teórico-prático), além de outro que deverá ser lançado no fim do ano, acerca do primeiro Curso Superior em Mato Grosso.<sup>55</sup>*

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Cuiabá, graduado em 1963. Advogado inscrito na OAB-MT, sob o nº 417, por algum tempo advogou em Corumbá, tendo tido ocasião, também, de exercer *ad hoc* tanto na Promotoria Pública quanto na Defensoria.

<sup>55</sup> FREITAS, José Ferreira de. *Do nada ao muito. A odisséia da instrução nos confins de Mato Grosso*. Cuiabá : [s.ed.], 2001, p. 13.



Foi funcionário do Banco do Brasil S/A no período de 1952 a 1958, idealizando naquele órgão a organização da Associação dos Bancários. Em 1959 frequentou o curso de Municipalismo e Administração, na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

No início da década de 60 integrou e foi eleito Presidente da Comissão pro-sede da *Escola Profissional Alexandre de Castro*, entidade que se propunha a acolher menores dos bairros periféricos da cidade de Corumbá, educando-os e ensinando-lhes profissões compatíveis com suas idades. Essa entidade tinha plano inicial de atender pelo menos 100 menores. Hoje, respondendo pelo nome de *Cidade Dom Bosco*, unindo esforços do poder político e da população, atende cerca de 2000 alunos. A respeito dessa experiência que dignificou sua vida, José Ferreira de Freitas escreveu e publicou: *Estrela que tardava ainda e Ao Padre, com gratidão*.

Foi professor da Escola Técnica de Comércio de Corumbá, exercendo essa função de 1957 a 1971. Nessa mesma cidade foi Secretário do então Deputado Fauze Scaff Gattass nas lides de cadastramento de eleitores. O Deputado Gattass o indicou como candidato a Vice-prefeito de Corumbá, e no ano seguinte, com sucesso nessa empreitada, foi eleito Deputado Estadual.

Em 1967 o Deputado José de Freitas conseguiu a aprovação de Projeto de Lei de sua autoria criando o primeiro curso superior em Corumbá: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Instituto Superior de Pedagogia, onde hoje funciona o Campus da UFMS.

Exerceu na Assembléia Legislativa estadual o cargo de Consultor Técnico Jurídico durante 3 anos, a partir de 1971. Foi eleito Deputado Estadual por duas legislaturas consecutivas, exercendo os mandatos de 1966 a 1974. Sua atuação como Deputado foi das mais destacadas, numa época em que Mato Grosso se achava em completo isolamento, sem plano de asfalto, com poucas estradas, tanto principais quanto vicinais. Uma de suas primeiras reivindicações foi o início da então BR-333 (Vitória-Corumbá), iniciada, mas pouco depois interrompida.

Lutou pelo saneamento da região do Porto de Cuibá, por escolas, postos de saúde e auxílio a entidades assistenciais. Em seu segundo mandato como Deputado/Constituinte, foi eleito Presidente da Comissão com objetivo de levar a debate, discussão e votação a Constituição do Estado de Mato Grosso.

Foi Secretário-geral da Aliança Renovadora Nacional em Mato Grosso por 5 anos, exercendo a presidência do partido no período de 1968 a 1973.

Foi um homem comprometido com a educação e com a instrução pública. Participou das lutas pela implantação da Universidade Federal de Mato Grosso – 1970. Exerceu, a partir dessa data, as funções de Professor de Direito, por 29 anos. Sua luta obteve pleno êxito em 1970, quando da criação da Universidade Federal de Mato Grosso. Seu nome figura no mural do prédio principal dessa instituição, como um dos fundadores da entidade.

Convidado pelo Governador José Garcia Neto, assumiu a Secretaria de Estado de Administração no período de 1975 a 1978. Dentre seus principais feitos nessa pasta, podem ser registrados o aumento no salário dos servidores mais humildes, a criação do *Diário da Justiça*, a elevação do Departamento de Imprensa Oficial à categoria de autarquia, dinamização do Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso e organização do Arquivo Público do Estado, conseguindo melhorar as suas acomodações e a forma de catalogação e conservação dos documentos através da aplicação de produtos químicos adequados, não se descurando da capacitação de pessoal. Deu início à reforma administrativa e à microfilmagem da documentação, promovendo a 1ª exposição de documentos e fotos de Mato Grosso.

Desde 1975 ocupa a Cadeira nº 32 da Academia Mato-Grossense de Letras, tendo por patrono Catarino de Brito e por antecessor o Professor Isaac Póvoas.

Como Professor, pronunciou inúmeras conferências e palestras, inclusive na Universidade Federal do Paraná, assim como em emissoras de rádio e televisão – de 1975 a 1999.

Por Ato Governamental datado de 9 de junho de 1978 foi nomeado Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 112 da Constituição Estadual, vaga aberta em decorrência da aposentadoria do Conselheiro Aecim Tocantins, tendo tomado posse em 20 de setembro de 1978.

No Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso sua atuação foi marcante, tendo ocupado o cargo de Vice-presidente em 1979, Presidente em 1980, e novamente Vice-presidente em 1984.

Na condição de representante oficial do Presidente da Coordenação dos Tribunais de Contas do Brasil,

esteve em Bogotá, por 20 dias, participando do Seminário Internacional promovido pelo Tribunal de Contas da Alemanha, sob os auspícios da Comissão da ONU para a América Latina – CEPAL.

Foi aposentado como Conselheiro do Tribunal segundo o Ato Governamental de 16 de dezembro de 1985, publicado no Diário Oficial de 26 de dezembro do mesmo ano.

O Conselheiro José Ferreira de Freitas é um homem profundamente ligado às Letras, ardoroso pesquisador e um talentoso escritor, tendo dedicado sua vida à produção intelectual e às atividades administrativo-sociais.

#### LIVROS JÁ EDITADOS:

*Discurso de posse na AML In: Antologia da Academia Mato-Grossense de Letras.* Jubileu de Diamante. Cuiabá.1996.

*Raízes – Viagem de estudos à Europa, a História e o Direito.* Visita à Universidade de Coimbra e outras. Cuiabá. 1997.

*Os fatos da foto:* Faculdade de Direito da UFMT – O paraninfo e os formandos de 1997. Cuiabá. 1997.

*Frutos colhidos: odisséia da implantação do 1º curso superior em Mato Grosso (1957):* comemoração do 35º aniversário de formatura da 3ª turma de Direito. Cuiabá. 1998.

*Agenda poética de escritores do Brasil* Co-autoria. Editora Alcance – Porto Alegre. 1998.

*Anversos e reversos.* Coletânea de 105 crônicas sobre fatos do cotidiano.

*Tronco... e raízes... Ligeiro histórico de uma das últimas imigrações do século XIX* europeus provindos da Itália e de Portugal. 1998.

*Estrela que tardava ainda.* Histórico de obra social a qual o autor está ligado há 40 anos, lançado em Corumbá.

*Do nada... ao muito.* A odisséia da instrução nos confins de MT. Cuiabá: edição do autor, 2001.

*Sertão da farinha podre:* história e evolução da mesopotâmia triangulina, 2003.

*Ao padre Ernesto, com gratidão.* 56 anos como sacerdote, 50 anos de ação social intensa. Cuiabá: edição do autor, 2002.

#### CONDECORAÇÕES:

Comenda Plácido de Castro. Decreto nº 71.355 – MEC.

Comenda da Ordem do Mérito de Mato Grosso – GRAN CRUZ.

Voto de louvor da UFMT por serviços relevantes e exemplos edificantes.

Medalhas de Parlamentar atuante, da Missão Salesiana e de Deputado Constituinte, de Honra ao Mérito Luis Philippe Pereira Leite.

Comenda Memória do Legislativo – 14 de agosto de 2003.



## JOSÉ SALVADOR DE ARRUDA SANTOS

Conselheiro José Salvador de Arruda Santos assumiu na vaga do Conselheiro João Arinos, com posse em 1979, com apenas 39 anos de idade.

José Salvador Arruda Santos é natural de Poconé-MT, nascido a 23 de agosto de 1940, filho de José dos Santos Júnior e de Marieta de Arruda Santos. Casou-se com Neyle Eubanck A. Santos e dessa união nasceram os filhos: Luiz Gutemberg, Cynthia Aparecida, Luis Lauremberg, Luiz Rousemberg e José Salvador A. S. Júnior e os netos: Talita, Saulo, Camila, Jordan, Karina, Maria Clara, Lara Luiza e Leandro.

Concluiu o curso primário no Grupo Escolar General Caetano de Albuquerque, no ano de 1950, na cidade de Poconé-MT; exame de admissão no Ginásio Maria Leite em Corumbá-MS e o 2º grau no Liceu Salesiano São Gonçalo, em Cuiabá, no período de 1953 a 1956.

José Salvador tornou-se profundo conhecedor do mundo financeiro, adquirindo larga experiência nas mais conceituadas organizações de crédito deste Estado. Por muitos anos foi funcionário de três grandes empresas do ramo: Banco Nacional do Comércio e Produção S/A; Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A; Banco Financial de Mato Grosso S/A.

É um pantaneiro, ligado às causas de sua cidade natal e da sua região, dedicando-se às causas sociais mais nobres. Em nome desses ideais, que se encaixavam perfeitamente em sua principal atividade de pecuarista no baixo pantanal mato-grossense, exerceu o cargo de Diretor da Procuradoria-geral do Baixo Pantanal, Diretor da Sociedade de Beneficência Poconeana – Mantenedora do Hospital Dr. Nicolau Fragelli, de Poconé, e Presidente da Cooperativa Rural de telecomuni-



cações de Poconé. Em nome de seu compromisso com a preservação da natureza e com a qualidade de vida da população de sua cidade, José Salvador convocou e presidiu o 1º Encontro Estadual Sobre os Recursos Naturais não Renováveis na cidade de Poconé, em setembro de 1977.

Exímio e renomado político, dispensa maiores apresentações, tantos foram os cargos que exerceu, sempre apaixonado pelas questões que defendia. Foi Presidente do PSD em 1959, fundador e Presidente da ARENA, Delegado Estadual desse partido, Presidente regional do PDS, candidato a Vice-governador na Chapa de Dr. Frederico Campos, Prefeito Municipal de Poconé de 1977 a 1979.

Por Ato Governamental de 13 de setembro de 1979, e tendo em vista o que consta da Resolução nº 12, de 5 de setembro de 1979, da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, foi nomeado para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 112 da Constituição Estadual, na vaga decorrente da aposentadoria do Conselheiro João Arinos (D.O. de 13 de setembro de 1979), tendo tomado posse no dia 25 de setembro de 1979, sendo o mais jovem Conselheiro do Brasil, aos 39 anos de idade.

Foi Vice-presidente do Tribunal de Contas, eleito em 4 de janeiro de 1982 e presidente do Tribunal de Contas em 4 de janeiro de 1983. No ato da sua posse, o Conselheiro Nelson Ramos assim se expressou:

*Estamos neste momento passando a presidência do Tribunal de Contas de Mato Grosso ao Conselheiro José Salvador Arruda Santos, cujo passado de realizações à frente das mais variadas funções, nestas se destacando a de Prefeito Municipal de Poconé, é um atestado do muito que podemos esperar de seu dinamismo, de sua inteligência, de sua honestidade e de seu amor ao trabalho. Os três anos em que milita nesta Casa são suficientes para afirmar todo o conceito que trouxe em sua bagagem de homem público, sempre voltado para os maiores interesses da administração estadual.<sup>56</sup>*

*Ao Conselheiro Arruda Santos, a nossa certeza de que, ao afastar-se no próximo ano, da mais alta investidura desta Corte de Contas, deixará atrás de si, um punhado de grandes realizações, só comparáveis às daqueles que mais fizeram pelo engrandecimento deste Tribunal.<sup>57</sup>*

Foi novamente eleito Vice-presidente do Tribunal em 6 de janeiro de 1986.

Representou o Tribunal de Contas em várias ocasiões, dentro do Estado de Mato Grosso e em ocasiões especiais fora do Estado, conforme abaixo:

Presidiu a 13ª reunião do Conselho Dirigente do Centro de Coordenação dos Tribunais de Contas do Brasil, realizada em Cuiabá de 11 a 14 de maio de 1983.

Participou como Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do 12º Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil realizado em Foz do Iguaçu/PR, de 20 a 23 de outubro de 1983.

Foi eleito Vice-presidente do Tribunal de Contas, pela segunda vez, em 1989.

Por Ato Governamental de 30 de abril de 1986 foi aposentado no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Foi consignado em ata:

*Ao aposentar-se deixou em seu discurso a seguinte mensagem aos servidores do TCE: aos funcionários do Tribunal dos quais depende o êxito de nossas decisões, que Deus mande a sua graça aos seus corações, abrindo caminho à bondade e à paz, que o Espírito Santo desça sobre suas consciências, abrindo os seus entendimentos, aumentando suas inteligências para que possam, no cumprimento de seus deveres e obrigações, trazerem ao plenário desta casa, os frutos da justiça, que conseqüentemente nos levará às raias da perfeição administrativa.<sup>58</sup>*

Pelos serviços prestados à coletividade e à sua cidade e região, José Salvador de Arruda recebeu vári-

<sup>56</sup> Ata da sessão do TCE-MT de 4 de janeiro de 1983.

<sup>57</sup> *Idem.*

<sup>58</sup> Ata da sessão do TCE-MT de 30 de abril de 1986.

as honrarias, como a Medalha do Mérito Rural Pantaneiro, no dia 11 de maio de 1995, pelos relevantes serviços prestados às causas do Pantanal.

Através do Decreto nº 1959, de 16 de abril de 1989, assinado pelo Governador do Estado, Júlio José de Campos, recebeu o título de Comendador, tendo renunciado ao Título por não se julgar merecedor da honraria.

José Salvador é um homem de sedimentada formação religiosa, pois, quando de sua gestão, introduziu a religiosidade no Tribunal através da prática de orações e da intronização do Sagrado Coração de Jesus no Gabinete do Presidente, através do Arcebispo de Cuiabá D. Bonifácio Picinini.

Além dessas atividades de fundo religioso, dentro do Tribunal, José Salvador fundou a Ordem dos Cavaleiros de São Benedito e presidiu a Irmandade de São Benedito. Fundou o Centro Social Beneditino. É membro da Irmandade de São Vicente de Paula e dedicou 22 anos de atividade religiosa junto à juventude com evangelização e orientação espiritual, na cidade de Poconé.

## JÚLIO JOSÉ DE CAMPOS

212

Conselheiro Júlio José de Campos assumiu na vaga do Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro, em 2002.

Júlio José de Campos é natural de Várzea Grande-MT. Filho de duas tradicionais famílias de origem livramentense e poconeana. Seus avós paternos foram precursores no povoamento de Várzea Grande. Seus avós do lado materno são da região de Livramento. Seu pai é Júlio Domingos de Campos e sua mãe, Amália Curvo de Campos. Nasceu em 11 de dezembro de 1946. É casado com a Professora Isabel Coelho Pinto de Campos, com a qual teve quatro filhos: Laura Cristina, Consuelo Maria, Sílvia Renata e Júlio Domingos Neto.

Iniciou o curso primário na Escola Adventista de Várzea Grande e em seguida ingressou no Grupo Escolar Pedro Gardés, também em Várzea Grande. Em 1954 terminou o nível primário, ingressando no curso ginásial junto ao Colégio Salesiano São Gonçalo, e concluindo o curso Científico em 1964, no Colégio Estadual de Mato Grosso, hoje Liceu Cuiabano “Maria de Arruda Muller”.

Prestou vestibular no ano de 1965 para ingresso no curso de Engenharia Agrônômica da Universidade de Goiás, onde foi aprovado, iniciando seus estudos superiores. Transferiu-se, posteriormente, para a Faculdade de Agronomia de Jaboticabal-SP, onde bacharelou-se em 1969.

Desenvolveu intensas atividades no interior da política estudantil, desde o Colégio Salesiano, onde presidiu o Grêmio D. Aquino Corrêa. Em Goiânia, fundou a AMEGO – Associação Mato-grossense dos Estudantes em Goiás. Participou de Congresso em Viçosa e foi eleito Vice-presidente Nacional do Diretório dos Estu-



dantes de Agronomia do Brasil.

Em 1970 voltou para Cuiabá, tendo sido nomeado Secretário de Obras Públicas de Várzea Grande na gestão do Prefeito Ary Leite de Campos. Posteriormente, deixou o cargo para assumir as funções de Coordenador de Colonização da CODEMAT. No final do governo Pedro Pedrossian, trabalhou na CODEMAT, entre 1970 e 1972.

Nesse último ano exerceu o cargo de Técnico e Coordenador da CODEMAT, sendo chamado pela ARENA para disputar o cargo de Prefeito de Várzea Grande. Sua eleição ensejou o início de sua carreira pública, tendo sido, aos 25 anos de idade, Prefeito de sua cidade natal. *A vocação política da família fez-me candidato eleito ao cargo de Prefeito de Várzea Grande*<sup>59</sup>. Governou de 31 de janeiro de 1973 a 31 de janeiro de 1977, fazendo uma administração moderna para a época. Transformou Várzea Grande na capital industrial de Mato Grosso, lançando mão de incentivos, do que decorreu a efetiva instalação de novas indústrias para o Estado.

Após sua saída da Prefeitura, retornou a CODEMAT, e em seguida foi convidado pelo Reitor Gabriel Novis Neves para lecionar na Universidade Federal de Mato Grosso, exercendo essa função no período de 1977/1978, junto ao Curso de Agronomia, prestando, ao lado das atividades magisteriais, outros serviços à UFMT.

Elegeu-se Deputado Federal em 1978, quando da primeira eleição de Mato Grosso após a divisão do Estado. Ainda como Deputado, participou da Comissão Provisória de Fundação do PDS – Partido Democrático Social – no Estado de Mato Grosso.

Com a criação desse partido, foi incumbido pelo então Ministro Petrônio Portela de organizar o PDS no âmbito de todo o Mato Grosso, recebendo o apoio desse partido à sua candidatura ao Governo do Estado na primeira eleição direta, ocorrida em 15 de outubro de 1982, após quase 15 anos de ditadura militar, quando os governadores eram nomeados pelo Presidente da República.

Em 1983 tomou-se, aos 36 anos de idade, Governador do Estado de Mato Grosso. No período de 1987 e 1991 candidatou-se e reelegeu-se, com o maior número de votos, Deputado Federal Constituinte. Em Brasília, lutou para incluir na Constituição Federal a Mata Ama-

zônica e o Pantanal Mato-grossense como áreas de preservação nacional.

Na sequência, de 1991 a 1999 foi Senador da República, tendo ocupado a Primeira-Secretaria e Segunda Vice-presidência. No Senado, ocupou cargos como presidente da Comissão de Serviços e Infra-estrutura, de 1991 a 1993, tendo sido eleito Primeiro-Secretário da Mesa Diretora daquela Casa de Leis de 1993 a 1995 e, pela sua efetiva e dinâmica atuação, Júlio José de Campos ocupou a Vice-presidência do Congresso Nacional, de 1995 a 1997.

Em 1998, ainda como Senador, tentou reeleger-se ao Governo de Mato Grosso, obtendo a expressiva contagem de 41% dos votos.

Após o mandato de Senador, em 1999, foi nomeado para o cargo de Diretor de Programas Internacionais e Vice-presidente da Embratur, de 2001 a 2002.

Quando se propunha a disputar um novo mandato federal por Mato Grosso, a Assembléia Legislativa convidou-o para ocupar uma vaga no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em substituição ao Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro, que havia solicitado a sua aposentadoria.

Tomou posse no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso no dia 28 de junho de 2001. Em seu discurso de posse deixou entrever novas perspectivas de atuação política:

*O SER político acostumado às pugnas eleitorais, presidente de partido partícipe de inúmeras e variadas ações eleitorais pessoal ou de correligionários, percorrendo todos os municípios do Estado nesse mister, por um espaço de 30 anos, faz sua opção de vida funcional pelo Tribunal de Contas do Estado.*<sup>60</sup>

É de autoria do Conselheiro a obra *Determinação do teor total na Colônia Rio Branco – Uma luta vencida* e o discurso parlamentar *Ponce de Arruda, um líder e Filinto Müller – 15 anos de saudades*, além de outras publicações como: *Senado – Quatro anos de Trabalho; Plano de gerenciamento do Pantanal Mato-grossense; Lei do silêncio, Síntese da atividade parlamentar e Atividade parlamentar*.

O Conselheiro Júlio José de Campos foi agraciado com inúmeras condecorações pelos serviços públicos prestados durante sua vida política, como, por exemplo, Cidadão Honorário de 57 municípios de Mato Grosso, além da cidade de New Orleans/EUA e San Mathias, na Bolívia. Recebeu também o Troféu ECO, como Prefeito do Ano de 1975, além de vários Títulos, Medalhas e Ordens do Mérito do Exército, dos Governos de Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo e Distrito Federal.

## LENINE DE CAMPOS PÓVOAS

Conselheiro Lenine de Campos Póvoas foi Juiz fundador do TCE-MT.

Nascido em 4 de julho de 1921, era natural de Cuiabá. Filho dos professores Nilo Póvoas e Rosa de Campos Póvoas, foi casado com D. Arlete Gargaglione Póvoas, de cujas núpcias nasceram três filhos: Eduardo, Aluizio e Maria Helena, e nove netos: Marco Antonio, Fábio, Danielle, Luciana, Ângela, Carlos Eduardo, Lisa, Diego e Lenine, e um bisneto: Luis André Póvoas Meirelles.

Seu pai, Nilo Póvoas, foi funcionário público, advogado provisionado, historiador, jornalista, orador. Foi, entretanto, como professor e educador que ele conquistou as láureas mais brilhantes de sua vida, que enobreceram sua personalidade e que hoje exaltam a sua memória. Sua mãe era professora estadual.

Filho único de um casal de intelectuais teve uma educação primorosa com oportunidades de, na infância e na adolescência, usufruir dessa condição. Segundo Lenine, seu pai, *desde que se tornou professor, ganhando dois salários de dois cargos que acumulava lícitamente, e dispondo o casal de mais os vencimentos de minha mãe, que era professora estadual, realizava, com a família, de dois em dois anos, viagens de recreio ao Rio de Janeiro e estações de águas, especialmente Cambuquira, em Minas Gerais.*<sup>61</sup>



<sup>61</sup> PÓVOAS, Lenine de Campos. *Nilo Povoas, um mestre*. Rio de Janeiro : [s.ed.], 1997, p. 59.

O nome Lenine foi um desejo de seu pai, pois como o próprio Lenine Póvoas confessou, esse desejo externalizava uma insatisfação de seu pai, ao sentir-se preterido e por viver em sérias dificuldades econômicas:

*(...) o meu nascimento foi por ele encarado como uma oportunidade para externar sua revolta e para magoar os poderosos da política local. Assim, decidiu dar-me o nome de Lenine, que naquele momento encarnava, no mundo, uma bandeira de luta contra as desigualdades e injustiças sociais.*<sup>62</sup>

Essa atitude pode encontrar justificativa na própria árvore genealógica, pois, ainda segundo o Dr. Lenine: *Os Póvoas são originários, remotamente, do norte de Portugal, da região de Póvoa de Varzim, Barcelos e Braga. O primeiro ancestral de que se tem notícia, no Brasil, foi Joaquim de Mello Póvoas, Capitão General da capitania do Maranhão, no século XVIII, à mesma época em que Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres governava Mato Grosso.*

Lenine foi profundamente influenciado pelo pai, cujas atitudes moldaram sua personalidade e caráter, influência possível de ser observada quando assim ele escreveu:

*Meu pai nunca foi elitista na escolha dos companheiros da infância para o filho. Sempre escolhi os amigos segundo minha própria preferência e, muitos, nascidos nas classes humildes do nosso bairro. Os garotos do Beco Sujo, situado nos fundos de nossa casa, sempre foram companheiros de peladas nas sombras dos velhos e lindos tarumeiros que pintavam de roxo o cais do porto, em frente ao rio Cuiabá.*<sup>63</sup>

Lenine Póvoas concluiu os estudos primários e secundários em sua cidade natal, bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil – turma de 1945. Nos anos em que cursou a Universidade lecionava Geografia nos Colégios Paula Freitas, Ruy Barbosa, Anglo-Americano e Andrews, todos no Rio de Janeiro,

onde conheceu sua futura esposa, D. Arlete Gargaglione Póvoas e onde foram realizadas as núpcias.

Sua vida profissional não se ateve apenas ao universo do Direito, mas, atendendo aos anseios literários e de educador, procurou durante toda sua vida enveredar pelos caminhos das letras e da produção intelectual.

Ministrou aulas de Geografia Humana na Escola Técnica de Comércio, em Cuiabá. Foi professor titular da Cadeira de Direito Penal, do Departamento de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso. Durante anos dedicados ao magistério, desenvolveu a arte da pesquisa e da escrita, o que lhe possibilitou publicar inúmeras obras nas áreas da geografia, história, cultura e literatura.

No entanto, o senso de justiça, cultivado em Lenine pelos pais, conduziu-o à vida pública. Foi Deputado Estadual em Mato Grosso em duas legislaturas: 1947 a 1950 e 1951 a 1954, sendo, na primeira, Constituinte.

Na segunda legislatura participou ativamente da criação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, empreendendo, juntamente com Benedicto Vaz de Figueiredo, a necessária movimentação, percorrendo vários municípios do Estado em busca de apoio das Prefeituras do interior. De posse de grande número de assinaturas, evidenciou a necessidade de se criar o Tribunal de Contas no Estado.

Exerceu o cargo de Juiz, Ministro e Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, sendo um dos fundadores deste.

Exerceu o cargo de Vice-governador do Estado de Mato Grosso, eleito por voto direto a 3 de outubro de 1965.

Exerceu o cargo de Diretor-Superintendente da Companhia Mato-Grossense de Mineração – METAMAT

Foi Secretário de Administração do Estado de Mato Grosso no Governo José Fragelli, tendo sido implantador daquela Secretaria.

Foi Presidente da Fundação Cultural do Estado de Mato Grosso, no Governo de Garcia Neto, tendo sido o primeiro Diretor dessa Fundação, que hoje se transformou em Secretaria de Estado de Cultura.

Exerceu o cargo de Chefe da Casa Civil no Governo de Édson Freitas, em 1990, durante três meses.

Atuou também como jornalista, fundando o órgão estudantil *A Centelha*, tendo sido colaborador do jornal *A Batalha*. Escreveu, ainda, em vários periódicos do Estado.

Foi membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-Grossense de

<sup>62</sup> PÓVOAS, Lenine de Campos. *Nilo Povoas, um mestre*, p. 20.

<sup>63</sup> *Ibidem*, p. 61.



Letras – da qual foi Presidente durante 10 anos, entre 1980 e 1990.

Foi sócio efetivo da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras e da Academia de Letras, Cultura e Artes do Centro-Oeste.

Sócio correspondente da Academia Paulistana de História, da Academia Maranhense de Letras, da Academia Espírito-Santense de Letras e da Academia de Letras de Brasília.

Ocupou, na Academia Mato-Grossense de Letras, a cadeira nº 33, patrocinada por Mariano Ramos, e ocupada anteriormente por Nicolau Fragelli.

Recebeu várias condecorações:

Ordem do Mérito de Mato Grosso, no grau de Grande Oficial.

Comenda Filinto Müller, da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Medalha da Câmara Municipal de Cuiabá.

Diploma de Benemérito dos Desportos Mato-grossenses.

Diploma do Benemérito Constituinte, da Assembléia Legislativa estadual.

Medalha da Federação das Academias de Letras do Brasil – FALB.

Foi também merecedor do prêmio internacional Pero Vaz de Caminha, outorgado pelo Centro de Turismo de Portugal, órgão do Ministério do Interior de Portugal.

No Tribunal de Contas, foi eleito Vice-presidente a 7 de janeiro de 1955, e Presidente em 6 de janeiro de 1956; novamente Vice-presidente, em 5 de janeiro de 1960 e em 4 de janeiro de 1965, e Presidente: 4 de janeiro de 1961.

Livros publicados:

– *Introdução ao estudo da Geografia Humana*. 1944.  
– *Panorama sombrio* (Análise da situação financeira do Estado 1950).

– *Síntese geográfica dos Estados Unidos*. 1955.  
– *Radiografia de Mato Grosso* (Conferência aos estagiários da Escola Superior de Guerra do Brasil 1967).  
– *Viagem a Portugal*. 1970.  
– *Mato Grosso, um convite à fortuna*. 1977.  
– *Sobrados e casas senhoriais de Cuiabá*. 1980.  
– *História da cultura mato-grossense*. 1982.  
– *Influências do Rio da Prata em Mato Grosso*. 1982.  
– *Perspectivas demográficas e econômicas da*

*Grande Cuiabá*. 1983.

– *Cuiabá de outrora*. 1983.

– *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*. 1983. (em duas edições).

– *Roteiro sul-americano*. 1984.

– *Síntese da história de Mato Grosso*. 1985.

– *Viagem a Portugal* – 2ª edição. 1986.

– *O Estado de Mato Grosso* (Texto escrito para o livro Mato Grosso – Fronteiras - do fotógrafo David Drew Zingg, edição patrocinada por Esteve Irmãos 1985).

– *História de Cuiabá* – Texto escrito para o livro páginas amarelas do guia da cidade de Cuiabá, editado por Gilberto Hubber 1987.

– *Cuiabanidade* – Crônicas sobre Cuiabá e sua gente. 1987.

– *Na tribuna de imprensa*. 1987.

– *Discurso de posse na Cadeira nº 40, da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*. 1987.

– *O caos brasileiro*. 1988.

– *As raízes portuguesas*. 1988 (discurso).

– *Os italianos em Mato Grosso*. 1989.

– *Nilo Póvoas, um mestre*. 1991.

– *Barão de Melgaço* – 1994.

– *História Geral de Mato Grosso* – Volumes I e II – 1996.

Em *O ciclo do Açúcar e a política de Mato Grosso* o renomado Cientista Político Gilberto Freyre, que prefaciou a obra, assim avaliou o intelectual Lenine de Campos Povoas:

*Interessantíssima a apresentação, pelo abrangente pesquisador que é Lenine Póvoas, de aspecto da sociologia de fase moderna da história do açúcar em Mato Grosso, que o situa entre modernos pesquisadores cientificamente sociais, dos mais lúcidos.*<sup>64</sup>

Faleceu na cidade de Cuiabá, em 29 de janeiro de 2003, aos 82 anos de idade, deixando um tributo inestimável e incomparável valor à política, à administração pública, à história e à cultura mato-grossenses.

Após a sua morte, o Conselheiro Lenine de Campos Povoas foi assim homenageado pelo Conselheiro José Ferreira de Freitas:

<sup>64</sup> FREYRE, Gilberto. Prefácio. In: PÓVOAS, Lenine de Campos. *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*. p. 11.

*Lenine de Campos Povoas foi exemplo de cidadão, de jurista, literato, historiador e de político de escol, foi também um dos fundadores do Tribunal de Contas de Mato Grosso.*

*Por ter acompanhado sua trajetória por quase meio século, mais do que ninguém, posso e devo testemunhar que Lenine nasceu e viveu predestinado à verticalidade sob tantos aspectos. Sua projeção profissional não se limitou ao exercício de advocacia. Brilhou com intenso fulgor em todos os ramos da ciência jurídica, inclusive como docente, espargindo conhecimentos a centenas e centenas de alunos da 1.<sup>a</sup> Faculdade de Direito de Mato Grosso, embrião da Universidade Federal de Mato Grosso da qual Lenine seria um dos atuantes fundadores.*

*Experimentei, ao longo da vida, o singular privilégio de acompanhá-lo em algumas funções e a de sucedê-lo em outras, podendo, assim, com muita segurança, testemunhar a probidade, o zelo e a dedicação com que exerceu essas e aquelas. De fato, após ter sido seu aluno, anos mais tarde tornava-me seu colega, como advogado e professor. Depois era a vez de substituí-lo como deputado no Parlamento. Não ficou aí o trilhar de um mesmo caminho, pois anos depois eu assumia uma cadeira na Faculdade Federal de Direito, e, sempre seguindo suas pegadas, fui também eleito para a Academia Mato-grossense de Letras. Ainda prosseguimos em caminhos paralelos, pois em 1975 eu tinha o privilégio de substituir Lenine como Secretário de Estado de Administração, e, anos depois, após sua aposentadoria, recairia sobre meu nome a escolha para exercer vitaliciamente a vaga de Conselheiro que ele deixara no Tribunal de Contas. Nossos pontos de identidade iam além, pois, a seguir, ambos aposentados, continuamos interagindo na Academia de Letras, na faina de, escrevendo livros, alcançar a rememoração de nossa história e a perpetuação de nossas experiências.*

*Em trajetória sempre ascensional, conseguiu como poucos assegurar que a força de sua cultura e de idéias brilhasse contínua e intensamente. Professor universitário por inteiro, é patente o reconhecimento da Universidade Fe-*

*deral de Mato Grosso pelos relevantes serviços prestados, dedicação, espírito pesquisador e pela cultura que sempre exornou sua qualidade de homem íntegro e de docente nato. Orgulhosos de seu valioso patrimônio intelectual, historiográfico e literário, Dna. Arlete, Eduardo, Aloísio e Maria Helena e descendentes de 2.<sup>o</sup> grau e demais parentes, por certo tudo farão para perpetuar a memória do historiador, do político, do literato, do jurista e do mestre que a todos ensinava e encantava, mercê da prodigalidade de seus ilimitados conhecimentos.*

*Falecendo a 29 de janeiro de 2003, o Prof. Lenine deixou exemplos que merecem ser mantidos vivos e acesos, quais tremeluzentes faróis balizadores dos caminhos para as futuras gerações de políticos, literatos, professores e advogados, pelo brilho de sua inteligência, pelo fulgor de seu saber pelo vigor de sua pena e pelos talentos que lhe inundavam o coração.*

*Paradoxo dos paradoxos, o Prof. Lenine partiu, mas ficou em nosso meio, perpetuado por seus feitos. Ao traçar saudosa evocação e retrospectivo de sua privilegiada existência, secundamos João Antônio Neto, que, um dia, com muito acerto, acentuou que “verdadeiramente, os vivos é que partem e nos deixam sozinhos. Os mortos permanecem e ficam conosco”. E essa verdade é tanto maior quando se trata daqueles que transcenderam seu destino individual e se projetaram na vida e na consciência comum, tecendo a teia inconsútil da perpetuidade. “Os grandes morrem, e vencendo a morte – como dizia Exupéry – não são sepultados; são plantados e, plantados, criam raízes, brotam, frondejam e continuam dando flores e frutos em todas as estações.”*

*Com Prof. Lenine, assim também aconteceu. Imortalizado por seu fecundo e benemerente trabalho e por suas férteis obras literárias, ele verdadeiramente não partiu. Permanece e permanecerá entre nós, ensinando-nos com seu bom exemplo a desfolhar, dia a dia, uma a uma, as páginas da história que diuturna e brilhantemente escreveu.<sup>65</sup>*

<sup>65</sup> José Ferreira de Freitas é Conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, escritor e membro da Academia Mato-Grossense de Letras (cadeira 32).

## LICÍNIO MONTEIRO DA SILVA

Conselheiro Licínio Monteiro da Silva assumiu na vaga de Luiz Felipe Sabóia Ribeiro, em 1964.

Licínio Monteiro da Silva tem projeção definida e definitiva na história política mato-grossense em função de sua personalidade marcante e atuante por mais de quatro décadas nos diversos cargos públicos a que ascendeu, com especialidade os eletivos, quando pôde demonstrar o carisma em memoráveis urnas eleitorais.

Licínio Monteiro da Silva nasceu na fazenda Mutum, município de Nossa Senhora de Livramento, no dia 17 de março de 1903. Filho de Crescêncio Monteiro da Silva e Margarida dos Santos Botelho, desde muito jovem atuou nas lides agrícolas, pois seu pai veio a falecer restando à sua mãe e aos filhos zelar pelo sustento da família.

Em 1912 transferiu-se para Cuiabá, e de 1912 a 1917 frequentou os colégios Feliciano Galdino, Plácido Curvo, Salesiano São Gonçalo e Liceu Cuiabano, onde concluiu o curso ginasial. Respondendo aos impulsos da responsabilidade, passou a dedicar-se com exclusividade às atividades agropecuárias da família, tornando-se responsável pelos alambiques da fazenda, assim como pela produção de leite e derivados. Com o engenho conseguiu manter a família até a década de 1920, quando da criação do Instituto do Açúcar e Alcool, gerador do aumento de imposto, redundando na imperiosa necessidade de novos investimentos no negócio, o que determinou a paralização daquela produção.

Quando tinha 21 anos de idade, Licínio conheceu, em uma festa, a jovem Izabel de Almeida e Silva, que então contava com 17 anos de idade. Com ela viria a se casar em 26 de abril de 1926. Izabel de Almeida Silva,



também conhecida como D. Bebê, nasceu em 25 de abril de 1907, em Livramento, filha do comerciante Antônio Arruda Campos e Umbelina de Almeida Campos. Dessa união nasceram os filhos: Sebastião ou Batico, Sebastiana ou Têté e Licínio Monteiro Filho, além dos inúmeros filhos adotivos e afilhados que hospedavam em sua casa para estudar ou trabalhar.

Já casado com a Dona Isabel (1926), Licínio deixou a fazenda, estabelecendo-se definitivamente em Várzea Grande, onde começou a se interessar pela política, participando ativamente, em 1934, da campanha do Dr. Mário Corrêa ao Governo do Estado, integrando-se depois ao quadro do PSD. Em 1937 foi eleito Membro do Conselho Fiscal da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá. D. Bebê tem o seu nome registrado em muitas instituições de caridade, como: Abrigo dos Velhos, Abrigo Bom Jesus, Santa Casa de Misericórdia, Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância de Cuiabá, Várzea Grande e Livramento, bem como no coração da gente humilde da terra. Em 1939 foi nomeado suplente de vogal da Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá, e no período de 1942 a 1970 ocupou a Tesouraria e a Vice-presidência da Legião Brasileira de Assistência (LBA), sendo, também, escolhido representante, em Mato Grosso, na Federação Nacional da Indústria.

Em 1946 foi lançada sua candidatura a Deputado Estadual, pelo PSD, em substituição a seu cunhado Aristides Pompeo de Campos. Essa candidatura obteve o apoio de D. Bebê, elegendo-se a 19 de janeiro de 1947, com posse em 20 de março. Nessa legislatura, deu-se a elaboração da Constituição Estadual, promulgada no mesmo ano.

Licínio é autor, nessa legislatura, de importantes projetos dentro da Assembléia Legislativa, como o que dispõe sobre a criação do Município de Várzea Grande e aquele que deu nova denominação ao Município de São José dos Cocais, sua cidade natal, consolidando o nome de Nossa Senhora do Livramento.

Em abril de 1951 tomou posse em seu segundo mandato de Deputado Estadual, continuando seu propósito na Assembléia Legislativa de defender os interesses da população mais carente do Estado, especialmente aquelas residentes em Várzea Grande e Nossa Senhora do Livramento. A 20 de setembro conseguiu a liberação de um empréstimo junto à Prefeitura Municipal de Várzea Grande para instalação de serviços de água. Em outubro do mesmo ano aprovou

emendas que autorizavam o poder Executivo a conceder auxílio de 30.000,00 e 36.000,00 reais respectivamente à Sociedade de Proteção à Maternidade e Infância de Várzea Grande e para a de Nossa Senhora do Livramento.

Este mandato, que trouxe tantos benefícios sociais, durou pouco mais de um ano, pois Licínio foi chamado para uma outra jornada. Desta vez concorreria à sucessão municipal de Várzea Grande, pelo PSD, em eleição bastante disputada. Elegeu-se Prefeito de Várzea Grande, renunciando, em 26 de abril de 1953, ao mandato de Deputado.

Uma das mais importantes conquistas como Prefeito de Várzea Grande foi a reconquista dos investimentos para a construção do Aeroporto Marechal Rondon, que já havia sido perdido para a cidade de Corumbá. Durante este mesmo mandato incursionou seu filho Sebastião Monteiro na vida pública, elegendo-o Deputado Estadual. Em 1957 entregou a administração do Executivo Municipal varzea-grandense para seu sucessor, Júlio Domingos de Campos, retomando as atividades privadas.

Licínio voltou à vida pública na Assembléia Legislativa, em 3 de outubro de 1958, exercendo novo mandato na qualidade de Deputado Estadual, sendo reeleito no pleito seguinte. Podemos afirmar que a sensibilidade política de Licínio continua a mesma, defendendo os trabalhadores do campo e os mais oprimidos pela sorte. Através de sua intervenção, elevou os proventos de aposentadoria de diversos inativos; concedeu auxílio, no montante de dois milhões de reais, à Associação Rural de Cuiabá. Declarou de utilidade pública a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Núcleo Colonial de Dourados, dentre outros projetos de cunho social por ele defendidos no Legislativo Estadual. Licínio continuou envolvido na luta política, coroando suas atividades com o distinto cargo de Presidente da citada Casa, no ano de 1963.

Por Ato governamental de 26 de dezembro de 1963 foi nomeado para exercer vitaliciamente o cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, assumindo a 8 de janeiro de 1964. Ocupou o cargo de Presidente do Tribunal entre os anos de 1968 e 1972, aposentando-se em 17 de março de 1973.

Ocupou ainda outros cargos: Presidente da Junta de Controle da FUSMAT e da Associação Rural (hoje COMA-PAN), tendo sido um dos fundadores do jornal *O Social Democrata*, ao lado do Senador Filinto Müller e outros.<sup>66</sup>

No âmbito do Tribunal de Contas do Estado, sua atua-

ção foi igualmente marcante, tendo sido eleito Vice-presidente nos anos de 1968 e 1971, e foi Presidente em 1972.

Quando de seu afastamento do Tribunal de Contas, foi realizada uma sessão especial em sua homenagem. Nessa ocasião, o Conselheiro Presidente, Benjamin Duarte Monteiro, despediu-se do amigo que deixava as funções:

*A Presidência deseja saudá-lo em nome do Tribunal e expressar seus sentimentos, a sua homenagem ao nobre companheiro que conviveu conosco tanto tempo e tão bons serviços prestou aqui no Tribunal. Vossa Excelência, Conselheiro Licínio Monteiro, vai daqui se retirar e pode ficar certo que aqui deixa amigos. Quando tudo parecia triste, a sua risada alegrava e dela também vamos achar falta, porque V. Ex.<sup>a</sup>, realmente, foi um bom amigo, um amigo de todos, em todas as horas.<sup>67</sup>*

Conselheiro João Moreira de Barros, discursando em nome dos demais Conselheiros, expressou os sentimentos de todos os presentes:

*Conselheiro Licínio Monteiro, hoje é o último dia de Vossa Excelência aqui no nosso convívio como Conselheiro votante. Felizmente, por um dispositivo de nosso Regimento, Vossa Excelência poderá voltar aqui tantas vezes quanto quiser e gozar dos mesmos direitos e sentar ao lado dos companheiros e colegas de atividade. Os nossos colegas aposentados têm os mesmos direitos, pelo menos nas sessões especiais, exatamente nos dias de festa como esta.<sup>68</sup>*

O Conselheiro Licínio, então homenageado, fez uso da palavra:

*Senhores e senhoras, após uma longa jornada, chego ao fim, com mais de trinta anos de serviço público, nos mais variados setores da vida pública, alcanço a idade limite para permanecer na atividade. Sou, agora um septuagenário.*

*Embora, ainda na plenitude do vigor físico e mental, por ironia do destino, tenho que me conformar com a condição de homem septuagenário. A Constituição da República me ordena que me recolha aos cuidados da vida doméstica e me dedique aos interesses particulares. Gostaria de conviver com os senhores por mais tempo, porque ao longo de dez anos de labuta neste Egrégio Tribunal formei sólidas amizades que continuarei a cultivar para o resto de meus dias.<sup>69</sup>*

Em 1990, o Tribunal de Contas, acolhendo proposição do Conselheiro Oscar Ribeiro, presidente do órgão à época, por unanimidade, aprovou a realização, no dia 14 do mês de março, de sessão especial em homenagem ao Conselheiro aposentado Licínio Monteiro da Silva, que no próximo dia 17 completaria 87 anos de idade, e que por mais de quarenta anos teve ativa participação na vida pública mato-grossense, notabilizando-se como político e administrador, sempre fazendo valer sua liderança e terminando a carreira como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, instituição que presidiu por dois períodos alternados, servindo com dedicação por quase dez anos.<sup>70</sup>

O Conselheiro Júlio José de Campos, em seu discurso de posse no Tribunal de Contas, em 2002, relembrou Licínio como um expoente político local e grande líder:

*(...) Impõe-se também enaltecer as pessoas que estiveram comigo nestes mais de 30 anos de vida pública na militância política partidária. Quero prestar minhas homenagens à memória saudosa do Presidente Juscelino Kubitschek, ao Senador Filinto Müller, ao Governador Ponce de Arruda e ao inesquecível prefeito e líder maior de Várzea Grande – Licínio Monteiro da Silva.<sup>71</sup>*

Algumas palavras de Licínio, pouco antes de sua morte:

*Eu acho que a política melhor foi a do PSD e da*

<sup>66</sup> *Diário de Cuiabá*, 11 de março de 1990, p. 3.

<sup>67</sup> Ata de sessão especial do TCE-MT de 17 de março de 1973.

<sup>68</sup> *Idem*.

<sup>69</sup> *Idem*.

<sup>70</sup> Ata de sessão especial do TCE-MT, de 14 de março de 1990.

<sup>71</sup> Discurso de Posse do Conselheiro Júlio José de Campos, em 28 de junho de 2002. *Revista do TCE-MT, Cuiabá*, n.20/21/22, 2001/2002.

*UDN. Os partidos mandavam, tinham nome, depois veio a ARENA..., mas não era o partido que mandava e sim os homens do partido que tinham poder junto ao Governo Federal.*

O Conselheiro Licínio Monteiro da Silva faleceu em 1º de outubro de 1992, aos 89 anos de idade, na cidade de Cuiabá.

## LUIZ FELIPE SABÓIA RIBEIRO

Juiz Luiz Felipe Sabóia Ribeiro foi membro fundador do TCE-MT

Luiz Felipe Sabóia Ribeiro nasceu em 23 de outubro de 1906, na cidade de Fortaleza. Era filho de Raimundo Ribeiro, Juiz de Direito, e de Terezinha Sabóia. Casou-se na cidade de Poxoréo com Ana de Lourdes Vieira Sabóia Ribeiro, com quem teve seis filhos: Irani, Iracy, Luiz Felipe, Beatriz, Kátia Luzia e Marcos.

Nas palavras do filho, o médico Luiz Felipe<sup>72</sup>:

*O nome Sabóia é proveniente da região de Sabóia, na Itália. Sabóia é a família real italiana. Este italiano então veio para o Brasil mais ou menos em 1700 e aqui começou a ter uma atividade religiosa, a adquirir família. É assim que eu conheço a origem do nome Sabóia.*

A família Ribeiro é bem do interior cearense. Seu pai nasceu em 1874 e foi Juiz Provinciano de várias cidades do Ceará. Luiz Sabóia Ribeiro, antes de se tornar médico, antes de vir para Mato Grosso, teve uma experiência interessante: com 14/15 anos de idade ele resolveu deixar sua família e foi para a cidade de Recife jogar futebol, no Santa Cruz Sporte Clube, e lá permaneceu por 3 ou 4 anos jogando futebol, até que seu pai foi buscá-lo. Depois, ele ficou em Fortaleza até 1927, portanto, até os 21 anos de idade. Com o falecimento do pai, ele então foi para a cidade do Rio de Janeiro, onde



<sup>72</sup> Luiz Felipe Sabóia Ribeiro Filho, em entrevista às autoras, em Cuiabá, 15 de março de 2003.

já tinha alguns irmãos estudando Medicina e outro Engenharia. Ele veio de uma família de 10 irmãos, sendo seis homens e quatro mulheres, todos já falecidos, nesta pequena cidade.

Ainda segundo seu filho, em 1927 ou 1928, Luiz Felipe Sabóia Ribeiro migrou para o Rio de Janeiro, levando consigo uma irmã chamada Odete e um irmão chamado Alexandre. Os outros irmãos, um engenheiro e cinco médicos, já tinham vida profissional. Um irmão dele chamado José Sabóia foi um baluarte da arquitetura brasileira, nível de qualidade de um Oscar Niemeyer.

Quando Luiz Sabóia chegou ao Rio de Janeiro, o primeiro local em que ele foi trabalhar, foi na estrada Rio-Petrópolis, com o irmão que era um dos engenheiros da construção da nova estrada. Trabalhou como apontador, quase como um operário, e à noite fazia o preparatório para a faculdade.

Estudioso, Luiz Felipe Sabóia Ribeiro ingressou na Faculdade de Medicina da Praia Vermelha em 1928, vindo a se formar no ano de 1934, especializando-se em obstetrícia/ginecologia.

Após alguns meses de formado no Rio de Janeiro ele resolveu vir para Mato Grosso, acompanhado de outro médico, o Dr Humberto Marcílio, também cearense.

Exerceu a medicina no interior do Estado de Mato Grosso, em cidades como Poxoréu e Corumbá, depois na capital do Estado, Cuiabá.

Ainda nas palavras de seu filho,

*Luiz Felipe e Humberto Marcílio chegam a Rondônia, nas terras de Marechal Rondon, nos anos de 1935-1936. Então, Dr. Humberto foi para Lageado, hoje Guiratinga, enquanto meu pai desceu para Poxoréu. Parece-me que antes nunca tinha havido médico formado naquela região. Porque a descrição que o Sr. Amarílio, uma das figuras mais proeminentes daquela cidade, farmacêutico, que veio a falecer nesta Santa Casa, contou-me, era de um homem que lá chegou, todo vestido de branco, cheio de terra, cansado, sem jeito de andar a cavalo, parou diante de sua farmácia, quando este lhe falou: Quem é você? Ao que foi respondido: Luiz Felipe Sabóia, médico. Ao que lhe foi respondido: Mas, médico de canudo? Médico de canudo? E ele disse: Sim, médico de canudo.*

Exerceu a profissão de médico nos longínquos garimpos do leste mato-grossense, prestando auxílio aos menos favorecidos, visto ter sido um médico humanitário. Clinicou primeiramente na cidade de Poxoréu, no período de 1935 a 1943, sendo muito respeitado e admirado no seio daquela sociedade. Transferiu-se para Corumbá em 1944, servindo como médico da Comissão Mista Ferroviária Brasil-Bolívia, na ferrovia Corumbá-Santa Cruz de La Sierra, até 1951.

Além da prática da Medicina, Luiz Felipe Sabóia Ribeiro dedicou-se também às funções de Professor de história geral e do Brasil, no Ginásio Maria Leite, em Corumbá, de 29 de abril de 1944 a 9 de abril de 1949. Conforme seu filho Luiz Felipe: *muita gente ainda se lembra dele, em Corumbá, como Professor de história do Ginásio Maria Leite*. Por Ato de 30 de Janeiro de 1948, foi nomeado para exercer o cargo de professor da cadeira de português na Escola Técnica de Comércio de Corumbá. Em 14 de abril de 1950 foi igualmente nomeado professor de história administrativa e econômica do Brasil na Escola Técnica de Comércio de Cuiabá.

Foi um dos Juizes fundadores do Tribunal de Contas do Estado. Ingressou no TCE no cargo de Juiz, por Ato de 31 de dezembro de 1953. No início do exercício funcional prestou compromisso perante o Governador do Estado, a 2 de janeiro de 1954.

Fez três anos do Curso de Direito, quando da primeira tentativa de implantação da Faculdade de Direito em Cuiabá, nos anos de 1954 a 1957. Tomou-se, no entanto, um autodidata nessa área do conhecimento, sempre muito próximo dos livros, montando uma biblioteca própria.

Foi eleito Vice-presidente do TCE em 8 de outubro de 1954, Presidente em 4 de janeiro de 1957, Vice-presidente em 5 de janeiro de 1959, e novamente conquistou a Presidência em 2 de janeiro de 1962.

Por Ato de 26 de dezembro de 1963 foi aposentado no cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Publicou a obra *Caçadores de Diamantes*, lançada no ano de 1959. Nela relata a atividade diamantífera em Mato Grosso, ocorrida a partir da década de 1940, em três zonas específicas: a do Araguaia, centralizada em Baliza; a do Garças, em torno de Lageado; e a de Poxoréu. Esse trabalho possibilita novas reflexões sobre o cotidiano dos homens e mulheres que vivenciaram, durante anos, a árdua tarefa da garimpagem junto aos



monchões e grupiarias.

Era intelectual esmerado, homem culto que declamava Camões cotidianamente em sua casa, estimulando, nos filhos, o gosto pela literatura. O culto às letras o credenciou a ingressar na Academia Mato-Grossense de Letras, ocupando a cadeira nº 8, tendo como patrono o escritor Luiz D'Alincourt, tendo sido esta ocupada por Antonio Fernandes de Souza, Antonio Lopes Lins e, atualmente, por Moisés Mendes Martins Júnior.

Faleceu em 9 de maio de 1968, com apenas 61 anos de idade, na cidade do Rio de Janeiro, morte provocada possivelmente por ser um fumante inveterado, conclui o seu filho – o médico Luiz Felipe Sabóia Ribeiro Filho.

## LUIZ MARQUEZ AMBRÓSIO

Conselheiro Luiz Marques Ambrósio assumiu na vaga de Licínio Monteiro da Silva, em 1973.

Filho de Leopoldo Lívio Ambrósio e Clotilde Marques Ambrósio, foi casado com Célia Moreira Ambrósio. É pai de Marília, Gilza, Ivo *in memoriam*, Marilúcia e Gilson.

Vereador e advogado do foro de Cáceres, foi Prefeito daquele município, com grande capacidade administrativa. Conseguiu regularizar o sistema de energia elétrica da cidade, instalando potente gerador, com a ajuda do Coronel João Marques Ambrósio.

Foi colega de juventude do Conselheiro Frederico Vaz de Figueiredo. Era Bacharel da Universidade do Brasil, lembrou o Conselheiro, e a turma a que pertenciam era a chamada Estado Novo.

O Conselheiro João Moreira afirmou, em memória registrada em Ata da Casa, que o Conselheiro Luiz Marques Ambrósio era um homem bem humorado, que costumava dizer: *Mesmo depois de ter sofrido dois enfartes, gosto de abrir o apetite comendo oito empadas. (...)*

Exerceu as funções de Juiz de Paz do Distrito de São Luiz de Cáceres, no período de 23 de setembro de 1932 a 25 de janeiro de 1939. Prestou serviços na Exatonia Especial de Cáceres. Foi Procurador dos Feitos da Fazenda Especial, de abril de 1939 a agosto de 1942.

Exerceu o cargo de Promotor de Justiça na Cidade de Cáceres, no período de 22 de fevereiro de 1939 até 18 de agosto de 1942.

Foi interventor Federal em Mato Grosso, nomeado pelo Decreto nº 5175, de 18 de agosto de 1942.

Exerceu o cargo de Prefeito Municipal de Cáceres de 22 de agosto de 1942 até 4 de janeiro de 1944.

Vereador atuante da Câmara Municipal de Cáceres,



por quatro legislaturas foi eleito para o referido cargo e empossado nos anos de 1947, 1951, 1954 e 1958.

Exerceu igualmente o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Cáceres, reelegendo-se para esse cargo em várias legislaturas até 1959.

Atuou como Defensor Público de março de 1961 a novembro de 1965.

Em 10 de novembro de 1971 tomou posse, pela segunda vez, no cargo de Prefeito Municipal de Cáceres, nomeado por Ato de 4 de janeiro de 1971, permanecendo até o dia 15 de setembro de 1973, quando transmitiu o cargo em virtude da nomeação para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Por Ato Governamental datado de 24 de agosto de 1973 foi nomeado Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado na vaga decorrente da aposentadoria de Licínio Monteiro da Silva, tendo tomado posse em 24 de setembro de 1973.

Faleceu no exercício da função de Conselheiro do Tribunal de Contas, a 18 de junho de 1974.

## MANOEL DE OLIVEIRA LIMA

228

Conselheiro Manoel de Oliveira Lima assumiu na vaga de Benedicto Vaz de Figueiredo, em 1968.

Nasceu em 28 de abril de 1916, na cidade de Campo Grande, hoje capital de Mato Grosso do Sul. Filho de José da Costa Lima e Gerônyma Oliveira Lima, casou-se com Lygia Carriço de Oliveira Lima, historiadora, professora universitária em Mato Grosso do Sul, coordenadora do Índice do Catálogo de Verbetes dos Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Mato Grosso (1720-1827).

Dessa união nasceram Marilena (economista e professora universitária), Heliane (museóloga e professora universitária, fundadora do Museu do Perfume-RJ) e José Antonio (advogado e escritor). Dos filhos nasceram os netos: Alexandre, Nayara, Inara, Henrique, Sofia, Adriana e Leonardo, e os bisnetos Alexandra, Ana Luíza e Christian.

Foi reservista pela Escola de Instrução, em 1934, na 9ª Região Militar.

Advogado de formação e Funcionário Público Estadual.

Foi investigador da Polícia Civil do Distrito Federal no período de 1941 a 1944.

Em 1946 exerceu a função de advogado estagiário de ofício perante a 2ª Vara de Órfãos e Sucessões e Família, por 9 meses.

Exerceu mandato de Deputado Estadual, no período de 3 de outubro de 1950 a 5 de abril de 1968, sendo reeleito sucessivamente durante cinco legislaturas. Deixou de exercer essa função para assumir as funções de Ministro do Tribunal de Contas, sendo o seu tempo de serviço prestado ao Estado como Deputado Estadual de



vinde e um anos, dois meses e quatro dias.

Foi Presidente da Assembléia Legislativa em duas Legislaturas, na 4<sup>a</sup>, em 1961, e na 5<sup>a</sup>, em 1963. Em 1971 encerrou o seu 5<sup>o</sup> mandato de Deputado Estadual, tendo sido nomeado Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Por Ato datado de 25 de março de 1968 foi nomeado para exercer vitaliciamente o cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Estado, tendo tomado posse a 3 de abril de 1968.

Ingressou no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso no cargo ou função inicial de Ministro do Tribunal de Contas, através de Portaria datada de 25 de março de 1968.

Pela Portaria 115, de 24 de setembro de 1971, foi designado para membro da Banca do Concurso de Subprocurador, do mesmo Tribunal.

Aposentou-se no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, pelo Decreto Legislativo nº 1.944, de 13 de outubro de 1971.

## MANOEL JOSÉ DE ARRUDA

Conselheiro Manoel José de Arruda assumiu na vaga do Conselheiro Clóvis Hugueney, em 1964.

Nasceu em Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, no dia 27 de março de 1910. Filho de Gabriel Narciso de Arruda e de Ana Pedroza de Arruda.

Fez o curso primário junto ao Colégio Salesiano São Gonçalo, finalizando-o na Escola Modelo Barão de Melgaço. Coursou o ginásio no Liceu Cuiabano. Diplomado em Odontologia, pela Faculdade de Medicina da Bahia, na turma de 1935, exerceu o cargo de Presidente da Associação Mato-Grossense de Odontologia.

A 11 de outubro de 1939 foi contratado para prestar serviços profissionais no Departamento de Saúde do Estado, pelo prazo de dois anos, por ser excelente profissional, e também pela necessidade da população, tendo seu contrato prorrogado até 4 de fevereiro de 1944.

Por Ato Intervencional de 21 de janeiro de 1944, expedido pela Secretaria Geral do Estado, foi nomeado para exercer o cargo de Dentista do Centro de Saúde da capital, cargo este que tanto alento trazia à população mais carente da cidade e do Estado.

Por Ato Governamental de 12 de abril de 1951, ocupou a Presidência da Comissão Central de Preços.

Por Ato Governamental de 9 de fevereiro de 1951, passou a exercer, em Comissão, o cargo de Prefeito Municipal de Cuiabá até a data de 3 de janeiro de 1955.

Por conhecer a realidade da população mais carente e por ser muito sensível às suas necessidades, candidatou-se à Assembléia Legislativa do Estado, elegendo-se com facilidade. Prestou compromisso e tomou posse do seu primeiro mandato como Deputado Estadual, exercendo as respectivas funções no perío-



do entre 31 de janeiro de 1955 a 31 de janeiro de 1959.

Por Ato Governamental de 22 março de 1961 foi nomeado para exercer, em comissão, o cargo de Secretário de Estado, do Interior, Justiça e Finanças, até sua exoneração, a pedido, em 30 de junho de 1962.

Por Portaria Governamental de 12 de junho de 1961 compôs e presidiu a Comissão que deveria elaborar a Proposta Orçamentária do Estado para o exercício de 1962.

Por Portaria Governamental de 9 de fevereiro de 1962 foi designado para representar o Governo do Estado nos atos constitutivos de organização do Banco do Estado de Mato Grosso S.A.

Pertencia aos quadros da ex-UDN – União Democrática Nacional – desde 1945. Foi líder do Governo na Assembléia Legislativa e Primeiro Secretário da Mesa e Presidente do Diretório Municipal de Cuiabá do mesmo partido político. Membro do Diretório Regional da ex-UDN desde 1950.

Foi reeleito para Deputado, retomando à Assembléia Legislativa estadual, onde atuou no período de 31 de janeiro de 1963 a 7 de janeiro de 1964. No entanto, não concluiu o seu mandato, uma vez que foi chamado a enfrentar novo desafio.

Por Ato Governamental de 26 de dezembro de 1963 foi nomeado para exercer vitaliciamente o cargo de Juiz do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, renunciando nessa ocasião ao mandato de Deputado Estadual. Tomou posse como Ministro do TCE em 7 de janeiro de 1964.

Exerceu o cargo de Vice-presidente do Tribunal de Contas, sendo eleito em 3 de janeiro de 1966, e de Presidente do mesmo Tribunal, eleito em 2 de janeiro de 1970.

Nessa última ocasião recebeu as boas-vindas de um colega Conselheiro:

*(...) pela vez primeira é guindado ao honroso posto da Presidência, posição essa que outras vezes não concordou aceitar, mais por modéstia do que por razões outras. Não obstante ser esta a primeira investidura na presidência da casa, devo ressaltar, a bem da verdade, que o nobre Presidente possui um cabedal de conhecimentos e uma larga experiência na vida pública para conduzir a nau da Justiça de Contas a porto seguro. (Ata de sessão do TCE-MT de janeiro de 1970)*

Faleceu na cidade de Cuiabá no dia 13 de junho de 1973.

## MARCÍLIO DE OLIVEIRA LIMA

Conselheiro Marcílio de Oliveira Lima assumiu na vaga do Conselheiro Rachid J. Mamed, em 1975.

Segundo Atas do Tribunal de Contas,

*Cidadão festejado, de elevados princípios morais, o Conselheiro Oliveira Lima era uma das mais consideradas e apreciadas personalidades do nosso Estado, portador de grande prática administrativa, conhecedor de apuradas técnicas de legislação. Homem público dos mais dígnos do nosso Estado, destacou-se sempre pela fineza de sua educação, pelo brilho de sua inteligência, pela responsabilidade e entusiasmo com que encara os encargos que lhe são atribuídos. Vitorioso na sua nobre profissão de médico, que sempre exerceu com proficiência e alto espírito humanitário, firmou-se na vida pública pela austeridade, correção e dedicação adotadas na sua linha de conduta. Honra a todos com sua companhia neste Tribunal, pela preocupação que tem com suas tarefas e segurança de seus votos.<sup>73</sup>*

Nascido em 15 de maio de 1915, em Campo Grande, hoje Mato Grosso do Sul.

Marcílio de Oliveira Lima é filho de Antônio de Oliveira Lima e Ovídia Maria de Lima. Neto de Manoel Cecílio da Costa Lima e de Maria Luiza Nogueira. Seu avô, Manoel Cecílio, era mato-grossense, pioneiro que,



<sup>73</sup> Atas do TCE-MT.



por iniciativa particular, promoveu a primeira ligação por estrada de rodagem entre Mato Grosso e São Paulo, cujo texto original está publicado na Revista *Atualidades Forenses Interiores*.

Casado com Yolanda Peres Lima, com quem teve dois filhos, Miguel Antônio e Márcia Luzia. Márcia Luzia Peres Lima Inácio lhe deu dois netos: Marcílio de Oliveira Lima Neto e Márcio Lima Inácio.

Fez o curso primário na Escolinha da Capela São José, sob a direção do Padre João Crippa. Frequentou o curso ginásial no Colégio Dom Bosco, de Campo Grande, e o concluiu no Colégio Oswaldo Cruz.

Prestou serviço ao Exército Brasileiro durante o ano de 1931.

Era médico, formado pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, do Rio de Janeiro, onde foi aprovado e classificado nas provas públicas sobre clínicas médicas, cirúrgica, obstétrica e anatomia topográfica do Departamento de Assistência Hospitalar da mesma faculdade.

Ainda como estudante, iniciou-se como acadêmico do Pronto-Socorro do Rio de Janeiro, posto a que alçou por concurso.

Exerceu as funções de interno da assistência na Secretaria Geral de Saúde e Assistência do Distrito Federal no período de 1º de agosto de 1942 a 31 de dezembro de 1944.

Já formado, foi transferido para Campo Grande, sua cidade natal, onde exerceu o cargo de médico-chefe do Centro de Saúde e, posteriormente, ingressou na política, tendo sido sucessivamente eleito Vereador, Prefeito Municipal e Deputado Federal.

Exerceu o mandato de Vereador do Município de Campo Grande entre os anos de 1950 e 1958.

Em nosso Estado, ao lado de sua atividade de grande cirurgião, incursionou pela política elegendo-se vereador com votação estupenda. Foi Prefeito de Campo Grande e Deputado Federal, por duas vezes.

Exerceu o mandato de Prefeito Municipal da cidade de Campo Grande no período de 31 de janeiro de 1955 a 31 de janeiro de 1959, e recebeu, a 7 de fevereiro de 1959, certificado do curso de aperfeiçoamento da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Em 1965 foi eleito membro associado do Colégio Brasileiro de Cirurgiões.

Em 30 de setembro de 1970 recebeu o Título de Sócio Benemérito da Associação de Amparo à Materni-

dade e à Infância.

Exerceu o mandato de Deputado Federal por Mato Grosso em duas legislaturas, sendo eleito nos anos de 1966 e 1970, ficando como primeiro suplente a Deputado Federal por Mato Grosso em 1974.

Por Ato Governamental de 20 de junho de 1975 foi nomeado para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, na vaga decorrente da aposentadoria do Conselheiro Rachid J. Mamed. Tomou posse a 2 de julho de 1975. Nessa ocasião, assim se pronunciou o Governador Garcia Neto:

*Com a saída de Marcílio de Oliveira Lima das lides políticas, perde a ARENA um grande soldado. João Arinos acrescentou: mas, o TCE acaba de ganhar um grande e valoroso general.<sup>74</sup>*

Em 15 de novembro de 1975 participou do VIII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil.

Foi designado para representar o TCE, a convite da Associação Campo-grandense de Cirurgiões Dentistas, para o II Congresso Mato-grossense de Odontologia realizado em 17 de maio de 1976, no Teatro Glauber Rocha.

Foi eleito Vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado em 4 de janeiro de 1977.

Em 1978 recebeu o título de Membro Honorário, concedido pela Diretoria Executiva Nacional da Ordem dos Auditores Independentes do Brasil.

Consta no processo 3.446/78, da Secretaria de Administração, o Ato de aposentadoria do Conselheiro Marcílio de Oliveira Lima, datado de 7 de agosto de 1978.

Por Decreto Legislativo nº 24/88, de 12 de maio 1988, foi-lhe concedido o título de Cidadão Honorário de São Gabriel do Oeste-MS.

O Conselheiro Marcílio de Oliveira Lima faleceu em 20 de julho de 1988, em Campo Grande.

<sup>74</sup> Ata da sessão do TCE-MT de 10 de maio de 1975.

## NELSON RAMOS DE ALMEIDA

Conselheiro Nelson Ramos Almeida assumiu na vaga do Conselheiro Marcílio de Oliveira Lima, em 1979.

Filho de Sebastião Ramos de Almeida e de Maria Botelho de Almeida, natural de Várzea Grande, nasceu em 26 de dezembro de 1926. Casou-se em primeiras núpcias com Nally Nunez Ramos de Almeida, com a qual teve três filhos: Evandro Diniz Ramos de Almeida, Maria Francisca Ramos de Almeida e Nelson Ramos de Almeida Filho. O neto, Victor Queiroz de Almeida, é filho do último, e Tânia Mara Duarte de Oliveira, filha de Maria Francisca. Casou-se em segundas núpcias com a senhora Natividade Ramos de Almeida.

Por 16 anos representou o povo no Parlamento, iniciando a carreira jurídica quando aprovado em Concurso Público e nomeado para exercer vitaliciamente o cargo de Juiz de Direito da Comarca de D. Aquino, em Mato Grosso. Não tomou posse, preferindo continuar na Casa do Povo: *preferiu ser julgado pelo povo a cada nova reeleição, a ter que todos os dias julgar homens do povo.*

Fez o curso de Assistente Social, pela Faculdade Brasileira de Serviço Social, e de Direito, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Gama Filho, ambas no Rio de Janeiro.

Exerceu a advocacia no Rio de Janeiro e em Curitiba, porém, optou por ser o defensor dos direitos dos espoliados, prestando serviços à Legião Brasileira de Assistência no período de 13 de setembro de 1945 a 10 de outubro de 1960. Dessa forma, soube fazer de sua profissão uma relação efetiva em constantes contatos com os mais humildes.

Prestou serviços junto à Consultoria Jurídica do



Governo do Estado de Mato Grosso, no período de 31 de janeiro de 1961 a 16 de julho de 1962, e à Consultoria Jurídica do IPEMAT, de 17 de julho de 1962 a 31 de janeiro de 1963.

Em 1966 prestou concurso para Juiz de Direito, obtendo a primeira colocação.

Depois de todos esses cargos, foi chamado à sua principal missão, quando exerceu o cargo de Deputado Estadual em Mato Grosso no período de 1º de fevereiro de 1963 a 23 de janeiro de 1979, reelegendo-se sucessivamente por quatro legislaturas. Exerceu a Presidência da Assembléia Legislativa nos biênios 1973/1974 e 1976/1977, sempre lutando em prol dos interesses dos Municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Nossa Senhora de Livramento e Santo Antônio de Leverger.

Em 23 de janeiro de 1979 renunciou ao mandato parlamentar para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, ocupando a cadeira que tem como patrono Lenini de Campos Póvoas.

Em 1979 foi empossado como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, na vaga aberta em decorrência da aposentadoria do Conselheiro Marcílio de Oliveira Lima, tomando posse no dia 24 de janeiro de 1979 (D. O. de 26 de dezembro de 1978).

Exerceu o cargo de Vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso em 1981, e de Presidente da mesma Casa em 1982 e 1986.

Aposentou-se em 14 de novembro de 1991.

## OSCAR DA COSTA RIBEIRO

Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro assumiu na vaga do Conselheiro José Ferreira de Freitas, em 1986.

Oscar da Costa Ribeiro é filho de Virgílio da Costa Ribeiro e da senhora Arminda da Costa Ribeiro. Nasceu em 11 de setembro de 1936, na localidade de Itaicy, Município de Santo Antonio de Leverger-MT. Casou-se com a professora Maria Néry Batista Ribeiro, união esta que lhe deu dois filhos: Maurélio e João Virgílio. De Maurélio nasceram Felipe e Maurélio Júnior e de João Virgílio nasceram Oscar Neto e Guilherme.

Ainda menino, o Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro iniciou os seus estudos pela Escola Modelo Barão de Melgaço, passando pelo Colégio Estadual de Mato Grosso e Faculdade Federal de Direito de Cuiabá – Universidade Federal de Mato Grosso, especializando-se em Didática de Ensino Superior, pelo Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá, em 1969.

Os seus 47 anos de serviços públicos foram realizados com muita dificuldade, exemplo do início da carreira como professor em Poxoréu, onde, por muitas vezes, chegou a lecionar à luz de vela. Além disso, foi desde 1959, Professor Catedrático do Ensino Público Estadual, através de concurso de Provas e Títulos realizado em 1959 – Registro de Professor nº 41.305/MEC; Chefe de Expediente do Departamento de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso no Governo João Ponce de Arruda; Diretor-geral do Departamento de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso. Secretário de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso, no Governo Pedro Pedrossian; Diretor e Professor do Ginásio Estadual Artur Borges, do Município de Rosário Oeste; Diretor e Professor do Colégio Estadual de



Mato Grosso – Registro de Diretor de Estabelecimento de Ensino nº 6.728/MEC, tendo atuado em diversos municípios mato-grossenses. Foi também Coordenador do Plano Nacional de Educação do Estado de Mato Grosso e Membro do Conselho Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso.

Na Universidade Federal de Mato Grosso exerceu o cargo de Técnico e foi membro da comunidade universitária, na qualidade de Diretor do Departamento Administrativo.

Como político, iniciou sua carreira na Prefeitura Municipal de Rosário Oeste-MT, quando foi eleito Prefeito, em 30 de novembro de 1969, com 1.271 votos.

Dando continuidade à sua vida pública, partiu para a conquista de uma cadeira no Parlamento Estadual, elegendo-se Deputado por três legislaturas consecutivas: 1974, 1978 e 1982. Na Assembléia Legislativa teve uma brilhante trajetória, assumindo a Primeira Secretaria e a Presidência daquela Casa de Leis nos anos de 1979 e 1981, respectivamente. Foi, ainda, líder do Governo, de 1981 a 1983. Exerceu naquela Casa o cargo de Presidente da Comissão Técnica de Assistência Social.

Com uma atuação político-partidária bem definida no Estado, foi Membro da Comissão de reestruturação do Diretório Regional da ARENA em Mato Grosso; Membro e Presidente do Colégio Eleitoral na Eleição do Doutor Frederico Carlos Soares de Campos ao Governo do Estado de Mato Grosso; Vice-presidente do Diretório Regional do Partido Democrático Social-PDS.

No Governo Júlio Campos, entre 1983 e 1984, assumiu o cargo de Secretário de Administração do Estado.

Por seus conhecimentos na área pública, ocupou o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, em 13 de maio de 1986, em vaga ocasionada pela aposentadoria de José Ferreira de Freitas.

Na Casa das Contas o Conselheiro Oscar Ribeiro será sempre lembrado como um homem público dedicado, pois durante 16 anos implementou nesse órgão diversos trabalhos importantes de organização e modernização, enquanto membro do Conselho de Contas Públicas do Ensino e Fundef, e de organizar visitas acadêmicas ao TCE, projeto que recebeu o nome de TCE-studantil.

Atuando no Tribunal de Contas de modo brilhante, ocupou sempre os cargos de destaque, a partir de eleição entre seus pares: Corregedor-geral do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso em 12 de janeiro de

1987; Vice-presidente em 11 janeiro de 1988, sendo reeleito a 2 de janeiro de 1989; Presidente do Tribunal em 2 de janeiro de 1990 e em 1992, e novamente Vice-presidente em 30 de janeiro de 1998:

*Como reconhecimento à causa que defende incondicionalmente, o Pleno do Tribunal de Contas, em homenagem ao nobre colega, batizou sua Escola de Contas de Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro. A escola tem como objetivo capacitar os servidores do TCE e dos órgãos submetidos a sua fiscalização.<sup>75</sup>*

Quando deixou as funções de Conselheiro do Tribunal de Contas, seu sucessor, o Conselheiro Júlio José de Campos, em seu discurso de posse, se referiu com distinção ao antigo companheiro:

*Ao Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro, um dos homens mais dignos e honrados da vida pública mato-grossense. Oscar Ribeiro representa a lealdade, honestidade, seriedade e, acima de tudo, um amigo fiel. Muito obrigado, Professor Oscar Ribeiro, por ter nos proporcionado a oportunidade de ser o seu sucessor nesta casa.<sup>76</sup>*

A sua extensa vida pública foi pontuada, também, por muitas oportunidades de reconhecimento público através das cerimônias, homenagens e destaques recebidos:

Recebeu, em 1968, o Troféu Bororo, tendo em vista sua participação efetiva nas atividades em favor da comunidade Bororo. Em 1968, recebeu o título de Personalidade do Ano, oferecido pela revista *Oásis*, o Título de Comendador da Ordem do Ipiranga de São Paulo, em 25 de janeiro de 1982 das mãos de Paulo Salim Maluf, Chanceler da Ordem.

O título de Cidadão Honorário foi concedido por vários municípios do interior do Estado, a exemplo de Diamantino, Rosário Oeste, Alto Paraguai, Tangará da Serra, Várzea Grande e Colíder entre 1982 a 2001.

Da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Gros-

<sup>75</sup> Revista do TCE-MT, Cuiabá, n.20/21/22, 2001/2002.

<sup>76</sup> Discurso de posse do Conselheiro Júlio José de Campos, em 28 de julho de 2002. Revista de TCE-MT, Cuiabá, n.20/21/22, 2001/2002, p. 91.

so – IMPL, recebeu a Comenda Memória do Legislativo em 5 de janeiro de 1999.

Em sua homenagem a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso denominou a Escola do Legislativo: Escola Deputado “Oscar da Costa Ribeiro”, em 23 de março de 2000.

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, pela Resolução nº 004/2000, de 1º de novembro de 2000, em sua homenagem, institui a Escola de Contas Professor “Oscar da Costa Ribeiro”.

A 15 de outubro de 2002, o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, criou a Ouvidoria-geral do TCE-MT, indicando o Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro para o cargo de Ouvidor-geral. No dia 6 de novembro foi publicada, no Diário Oficial, a nomeação do Conselheiro Oscar Ribeiro para o cargo. Nele, segue a Lei nº 7.730, de 31 de outubro de 2002, que concede três anos de mandato, podendo ter reeleição para igual período:

*Com uma extensa vida pública, pode ocupar os postos mais dignos de uma carreira pública de sucesso. Para todos, o nome do professor Oscar da Costa Ribeiro será lembrado com respeito e como exemplo a ser seguido, uma vez que nunca deixou de lado a sua dedicação à área de educação, mesmo ao longo dos 16 anos dedicados ao Tribunal de Contas.<sup>77</sup>*

## RACHID JOSÉ MAMED

Conselheiro Rachid J. Mamed assumiu na vaga de Valdir Santos Pereira, em 1969.

Filho de Felipe Jorge Mamed e Antonia Figueiredo Mamed, nasceu em 14 de agosto de 1914, na cidade de Cuiabá. Teve dois casamentos, dos quais nasceram os filhos: Rachid H. Mamed e Roberto Mamede, e Sônia e Ivan Mota Mamed.

Em 11 de maio de 1943 foi nomeado para exercer o cargo de Chefe da Casa Civil do Governo estadual.

Manteve, sempre, muito fortes os laços que o uniam à sua terra natal, e foi a partir de sua cidade de origem que alçou os primeiros vôos em busca de uma autêntica representatividade popular através do veio incontestável do voto. Exerceu o cargo de Prefeito do Município de Poxoréu, de março de 1945 a março de 1947.

Rachid Mamed faz parte também da História do Poder Legislativo estadual. Essa foi, na verdade, a sua Casa durante muitos anos, pois foi por três vezes eleito Deputado Estadual, a partir de 1946, exercendo os mandatos a partir de 1947.

Em 1947 foi Deputado Constituinte; sua participação e representatividade dentro do Legislativo estadual foi muito intensa, sempre atuando com firmeza nas grandes discussões sobre a realidade e o futuro do Estado de Mato Grosso.

A 10 de junho de 1956 foi eleito Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

Por três vezes elegeu-se Deputado Federal por Mato Grosso junto à Câmara dos Deputados, no período de 1959-1969. Nesse cargo sua atuação foi brilhante, participando de várias comissões, dentre as quais podemos citar a de Minas e Energia; a de Valorização da Amazô-



nia e aquela que envolveu o governador do Acre.

Participou também da Diretoria-geral de Administração do Tribunal de Contas.

Prestou serviços como técnico de administração na Noroeste, Rede Ferroviária Federal S/A, Regional Centro-Sul, no período de 3 de janeiro de 1927 a 31 de dezembro de 1964.

Por Ato datado de 7 de novembro de 1969 foi nomeado membro do Tribunal de Contas do Estado, na vaga de Waldir Santos Pereira, tomando posse a 2 de dezembro de 1969, sendo, na oportunidade, saudado pelo Conselheiro Luiz Marques Ambrósio:

*Sinto-me bastante honrado e cheio de satisfação. Honrado, por representar, o pensamento de meus nobres pares, todos homens cultos, inteligentes, e que neste Tribunal têm demonstrado invejável capacidade de trabalho, numa prova sadia do seu interesse, da sua dedicação no trato da coisa pública. Satisfeito, pela oportunidade que me foi dada de fazer a saudação a um nobre Conselheiro, a um cidadão que relevantes serviços tem prestado, com sabedoria, com amor com assiduidade, com probidade e carinho ao seu querido torrão natal: o novo Presidente Conselheiro Rachid Mamed, Senhor Conselheiro Presidente, a sua eleição é indiscutivelmente o corolário da sua vida, sempre de trabalho empregado em prol da terra querida. Em pouco mais de três meses desempenhando as elevadas funções de Conselheiro, seu companheiro de bancada, já tenho pleno conhecimento, não só de seu caráter, da retidão de suas atitudes, como principalmente de seu meticuloso zelo no trato de suas funções. (Ata de sessão do TCE de 2 de dezembro de 1969)*

Pelo Ato Governamental de 3 de julho de 1979 foi aposentado no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, segundo Diário Oficial de 3 de julho de 1979. O Conselheiro Rachid J. Mamed já é falecido.



## ROSÁRIO CONGRO

Rosário Congro, Juiz Presidente fundador do TCE-MT, não nasceu em Mato Grosso, mas dele fez o horizonte e ambiente de sua vida, além de aqui construir o aconchegante ninho para a sua família. Nasceu a 11 de setembro de 1884, em São Paulo, descendente de pais italianos, chegou a Mato Grosso em 1906.

Fixou residência, inicialmente, em Corumbá e se casou, em março de 1910, com a catarinense Judith Varejão Congro. Desse casamento nasceram: Jurema Congro Cruz, viúva do médico Dr. Eurídice Chagas Cruz; Flávio Varejão Congro, ex- Desembargador e ex-Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, casado com Eunice Barros Congro; Alba Congro Bastos, esposa do Professor Licurgo de Oliveira Bastos; Eduardo Congro, casado com Eliza Jorge Congro; Judith Congro Wanderley, falecida e então casada com Francisco Wanderley Mariani; Stênio Congro, casado com Julieta Sallun Congro; e Hélio Congro, casado com Zuleika Teixeira de Paula Congro. Destes, descendem 26 netos, 53 bisnetos e 6 tataranetos.

Formado em Direito, foi advogado, poeta e jornalista.

Em 1914 obteve a indicação para a vereança municipal em Campo Grande, cuja presidência exerceu com muito agrado. Antes, em 1913, fizera parte da comissão designada para recepcionar e hospedar o ex-Presidente dos Estados Unidos da América, Teodoro Roosevelt, quando, em companhia do então Tenente Cândido Mariano Rondon, se aventurou em excursão pelos sertões de Mato Grosso.

Em 1917 passou de Vereador a Deputado Estadual. No decorrer de 1918, sendo Deputado, mereceu a distinção de ser escolhido e nomeado Intendente Geral, In-



terventor do Município de Campo Grande, pelo então Presidente de Mato Grosso, D. Francisco de Aquino Corrêa. Foi Prefeito de Campo Grande de 5 de setembro de 1918 a 11 de agosto de 1919, ocasião em que nasceu o seu primeiro filho, Dr. Stênio, atualmente Promotor aposentado e jornalista em Três Lagoas-MS.

A 11 de agosto de 1920 foi nomeado Fiscal junto à Feira de Gado, em Três Lagoas, transferindo definitivamente residência para aquele município.

Na Assembléia Legislativa Estadual participou de quatro legislaturas, sendo de 1918 a 1920, 1921 a 1923, em outubro de 1934 e foi Prefeito de Três Lagoas no período de 1941 a 1948.

Em 23 de dezembro de 1948 ingressou na Academia Mato-Grossense de Letras, tendo escrito para o ensejo o discurso "Torre de Marfim", onde ocupou a cadeira de nº 40, que tem por patrono o Pe. Armino Maria de Oliveira, e hoje é ocupada por

Após os mandatos e já viúvo, seguiu para Cuiabá para exercer o cargo de Secretário de Agricultura do Governo do Dr. Arnaldo de Figueiredo, respondendo inúmeras vezes pela pasta do Interior, Justiça e Finanças.

Em dezembro de 1950 foi novamente eleito Deputado e Presidente da Casa, nos anos de 1952, 1953 e 1954.

Foi nomeado Juiz do Tribunal de Contas em 31 de dezembro de 1953, tendo sido homenageado pelos colegas, como Juiz fundador do TCE-MT.

Quando de sua despedida do TCE, Rosário Congro foi saudado pelo Ministro Lenine de Campos Povoas, que assim se expressou:

*Nenhum outro ambiente me deixaria tão à vontade, quanto o deste Egrégio Tribunal. Aqui não sou constrangido, por conveniência alguma, a assumir atitudes que não estejam conforme os ditames da minha consciência. Nenhuma circunstância aqui me obriga a dizer o que não sinto, nem calar os meus legítimos sentimentos.*

*Por tais motivos, o Sr. Presidente e Srs. Ministros, aceitei com sincera satisfação a incumbência honrosa que me outorgaram de saudar, em nome do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, o ilustre Ministro Rosário Congro, no dia em que se despede do nosso convívio, para ir desfrutar, no aconchego do seu lar, uma aposentadoria*

*que se fez justa e merecida.*

*Não me é difícil a tarefa, porque me é agradável. Frequentador que fui das galerias da nossa antiga Assembléia, quando, daquele período agitado da segunda República, funcionava ainda o Legislativo no velho prédio da Rua Pedro Celestino, ali conheci Rosário Congro como um dos espíritos mais brilhantes do nosso Parlamento Estadual.*

*Mas só fui apresentado a Rosário Congro em 1942, quando como simples estudante de Direito, visitei Três Lagoas, a "Cidade Caçula", da qual era ele Prefeito. Em plena ditadura, quando os detentores do Poder não demonstravam nenhum interesse em fazer amigos e em conquistar simpatias, porque se julgavam eternizados nas posições, Rosário Congro, que mal me havia conhecido, dispensou-me várias horas de suas atenções, levando-me a percorrer as obras que então realizava em sua profícua administração. É que os regimes políticos não mudam o caráter dos homens. Sua índole, suas tendências e seus sentimentos não se alteram ao sabor das oscilações políticas, mas se revelam sempre, na mais absoluta fidelidade, em todas as ocasiões. Vem daí uma sólida amizade, que muito me honra, e que, ao invés de se arrefecer, quando nos situamos em campos opostos na política estadual – nessa política tão mal praticada, e em que alguns homens se desrespeitam e se rebaixam – pelo contrário, se solidificou ainda mais em vários anos de convivência nas lides parlamentares. São essas outras tantas razões que me sobram para desincumbir-me, com prazer, da missão que o Tribunal me confiou.*

*Por outro lado, entretanto, sinto-me pesaroso. Ao júbilo de ser o intérprete da justíssima homenagem que se presta ao amigo, que tanto distingo, contrapõe-se o pesar imenso de ser essa homenagem, também, uma despedida. Não é sem profundo pesar que nos vemos privados, de ora em diante, de sua honrosa e agradável companhia. Perderá o Tribunal a colaboração de sua inteligência e de sua cultura, e perdaremos nós, os seus colegas, a convivência da sua camaradagem e a alegria contagiante do seu*

*bom humor. Sua saída não se dá sem que nos sintamos assaltados pela emoção das despedidas, eterno tema dos poetas.*

*Se desta eminência de sua vida pública, lançar Rosário Congro um olhar para a estrada percorrida, somente motivos terá para ufanar-se de sua gloriosa caminhada. Vindo das plagas de Piratininga, no segundo lustro do século, fez de Mato Grosso o cenário de suas atividades. Advogado provisionado deixou, pelo Pretório o sinete de sua capacidade e de seu talento numa demonstração indiscutível de quanto pode e inteligência servida por uma grande força de vontade.*

*Ingressando na política, perlustrou os mais destacados postos da administração estadual. Foi Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Corumbá, Intendente do Município de Campo Grande, Prefeito de Três Lagoas, Deputado Estadual em várias Legislaturas, Secretário de Estado, Presidente da Assembleia Legislativa, e, finalmente, Ministro do Tribunal de Contas do Estado, do qual é Vice-presidente. A todos eles imprimiu a marca inconfundível da sua personalidade de escol, patenteando uma lídima vocação de homem público, devotado aos interesses da administração e ao progresso da terra que elegeu como sua. Na administração dos Municípios de Campo Grande e Três Lagoas, revelou Rosário Congro sua capacidade administrativa, a cada passo. Na Assembleia Legislativa, seja nas legislaturas anteriores, seja nesta que ainda perdura, pontificou, no Tribunal como o homem ponderado e sensato que sempre colocava os debates em nível elevado, à altura de sua bem formada cultura política. Como Presidente da Casa, deixou, na duração dos trabalhos do Parlamento Estadual, os traços marcantes de atuação de um autêntico magistrado. Como todos os homens se dedicam à vida pública, Rosário Congro há de ter sido vítima, vez por outra, da injustiça dos julgamentos temerários. Mas S. Exa. há de tê-los recebido com a compreensão de Madame Roosevelt quando declara – “Um homem que exerce função pública deve aprender a aceitar a calúnia como coisa inerente ao cargo e confiar em que a maioria do povo o*

*julgará pela obra que realizar”. À sua brilhante vida pública, alia Rosário Congro uma imensa e não menos brilhante vida intelectual.*

*Orador vibrante, seus discursos são obras de fino labor literário, onde a beleza da forma realça a justeza dos conceitos e o colorido das imagens. Poeta inspirado, seus versos maviosos são uma fonte perene de vivas emoções. Ora ele é o poeta da saudade, romântico à Casimiro de Abreu como quando visita a “Rua da Memória”: “Onde os muros de taipa... de gaiola em punho lépido galgava”, e onde “O longo bambual... a sombra. Sobre os passantes entomava amena”. Ora é o paisagista vigoroso, à Alfredo de Taunay, que canta “O verão de minha terra” quando “O céu combusto é uma fomalha, e o sol, uma rubente esfera”, quando “Sobre a fumaça que escurece o espaço, Ao crepitar distante das queimadas, Os pássaros cochilam nas ramadas”. A Academia Mato-grossense de Letras, num preito da mais absoluta justiça, confiou-lhe uma das suas poltronas. E ele a tem dignificado. Ainda recentemente legou-nos este maravilhoso repositório de seus delicados sentimentos que são as “Sombras no Ocaso”.*

*Sai, V. Exa, Sr. Ministro Rosário Congro, da vida pública cercado pelo respeito dos homens dignos de nossa terra, que se curvam ante a figura venerada de V. Exa numa prova de sincera admiração e reconhecimento. Estamos certos, entretanto, que a lacuna que ora abre V. Exa neste Egrégio Tribunal, em virtude de um mandamento constitucional, não significa o encerramento de suas atividades em prol da nossa terra. Ela continuará por certo, em outros setores, até o dia em que, por uma contingência biológica a que todos estamos sujeitos, V. Exa descer, pela última vez, a “Avenida da Saudade”, de que nos fala em seus sentidos versos. Senhores Ministros: Nenhum outro elogio mais honroso poderemos fazer a Rosário Congro, senão o afirmarmos que tendo ele exercido, por dilatados anos, tão proeminentes postos administrativos, sai da cena pública pobre como entrou. Pobre de recursos materiais, porém senhor de um imenso patrimônio moral que*

*lega aos seus dignos descendentes, e de um inestimável patrimônio intelectual que lega à cultura de Mato Grosso. Tenho dito.*<sup>78</sup>

Em 11 de novembro de 1921 foi eleito sócio correspondente do Centro Mato-Grossense de Letras. Em dezembro de 1950 foi eleito sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Em 1948 passou a ser Diretor da Delegacia Especial de Terras e Colonização em Campo Grande-MS.

Foi colaborador do jornal *Gazeta do Comércio*, a partir de 1945, que era um órgão em defesa dos interesses do município de Três Lagoas e colaborador do jornal *Argos*, criado em 28 de outubro de 1920.

Em 1954 Rosário Congro passou a fazer parte da primeira Mesa Diretora do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, na qualidade de Vice presidente.

Encontrando-se ausente o Ministro Presidente, devido às suas qualidades de homem das leis e excelente orador, o Ministro Rosário Congro exerceu interinamente a Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme ata de sessão do TCE-MT de 20 de julho de 1954.

A pouco tempo de completar 70 anos de idade, limite cronológico para o exercício das funções no TCE-MT, o Ministro Rosário Congro comunicou que iria aguardar o Ato de aposentadoria, afastando-se das funções ativas da casa, e aposentou-se como Ministro em 21 de setembro de 1954:

#### Obras publicadas:

*Inaiá* – 1940

*Torre de Marfim* – 1948

*Sombras do Acaso* – 1953

*Antes de Raposo Tavares* – 1954

*Colunas Partidas* – 1955

*Outras Ruínas* – 1957

*Últimos Caminhos* – 1963, com o pseudônimo de Cruz do Vale.

O veio literário do Juíz Rosário Congro pode ser observado no expressivo trecho deste poema *As Garças*:

*Morre a tarde de rosas na planura,  
No pantanal desce a tristeza agora,  
Branças, tão brancas como a neve, pura,  
Ao pouso as garças voltam,  
Céu em fôra*

Em suas poesias, Rosário Congro canta as belezas das terras banhadas pelo Pantanal e faz a defesa da relação homem, animais e natureza:

*Vai a enchente transpondo os barrancos mais altos,  
E se despeja pelo imenso plaino em fora.  
Grandes águas gerais de treds sobressaltos,  
Águas impérvias de um pavor que à tona aflora!  
Num profundo ascetismo, e corcundas pematlos,  
De velhos marabus o bando se alcandóra.  
Não mais se vê passar o gado, nédio, aos saltos.  
Dos rústicos casais só o teto emerge agora!*

*A angústia de um mugido a solidão acorda.  
Tangidos para o firme, os rebanhos deixaram  
A pradaria em que a desolação transborda.*

*Neste ponto do rio era o vau das boiadas..  
Rondam sinistramente, os corvos que passaram,  
Na tétrica visão de milhares de ossadas!*

Rosário Congro faleceu em Três Lagoas, no dia 11 de outubro de 1963, e o seu centenário foi comemorado em 11 de setembro de 1984 com a publicação do livro *Rosário Congro – Poesias, Coletâneas*, editado pela Academia Mato-Grossense de Letras em parceria com o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

<sup>78</sup> Discurso pronunciado na sessão de 21 de setembro de 1954 do TCE-MT, pelo Ministro Lenine de Campos Póvoas. Transcr. Profª. Neila Maria Souza Barreto. *Revista da Academia Mato-grossense de Letras*, Cuiabá, t.XLIX-LII, p. 93-96, 1957-1958.

SEBASTIÃO DE  
OLIVEIRA  
(Dr. Paraná)<sup>79</sup>

O Dr. Sebastião de Oliveira, Dr. Paraná, foi o primeiro Procurador-geral do TCE, com ingresso em 1954.

Filho de Bernardo Antonio de Oliveira e Alceste Ferraz de Oliveira, nasceu em Santo Antonio de Leverger, no lugar denominado Itaicizinho, no dia 21 de março de 1915.

*Eu nasci em Itaicizinho, no sítio de meus avós, em frente à Usina de Itaici, no município de Santo Antonio de Leverger. Eu fiquei lá poucos anos de vida, porque, daí, papai comprou a Usina Maravilha, que fica em frente a Santo Antonio de Leverger.*<sup>80</sup>

245

Casou-se, em 8 de maio de 1942, com Maria Benedita Martins de Oliveira, filha de Luiz de Arruda Martins e Francisca Figueiredo Arruda Martins, com quem teve sete filhos: Bernardo, Yolanda, Armando, Lúcia, Ignêz, Eneida e Dante Martins de Oliveira, ex- Governador de Mato Grosso, por duas vezes.

Formou-se Bacharel em Direito no ano de 1937, pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. E conforme suas palavras:

*Eu fiz o primário lá, em Santo Antônio de Leverger,*



<sup>79</sup> Apelido que recebeu quando ainda era muita criança. (...) *Eu só tinha 1 ano de idade (...) aconteceu que em Cuiabá (...) nesse ano de 1916, teve uma revolução para derrubar o governo e o chefe das forças legalistas era um coronel da polícia, que por sinal era do Paraná e chamava-se Clementino do Paraná, e ele ficou muito evidente; dessa evidência eu herdei o apelido. Inclusive, quando fui candidato a Deputado, por exemplo, em 1946, mandei escrever na cédula: Dr. Sebastião e entre parênteses Dr. Paraná.*

<sup>80</sup> Entrevista concedida às autoras, em Cuiabá, em 26 de março de 2003.

*o secundário aqui, em Cuiabá, no Liceu Cuiabano. O primário, de 1922 a 1927 e o secundário, de 1928 a 1931. E fui para o Rio de Janeiro estudar Direito, porque aqui não tinha oportunidade nessa época.*

Exerceu a função de advogado nas áreas do Direito Civil, Direito Penal, Administrativo e Trabalhista.

Desempenhou vários cargos na administração pública, tais como:

Presidente da Junta da Conciliação e Julgamento de Cuiabá, no período inicial da Justiça do Trabalho.

Foi nomeado Prefeito do Município de Santo Antônio de Leverger, exercendo o cargo de 1939 a 1940.

Foi Membro do Conselho penitenciário do Estado de 1º de abril de 1940 a 27 de dezembro de 1943.

Exerceu o magistério como professor de Direito Processual Civil, na Escola Técnica de Comércio de Cuiabá, de 1944 a 1945, sendo exonerado por haver participado da campanha política do brigadeiro Eduardo Gomes.

Foi Deputado Estadual eleito à Assembléia Estadual Constituinte, exercendo essa função no período de 20 de abril de 1947 a 31 de janeiro de 1951.

Foi membro do Conselho Diretor da OAB-MT em vários períodos, ocupando a Presidência da Seccional de Mato Grosso de 1971 a 1973.

Ingressou no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, na função inicial de Procurador-geral, por portaria ou contrato de 5 de janeiro de 1954, prestando esses serviços desde a instalação do Tribunal até sua aposentadoria, a 22 de junho de 1966, quando foi substituído pelo Dr José do Carmo Ferraz.

A respeito das atividades da Procuradoria-geral e mais propriamente ao primeiro Procurador do Tribunal de Contas do Estado, assim se referiu o Conselheiro Júlio José de Campos, em seu discurso de posse:

*A intervenção ministerial em todas os processos submetidos à apreciação desta Corte de Contas é de cunho obrigatório, concernente, pois, à própria essência e validade jurídicas nos processos em que devem atuar. Sem a manifestação da Procuradoria constituiria falta e nulidade as decisões tribunalícias, solenidade que a lei considera essencial para a sua validade.<sup>81</sup>*

Exerceu durante 2 anos atividades como membro do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso.

Sobre seu filho, Dante de Oliveira, Governador do Estado de Mato Grosso, no período de 1995 a 2002, assim o definiu Sebastião de Oliveira:

*Eu acho que naturalmente ele era político; um político apaixonado, naturalmente ele tem uma herança paterna, sendo assim ele podia estilizar. Achei que a minha obrigação era incentivá-lo. Achei que estava no momento de sair praticamente da arena política para dar lugar a ele, e fiz isso tudo com muita felicidade, porque tal a vocação dele para a política e ele teve progresso extraordinário. Mato Grosso deve muito hoje a ele, a Dante.<sup>82</sup>*

Dr. Paraná faleceu em Cuiabá, no dia 14 de agosto de 2004, após um período de mais de cem dias em tratamento fora do Estado de Mato Grosso. Deixa um profundo vazio na vida política mato-grossense e a companheira D. Maria, além dos filhos, filhas, genros, noras, netos, netas e bisnetos.

Fica na história como pai de Dante de Oliveira, autor das “Diretas Já!”.

<sup>81</sup> Discurso de posse do Conselheiro Júlio José de Campos, em 28 de junho de 2002. *Revista do TCE-MT*, Cuiabá, n.20/21/22, 2001/2002.

<sup>82</sup> Entrevista concedida às autoras, em Cuiabá, em 20 de março de 2003.

## TERESINO ALVES FERRAZ

Teresino Alves Ferraz assumiu o TCE na vaga de Benjamin Duarte Monteiro, em agosto de 1978.

É natural de Santo Antônio de Leverger nascido na Usina de Aricá, de propriedade da família, às margens do rio Cuiabá, em 15 de outubro de 1930. Filho de Virgínio Nunes Ferraz Júnior e de Dona Martinha Alves Nunes Ferraz.

Como filho e neto de usineiros, participava das reuniões políticas patrocinadas pelo seu avô e pelo pai. Com isso, foi influenciado pela política dos “coronéis” do rio Abaixo:

*Certamente, a sua formação de homem probo e de caráter peculiar vem da família e do exemplo de vida dessas figuras ilustres.<sup>83</sup>*

É casado com Maria Augusta Campos Ferraz, formada pela Faculdade Brasileira de Música do Rio de Janeiro e aponsetada pela UFMT com quem teve quatro filhos: Teresina Maria, Almerinda, Antônio José e Martha Beatriz. De Almerinda nasceu Cristiane Ferraz Mesquita; De Antônio José e Marly Ciekalki Ferraz nasceram Patrick Ciekalski Ferraz e Débora Ciekalski Ferraz. De Martha Beatriz nasceu Felipe Ferraz Ridolfi.

Formou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Federal de Direito de Mato Grosso, tendo concluído em 1966, e também Bacharel em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, com término no segundo semestre de 1984.



<sup>83</sup> Discurso do Conselheiro Oscar Ribeiro na cerimônia de posse do Conselheiro Teresino Alves Ferraz. *Revista do TCE-MT*, Cuiabá, n.13, jan. 1997.

*A história desse mato-grossense, nascido no município de Santo Antonio de Leverger, foi marcada por conquistas e ascensões. Funcionário do Tribunal de Contas desde 1961, Teresino Alves Ferraz exerceu diversas funções e cargos de chefia, até ser nomeado para o cargo de conselheiro em 28 de Agosto de 1978. Nessa nova função, o conselheiro Teresino ocupou, por mais de uma vez, os cargos de presidente, vice-presidente e corregedor geral do TCE. Homem de notório conhecimento jurídico e fiel às convicções filosóficas e éticas que sempre nortearam sua vida de homem público, enriqueceu muito a Augusta Corte de Contas com sua sabedoria e seriedade.<sup>84</sup>*

Exerceu ainda os cargos de Procurador-geral do Tribunal e Assessor Jurídico do Tribunal, em 1971. Em 15 de maio de 1972 foi nomeado para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Procurador do Tribunal de Contas, pela Portaria nº 65/73, de 30 de maio de 1973.

Exerceu as funções de Chefe de Gabinete da Presidência. A portaria nº 21/91, de 11 de janeiro de 1991, considera o Conselheiro Teresino Alves Ferraz, na qualidade de mais antigo membro desta Corte de Contas no exercício do cargo de Corregedor-geral do Tribunal. Projeteu-se na vida pública como administrador e técnico de grandes conhecimentos. Suas decisões tributárias refletem o alto grau de seus conhecimentos jurídico-contábeis, e no Tribunal de Contas pôde dar sequência na vida pública, a exemplo daquelas outras personalidades de Santo Antonio do Rio Abaixo, como o seu avô, o Cel. Vivi, Eugênio Vieira de Figueiredo, nome registrado na história do Rio Abaixo pela grandeza de ações.

Por Ato Governamental datado de 28 de agosto de 1978, o Dr. Teresino Alves Ferraz foi nomeado para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, na vaga aberta em decorrência da aposentaria do Conselheiro Benjamim Duarte Monteiro, tendo tomado posse no dia 26 de setembro de 1978.

Os cargos exercidos no âmbito do Tribunal de Contas, como Conselheiro revelam a competência e experiência adquirida pelo Conselheiro Alves Ferraz,

permitindo-lhe desenvolver, de 1981 a 2000, o exercício da vida pública, ou seja, foram quase trinta anos de efetivo trabalho: Vice-presidente do Tribunal de Contas no período de 5 de janeiro de 1980 a 4 de janeiro de 1981. Presidente do Tribunal de Contas no período de 5 de janeiro de 1981 a 4 de janeiro de 1982. Presidente do Tribunal de Contas no período de 4 de janeiro de 1985 a 6 de janeiro de 1986. Corregedor-geral do Tribunal de Contas no período de 2 de janeiro de 1992 a 2 de janeiro de 1994. Vice-presidente do Tribunal de Contas no período de 3 de janeiro de 1994 a 30 de janeiro de 1996. Presidente do Tribunal de Contas no período de 31 de janeiro de 1996 a 31 de janeiro de 1997. Vice-presidente do Tribunal de Contas no período de 29 de janeiro de 1999 a 29 de janeiro de 2000.

No decorrer de tantos anos de serviços prestados à Casa das Contas, o Conselheiro Teresino Alves Ferraz participou de diversas atividades e solenidades de conagração, recebeu diversos títulos e proferiu muitas palestras, sendo admitido no quadro de Comendador da Ordem do Mérito de Mato Grosso, em 15 de março de 1982. Foi fundador da Revista do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em 1985. Proferiu palestras na Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, na abertura solene da Semana do Contabilista, sob o tema *O Tribunal de Contas na Fiscalização dos Gastos Públicos*, em 23 de abril de 1985. Foi admitido nos quadros da Comenda Rondon, outorgada pela Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger, em 5 de maio de 1996. Promoveu, em 1996, o I Seminário de Integração entre o Tribunal de Contas e os Municípios Mato-grossenses, *in loco*.

A 31 de janeiro de 1996, Teresino Alves Ferraz assumiu pela última vez a Presidência do Tribunal de Contas do Estado. Em seu discurso de posse prestou homenagem àquele que foi patrono da cadeira que ocupou por tantos anos:

*Por dever de Justiça, deixo registrado nestas despretensiosas palavras, as minhas mais sinceras homenagens, ao eminente e saudoso Conselheiro Clóvis Corrêa Cardozo, patrono do cargo que exerço, consagrado um dos mais preeminentes conselheiros que passaram por esta casa.<sup>85</sup>*

<sup>84</sup> Revista do TCE-MT, Cuiabá, n.16, 2000, p. 16.

<sup>85</sup> Discurso de posse do Presidente - Conselheiro Teresino Ferraz, 31.01.96. Revista do TCE-MT, Cuiabá, n.13, jan 1997, p. 9.



Nessa mesma ocasião, o Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro, em discurso, assim se referiu ao antigo companheiro elevado à condição de Presidente do TCE:

*O currículo de Vossa Excelência comprova sua experiência como administrador e os resultados benéficos da sua presidência são certas cristalinas como as águas que brotam as fontes, límpidas e claras. Conhecemos o pensamento e atitude modernizante de Vossa Excelência, que se coaduna com os tempos que estamos vivendo, onde somente instituições eficientes, ágeis, idôneas e respeitáveis que atendam pronta e inequivocamente ao interesse público, terão lugares garantidos.<sup>86</sup>*

Por Ato Governamental de 13 de março de 2000, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, foi aposentado no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, contando com 44 anos, 8 meses e 3 dias de serviço público:

*A sua aposentadoria, em 13 de março abriu uma lacuna nesta Corte e em nossos corações, deixou a saudade da sua presença amigável e da sua competência profissional, foram com essas palavras que o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, em exercício no ano 2000, Ubiratan Spinelli, despediu-se do Conselheiro Teresinho Alves Ferraz, que dedicou 40 anos de sua vida ao trabalho de fiscalização das contas públicas.*

*Para homenagear aos tantos anos de dedicação e trabalho, o presidente Ubiratan Spinelli, em consenso dos demais Conselheiros, denominou o Salão Nobre do Tribunal de Contas com o nome de Teresino Alves Ferraz, que construiu boa parte da história do Tribunal de Contas de Mato Grosso.<sup>87</sup>*

<sup>86</sup> Discurso de posse do Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro, em 31 de janeiro de 1996. *Revista do TCE-MT*, Cuiabá, n.13, jan. 1997, p. 7.

<sup>87</sup> *Revista do TCE-MT*, Cuiabá, n.18, 2000, p. 18.

## UBIRATAN FRANCISCO

## VILELA TOM SPINELLI

Conselheiro Ubiratan assumiu na vaga do Conselheiro Nelson Ramos de Almeida, em 1991.

O Conselheiro “Tom Spinelli”, como é também conhecido Ubiratan Francisco Vilela Tom Spinelli, é filho de Mário Spinelli e de Rita Vilela Spinelli. Seu pai foi empresário, homem trabalhador e Deputado Estadual pelo PSP ocupando a Presidência da Assembléia de Mato Grosso no período de 1955/1956. Ubiratan Spinelli é natural de Poxoréu-MT, nascido a 29 de maio de 1938. Casou-se com Beatriz Helena Bressane Spinelli, com quem teve três filhos: Viviane, Marina e Rodrigo. É avô de Rui Francisco, filho de Kaike e Marina.

Beatriz Helena Spinelli, conhecida como “Bia Spinelli”, é advogada, teve uma participação política na história da cidade de Cuiabá, exercendo as funções de Vice-prefeita entre os anos de 1989 e 1992, e de Vereadora entre os anos de 1993 a 1997.

O Conselheiro Ubiratan cursou o primário no Colégio Salesiano São Gonçalo, em Cuiabá, e o ginásial no Colégio Anglo-Americano, no Rio de Janeiro. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso. Pecuarista e empresário do ramo da borracha, assumiu em 1975 a presidência da Associação Comercial de Cuiabá e da Associação dos Seringalistas.

Seguindo a trajetória política do pai, entrou para a vida pública em 1978, elegendo-se Deputado Estadual por duas legislaturas, pela antiga ARENA; Presidente da Comissão de Saúde e Assistência Social (1979); Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (1980) e nomeado, em 1980, Secretário de Indústria, Comércio e Turismo por Ato Governamental.

Reeleito para o cargo de Deputado Estadual em 15



de novembro de 1982, foi posteriormente nomeado Secretário de Indústria, Comércio e Turismo do Estado. Presidiu a Assembléia Legislativa no biênio 1983/85. Integrou o Colégio Eleitoral que elegeu o Presidente da República, em 15 de janeiro de 1985.

Eleito Deputado Federal Constituinte, pela coligação ADM (Aliança Democrática Municipalista), exerceu o mandato no período de 1986/1990, com uma participação intensa em diversas comissões e como autor de projetos de suma importância para Mato Grosso. Foi membro da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher (1988); Presidente da Comissão de Revisão Territorial, responsável pela criação de 27 novos municípios no Estado; Membro titular da Comissão de Agricultura e Polícia Rural; Membro suplente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, Interior e Índio; Membro titular da Comissão de Constituição e Justiça; Membro da Comissão Mista do Congresso Nacional que estudou a Emenda Calmon; Membro da Comissão da Ordem Social; Autor do Projeto de Lei da Criação da ZPE de Cáceres, tendo participado da luta pela ligação rodoviária com o Pacífico, a partir de Mato Grosso.

O nome de Ubiratan Spinelli foi indicado para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso em 11 de dezembro de 1991, pelo então Governador Jaime Veríssimo de Campos. Ocupou a vaga ocasionada pela aposentadoria do Conselheiro Nelson Ramos de Almeida.

Ao assumir a Presidência do Tribunal, no ano de 2000, demonstrou em seu discurso a experiência acumulada ao longo dos vinte anos de vida pública:

*A minha geração sempre teve a sua atenção fixa no ano 2000. Sempre nos pareceu uma data longínqua e um limite de duração de tempo. Mas, de repente, o ano 2000 chegou! O que nossa geração talvez não imaginasse é que seria muito mais que uma simples passagem de data. Seria a época das mais profundas transformações de todo o século e, quem sabe de toda a história da humanidade. Vejo-me na rara chance de viver a história deste momento especial como Presidente, em companhia dos ilustres colegas, Conselheiros Djalma Metello Duarte Caldas na Vice-presidência e Gonçalo Pedrosa de Barros como Corregedor deste Tribunal. Por isso, entendo que temos em mãos um momen-*

*to especial exercendo a função constitucional do Tribunal de Contas de Mato Grosso, mas, em especial, a de adaptá-lo às novas exigências desse novo Mato Grosso, do Brasil e do mundo globalizado e automatizado. A sociedade espera a mais correta aplicação das receitas públicas porque a cidadania leva cada dia mais os cidadãos a se sentirem contribuintes dos recursos que os governos recolhem, e devem aplicar com rigor e lisura. Temos novos paradigmas pela frente. Um deles é a Lei Rita Camata que limita os gastos dos orçamentos públicos com pessoal. Outro, é a Lei de Responsabilidade Fiscal em tramitação na Câmara dos Deputados e com passagem quase assegurada no Senado Federal. São instrumentos modernizadores da postura dos administradores públicos que cabe, em última instância, aos Tribunais de Contas fiscalizar.*<sup>88</sup>

*A primeira coisa que eu fiz quando entrei como Presidente, foi ir atrás da informatização e a modernização do Tribunal de Contas, acompanhando os outros Estados que já estavam modernizando suas secretarias.*<sup>89</sup>

Essa preocupação de modernização e informatização do TCE pode ser explicada pela visão empresarial do Conselheiro: *Eu vim de um lado empresarial, o meu pai foi um empresário batalhador.*<sup>90</sup>

Foi Conselheiro Representante do Governo do Estado de Mato Grosso no Conselho Regional do Serviço Social da Indústria – SESI, desde 24 de junho de 80.

Membro do Conselho de Administração da Empresa Mato-grossense de Mineração – METAMAT – eleito para o cargo em 18 de setembro de 80.

Membro do Conselho de Administração da Empresa Mato-grossense de Turismo S/A – TURIMAT – desde 5 de maio de 1980.

Membro do Conselho de Administração do Balneário Águas Quentes desde 5 de maio de 1980.

<sup>88</sup> Revista do TCE-MT, Cuiabá, n.18, 2000, p. 10-12.

<sup>89</sup> Entrevista com o Conselheiro Ubiratan Spinelli realizada em 9 de julho de 2003.

<sup>90</sup> Idem.

Membro do Conselho Deliberativo da Empresa de Frigorificação do Estado de Mato Grosso – EFRIMAT – desde 11 de março de 1981.

Presidente do Conselho de Desenvolvimento Industrial e Comércio – CODEIC.

Membro representante do Estado de Mato Grosso na Associação Nacional das Entidades de Desenvolvimento Industrial – ANEDI.

#### **PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIOS, ENCONTROS E DEBATES**

I Seminário Nacional da Seringueira, promovido pela Superintendência da Borracha, Cuiabá – 1972.

II Seminário Nacional da Seringueira, promovido pela Superintendência da Borracha, Rio Branco – 1976;

I Encontro Nacional das APAES – Cuiabá, de 15 a 18 de setembro, como membro da Comissão de Honra

Debates sobre as Relações Comerciais Brasil - Argentina, promovido pelas Câmaras do Comércio Brasil-Argentina, Rio de Janeiro, julho de 1976.

Debate sobre a Integração das Agropecuárias com Seringais Nativos, como convidado da EMBRAPA, representando o Estado de Mato Grosso – Manaus – 1997.

II Congresso e II Mostra sobre Descentralização e Crescimento Industrial Urbano – São Paulo – 13 a 20 de outubro de 1980.

Debate sobre os Problemas da Região Centro-Oeste Brasileira, junto à Comissão Parlamentar da Amazônia, na Câmara Federal, Brasília – 1978.

Encontro Nacional da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, sobre momento atual brasileiro, Rio de Janeiro – 1997.

XVIII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, São Luiz – 1993.

XIX Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, Belo Horizonte – 1995.

Congresso Euroamericano dos Tribunais de Contas do Brasil, Ouro Preto – 1998.

Encontro sobre Fiscalização das Organizações Sociais e Concessões, São Paulo – 1998.

XX Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil – Conferência Internacional, Fortaleza – outubro de 1999.

Encontro Técnico dos Tribunais de Contas do Brasil, Canelas – 2000.

Primeiro Simpósio da Comissão Técnica Especial de Meio Ambiente – X Assembléia Geral da OLACEFS,

Brasília – 2000.

Primeiro Congresso Internacional da Associação de Entidades Oficiais de Controle Público do Mercosul – dezembro de 2000.

XVI Congresso Nacional dos Tribunais de Contas da Republica Argentina, Santa Rosa (La Pampa) – Argentina – outubro de 2001.

Segunda Reunião Anual Internacional da Associação de Entidades Oficiais de Controle Público do Mercosul, Ushuaia – Argentina – 2002.

#### **HOMENAGENS**

Agraciado com a Comenda Filinto Müller, honraria concedida pela Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Grão-Mestre da Ordem Filinto Müller.

Agraciado com o Colar de Mérito da ATRICON “Ministro Miguel Seabra Fagundes”, pelos relevantes serviços prestados – 2002.

## VALTER ALBANO DA SILVA

Conselheiro Valter Albano assumiu na vaga de Djalma Metello Duarte Caldas, em 2001.

Nasceu na cidade de Bom Jardim de Goiás-GO, no dia 1º de agosto de 1952. Filho de Nerolino Albano da Silva e de Arlinda Gomes da Silva.

A perda precoce do pai tomou a mãe responsável por garantir o sustento da família e o futuro dos seus oito filhos:

*Quando pensava em futuro, Arlinda Gomes não se preocupava apenas em saber quem viriam a ser os maridos de suas filhas ou as mulheres de seus filhos. Casar-se ou não e com quem, era uma decisão que ela deixaria a cargo de cada um deles. Pensava em algo mais grandioso, com o que havia sonhado quando criança: os filhos deveriam freqüentar a escola para adquirir conhecimentos e uma profissão. Queria oferecer a eles uma perspectiva melhor do que aquela vida difícil enfrentada por seus pais, por suas irmãs e irmãos, além dela própria e de tantas outras pessoas que havia conhecido.<sup>91</sup>*

A oportunidade de emprego, para o menino Valter como auxiliar de alfaiate aos nove anos, juntamente com um de seus irmãos, veio inseri-lo precocemente no mundo do trabalho:

<sup>91</sup> ALBANO, Valter. *Arlinda Gomes – a coragem de trilhar novos caminhos*. Cuiabá : Entrelinhas, 2002, p. 20.



*Na cidade, existia um alfaiate que sugeriu à Arlinda que deixasse Manoel e Cristóvam aprender a costurar. Ele não cobraria pelo ensino da profissão e também nada pagaria até que os meninos aprendessem. Depois, acertaria um pequeno salário. O Manoel concordou, mas o Cristóvam disse na hora que não iria, não queria aprender a costurar de jeito nenhum. Então o Valter disse: pois eu quero. Ele só tinha 9 anos de idade e até pensei que o dono da alfaiataria nem iria aceitar. Pois aceitou e todos os dias o Valter voltava de lá feliz da vida, com um dedal enfiado no dedinho. Manoel e Valter Albano trabalharam na alfaiataria do senhor Manoelzinho até se mudarem para Barra do Garças, onde continuaram os estudos.<sup>92</sup>*

*De fato, a vida de Arlinda não seria fácil, pois não tinha mais o marido que até então havia sido o principal responsável por garantir o sustento da família. Mas, em nenhum momento pensou em desistir. Com as habilidades desenvolvidas na infância, tomou-se costureira, passando a trabalhar dia e noite para garantir a sobrevivência dos filhos.<sup>93</sup>*

Ao terminar o curso primário, Valter foi para Aragarças, na divisa com o Estado de Mato Grosso, onde cursou o ginásio, hoje, o ensino fundamental (5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup>), e também os 3 anos de ensino médio, na Escola Técnica de Comércio. No ano seguinte mudou-se para Cuiabá, onde, um ano depois, ingressou no curso de Economia da UFMT, em 1974, tendo concluído o curso em 1978.

Nesse ínterim casou-se com Emília Grzybowski Albano da Silva, de cuja união nasceram os filhos Luana e André.

Foi Professor secundário no Ginásio Estadual de Barra do Garças e Assessor da Delegacia Regional de Ensino de Barra do Garças em 1973.

Em 1981, fez concurso para ingressar na carreira de Economista do INCRA, órgão do Governo Federal.

Ainda em 1981 fez o curso de especialização em economia agrária na UFMT, curso esse que teve participação da Universidade de Viçosa, pois os professores eram egressos da Universidade. No final de 1981-1982 também realizou o curso de especialização em Terras para Assentamento, da Universidade de Israel, em convênio com o Banco do Nordeste do Brasil e com o INCRA, na cidade de Fortaleza.

Em 1982, convidado pela direção do INCRA, mudou-se para Mato Grosso do Sul, na ocasião, para ajudar a implantar aquela organização no novo Estado. Ficou em Mato Grosso do Sul durante quatro anos. Voltou para Mato Grosso, assumindo a Coordenação de Planejamento do INCRA em Cuiabá.

Em 1987, o então Prefeito Dante Martins de Oliveira, assumindo o Ministério da Reforma Agrária, convidou Valter Albano para ser o Superintendente do INCRA em Mato Grosso. Exerceu esse cargo durante um ano.

Ocupou as Secretarias: Municipal da Administração de Cuiabá – 1988; de Estado de Administração de Mato Grosso – janeiro de 1989 a janeiro de 1990; de Estado de Educação de Mato Grosso – janeiro de 1990 a fevereiro de 1991.

Foi ainda: Membro do Conselho de Administração das seguintes empresas, autarquias e fundações:

Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso – SANEMAT – 1990 a 1991. Centrais Elétricas Matogrossenses – CEMAT – 1990 a 1991.

Presidente do Fundo Estadual da Educação – FEE/MT – 1990 a 1991.

Presidente da Fundação Cultural do Estado de Mato Grosso – 1990 a 1991.

Coordenador-geral do Plano de Governo da Frente Cidadania e Desenvolvimento, liderada por Dante de Oliveira – 1992.

Atuou como Secretário de Educação de Cuiabá nos anos de 1993 e 1994, e do Estado, em 1995, nas respectivas administrações de Dante de Oliveira como prefeito e como governador.

Coordenou o Plano de Metas da equipe de Transição da Frente Cidadania e Desenvolvimento de Mato Grosso, liderada por Dante de Oliveira – 1994.

Em 1996, assumiu a Secretaria de Estado da Fazenda, cargo que deixou de ocupar momentos antes de sua posse como Conselheiro. Como Secretário, teve grande participação no plano de ajuste fiscal do governo do Estado de Mato Grosso.

Atuou junto ao Centro de Processamento de Dados

<sup>92</sup> ALBANO, Valter. *Arlinda Gomes – a coragem de trilhar novos caminhos.*

<sup>93</sup>dem.

do Estado de Mato Grosso – CEPROMAT – em 1989 e de 1999 a 2001.

Dirigiu o Instituto Teotônio Vilela – PSDB/MT – 1998 a 2001.

Em 5 de outubro de 2000 assumiu uma vaga de Conselheiro do Conselho Diretor da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

Valter Albano da Silva tomou posse como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso em 27 de dezembro de 2001, assumindo a vaga do Conselheiro Djalma Metello Duarte Caldas, aposentado em outubro. Suas perspectivas e principais preocupações ao assumir esse cargo, ainda continuam presentes nas suas reflexões a respeito do Tribunal de Contas, quanto ao seu programa de modernização. No dia da posse, ele foi assim saudado:

*A sua competência, habilidade e versatilidade foram fundamentais para o desenvolvimento de importantes setores de nosso Estado. Quero destacar aqui a Educação e a modernização do Estado. Na Educação, duas fases marcaram sua gestão: Como Secretário Municipal de Educação de Cuiabá, desenvolveu o programa de modernização da gestão da Escola, com o objetivo de zerar a repetência e a evasão escolar. Este programa, pelos seus excelentes resultados, recebeu o reconhecimento internacional da UNICEF.<sup>94</sup>*

Em entrevista às autoras, assim se expressou sobre Mato Grosso:

*Dante reformulou a equipe, trocou o Secretário da Fazenda e a primeira providência foi elaborar um planejamento completo de modernização da gestão pública, incluindo a reforma do Estado. Essa reforma incluía um projeto, começando em fevereiro de 1996. Foi o primeiro Estado do Brasil que encolheu toda a área sistêmica, Secretaria da Fazenda, Planejamento, Administração, e de Auditoria, que é o controle interno, e ainda abarcou tam-*

*bém o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça do Estado. Até hoje, o único Estado brasileiro que conseguiu colocar no programa de modernização todos esses poderes. A Assembleia Legislativa, no entanto, não quis entrar. Esse programa de modernização consistiu em definir um planejamento, a longo prazo, dessas orientações, e estabelecer metas concretas, como por exemplo: na área do Poder Executivo, em quanto a arrecadação deve crescer nos próximos 3 anos, enfim o que deve aumentar e o que deve diminuir. Na área do Tribunal da Justiça, quantos processos a mais ele tem que julgar, nessa perspectiva de longo prazo que é anual; no caso do Ministério Público, quantos processos ele pode manter nas diversas áreas, quantas ações ele tem que montar.*

*No caso do Tribunal de Contas, a redução de estoque de processos, a melhoria dos prazos de andamento desses processos, a introdução de tecnologias para lidar com eles, deixar o meio físico e trabalhar com meio eletrônico. Só em 2002, nós introduzimos o meio eletrônico no Tribunal de Contas.*

*Nesse tempo todo, o que eu tenho procurado é contribuir e o que faço, agora, no Tribunal de Contas, é mostrar que quanto maior, em termos de posição político-estratégica, quanto maior a qualidade, ou quanto mais qualificado o técnico, mais ele deve lidar somente com as informações estratégicas, para ele tomar decisão ou, no máximo, fazer análise.*

*É uma divisão do trabalho, mas na linha da seletividade, ou seja, você não deixa o Conselheiro perder tempo com uma análise tradicional de um projeto.*

*Os auditores também, por meio eletrônico, ao entrar em uma base computacional, eles vão receber todas as informações do balanço já cruzadas, do tipo assim, o equilíbrio entre a receita e a despesa da prefeitura.<sup>95</sup>*

<sup>94</sup> Discurso de posse do Conselheiro Valter Albano, em 27 de dezembro de 2001. *Revista do TCE-MT*, Cuiabá, n.20/21/22, 2002, p. 24.

<sup>95</sup> Entrevista realizada em 14 de maio de 2003.

## PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Cursos, seminários e encontros relativos a conceitos, administração, finanças e contabilidade na área de cooperativismo – 1976 a 1981.

Cursos, treinamentos, seminários e congressos nacionais e internacionais na área de economia dos setores público e privado – 1978 a 2001.

Reuniões técnicas, encontros, seminários, workshops, congressos e intercâmbios nacionais e internacionais na área de administração tributária, gestão fiscal e gestão pública – 1996 a 2001.

Ministrou palestras em cursos, encontros, seminários, reuniões e congressos nas áreas de cooperativismo, educação, economia, gestão da qualidade, gestão pública e sustentabilidade fiscal – 1977 a 2003.

## PUBLICAÇÕES:

*Do caos ao equilíbrio fiscal – uma difícil travessia*  
Publicado em Cuiabá: Entrelinhas Editora, 2001.

*Arinda Gomes – A coragem de trilhar novos caminhos.* Publicado em Cuiabá: Entrelinhas Editora, 2002.



## VALDIR DOS SANTOS PEREIRA

Conselheiro Valdir dos Santos Pereira assumiu na vaga de Lenine de Campos Povoas, em 1967.

Nasceu a 23 de novembro de 1910, em Nioaque, hoje Mato Grosso do Sul, filho de Eduardo dos Santos Pereira e Blanche dos Santos Pereira. Casado com Lourdes Rondon Santos Pereira.

Teve uma vida caracterizada pela militância política. Aos 22 anos já participava da questão separatista do Estado de Mato Grosso. Na década de 1930 propunha a criação do Estado de Maracajú.

*E eu – que tinha 22 anos e era solteiro – me apresentei ao Exército, que me mandou para o setor de Três Lagoas e Paranaíba. Fiquei por lá 3 meses. Perdemos. Mas, nessa ocasião, dividimos o Estado.<sup>96</sup>*

Então, nas palavras do Valdir, a luta não parou de 1932 para cá, até 1977. Se não tivéssemos assinado (a divisão), a luta continuaria. Aí, segundo Valdir, *se já havia um pequeno problema de se falar em divisão... acendeu o estopim e não parou mais.<sup>97</sup>*

Na década de 1940, quando da sua participação na Constituição de 1947, Valdir dos Santos Pereira foi escolhido como 1º Secretário, pois era homem acostumado a mexer com papéis, em virtude de ter sido escrevente do Cartório do 2º Ofício de Campo Grande,



<sup>96</sup> Apud NEVES. Maria Manuela Renha de Novis. *Relatos políticos – Resgate da memória política de Mato Grosso*. p. 329.

<sup>97</sup> *Ibidem*, p. 331.

no período de 10 de junho de 1932 a 7 de março de 1933.

*Eu fui escolhido o 1º Secretário dessa 1ª Legislatura (depois, no 2º ano, o Virgílio saiu e eu fui escolhido o Presidente). Nesse começo, nós não conhecíamos como funcionava uma Assembléia. Ela estava fechada há 14, 15 anos, desde que o Getúlio fechou. Fizemos reunião para ver quem ia ser o 1º Secretário, já que tínhamos que organizar. Disseram é o Valdir, está acostumado a mexer com papel... E me escolheram para Secretário, para organizar a Assembléia. (Ibidem, p. 331)*

Era político filiado ao PSP e PSP/ Sul e depois Arena. Em 1959 exerceu a função de Promotor de Justiça. Foi eleito Deputado Estadual, exercendo essa função no período de 16 de dezembro de 1960 a 3 de janeiro de 1963.

Exerceu o cargo de Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Exerceu o cargo de Chefe de Administração da Prefeitura Municipal de Campo Grande, no período de 1º de fevereiro de 1963 a 31 de outubro de 1964.

Foi Consultor Jurídico do IPEMAT, até 30 de março de 1966, e Chefe da Casa Civil do Governador do Estado, no período de 9 de fevereiro de 1966 a 21 de junho de 1967.

Valdir dos Santos Pereira foi nomeado pelo Governador Pedro Pedrossian, tomando posse em 5 de julho de 1967, no cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, exercendo a função até o dia 14 de março de 69, quando se aposentou.

Faleceu em 21 de julho de 2001, em Campo Grande.

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---





## Considerações Finais

A sociedade brasileira, cada vez mais consciente do conceito de cidadania, vem exigindo uma administração eficiente e eficaz dos responsáveis por bens e valores públicos. Nessa perspectiva, como órgãos fiscalizadores, os Tribunais de Contas têm sido chamados para assegurar a boa utilização dos recursos públicos, na busca de responder aos anseios da sociedade.

Esta Corte de Contas tem buscado implementar ações, aprimorando as técnicas de fiscalização, e vem tomando medidas de economicidade, consolidando a evidência das ações aqui empreendidas.

A história do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso revela que cada Conselheiro Presidente atuou de forma a adequar o TCE ao dinamismo que o trabalho exigia, uma vez que o quadro de pessoal requeria mão-de-obra qualificada e aperfeiçoada, com a aquisição de novas tecnologias.

O início ao processo de informatização no âmbito do TCE, no final da década de 1990, seguiu, podemos dizer, um caminho sem volta, rumo aos benefícios tecnológicos. Com este espírito de investimento na agilização das informações, esta Casa de Contas esforçou-se ao longo das duas últimas décadas, portanto, para acompanhar as mudanças ocorridas nos meios de comunicação e da informatização.

Na mesma direção, deve ser lembrada a publicação da Revista, publicação informativa e técnica da maior importância, cuja circulação regular (semestral) tem permitido a divulgação de todos os acontecimentos que marcaram as administrações desta Corte de Contas.

Paralelamente, foi buscado um alto investimento na capacitação de recursos humanos, especificamente aqueles voltados para a área fim, mediante treinamentos e reciclagens com vistas para o aperfeiçoamento e qualificação dos servidores deste Tribunal, com destaque para aqueles promovidos em parceria com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON – e as universidades mato-grossenses.

A integração ao SIAF (Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado), possibilitou o lançamento de todos os procedimentos de receita e despesa ao controle da Secretaria de Fazenda através do sistema de informática, agilizando a contabilidade dos órgãos estaduais e atualização de quaisquer pendências existentes na apreciação das prestações de contas dos órgãos públicos estaduais e municipais.

Ao longo do tempo, a função do TCE foi a de fiscalizar e analisar as prestações de contas de todos os órgãos públicos estaduais e municipais, emitindo parecer técnico quanto à licitação de cada qual. No âmbito dos municípios, o controle externo é exercido mediante prestação ou tomada de contas na forma regimental, aplicando-se às contas municipais procedimentos de auditoria e inspeção. A atuação do Tribunal de Contas, nesses casos, é denominada de “Parecer Prévio”, porque o que deve prevalecer é a decisão final da Câmara sobre as contas anuais do Município, seja ratificando o Parecer do Tribunal, ou não. É norma corrente, também, que mesmo que o Prefeito não apresente as suas contas anuais, no prazo que a Consti-

tuição impõe, o Tribunal de Contas está obrigado a elaborar o relatório técnico, evidenciando os principais fatos do exercício, submetendo-os, posteriormente, à apreciação da Câmara. A importância desse Parecer pode ser avaliada, em primeiro lugar, pela leitura do que contém o inciso II do Art. 210 da Constituição do Estado.<sup>98</sup>

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso tem procurado difundir e consolidar a importância do controle externo para a sociedade, principalmente para julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público e as contas daqueles que deram causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário. Nessas situações, a atribuição não se resume à emissão de parecer. Os Tribunais de Contas quando exercem essa competência exercitam, sem qualquer questionamento, um efetivo julgamento, ou seja, suas decisões têm caráter definitivo e terminal.

É importante ressaltar que da leitura dos discursos dos presidentes das primeiras Mesas Diretoras pudemos perceber algo em comum entre eles – a necessidade de reafirmar a importância da criação do TCE de Mato Grosso, ante aos próprios cidadãos mato-grossenses. Para tanto, buscavam nos processos históricos das sociedades europeias as justificativas para a existência dos tribunais em lugares e tempos remotos.

Uma outra preocupação, sempre ventilada, referia-se à elaboração de uma Lei Orgânica própria do TCE-MT, fundamental para o exercício das funções a ele conferidas e possibilitadora do tratamento homogêneo sobre as prestações de contas, seja das entidades autárquicas, seja das sociedades de economia mista e/ou públicas.

Da criação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso aos dias atuais, regimentos foram elaborados e leis foram implementadas conforme pode ser observado na leitura dos quatro capítulos. Muito pode-se dizer das autoridades, antes de tudo, seres humanos. Homens que atuaram no âmbito do Tribunal Pleno, defendendo suas posições e crenças, despendendo horas de suas vidas a serviço desta Instituição.

As atuações registradas nas atas constantes da documentação do Tribunal de Contas marcam indelévelmente a passagem de seus Conselheiros Presidentes, Vices, Procuradores, ora desempenhando as funções do mais alto grau, ora atuando como condutores, todos, porém, incumbidos da defesa da coisa pública.

São passados cinquenta anos. Muitos daqueles que idealizaram e lutaram para fundar esta Instituição já não mais estão vivos. Como exceção, localizamos apenas algumas autoridades, o Dr. Aecim Tocantins e o Dr. Sebastião de Oliveira – “Dr. Paraná”, que vivenciaram a gestão das Mesas Diretoras da década de 1950 – excelentes narradores<sup>99</sup>. Suas memórias foram consideradas por nós, historiadoras, como fontes, pois nortearam esta pesquisa em sua fase primeira.

Há que se ressaltar que, em um segundo momento, devidamente localizadas, as atas das sessões do TCE foram arroladas e analisadas como uma possibilidade de podermos entrar em contato com a vida desta Corte de Contas, nos primórdios de sua criação e nas fases de instalação e implementação organizacional. Vieram, portanto, as buscas nas centenas de atas, com a ânsia de encontrar informações, pistas,

---

98 RODRIGUES, Rosana Kassar do Valle. O Balanço Geral do Município. *Revista do TCE-MT*. 1999.

99 Dr. Paraná faleceu em 14 de agosto de 2004, quando este livro já encontrava-se no prelo e prestes a ser publicado, daí a manutenção da frase acima da palavra “exceção”.

enfim, a essência do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Em outras palavras, as atas e os livros de ficha funcional, em forma manuscrita, de cada autoridade e/ou funcionário constituem-se em fontes documentais, bens preciosos de incontável valor. A esta altura, poderíamos dizer, tão valiosas são as fontes manuscritas existentes no acervo deste Tribunal de Contas que este já não mais pode delas prescindir.

No momento em que esta Corte de Contas completou os seus 50 anos, constatamos a defesa e a implementação de uma justa política de valorização do “material” humano, o que torna necessário um repensar sobre a importância da preservação de suas fontes documentais, guardiãs que são da memória social. Isto porque nos documentos podem ser encontradas informações sobre a vida dos Conselheiros, do momento de seu ingresso até o momento do seu afastamento definitivo (aposentadoria ou morte).

Nos discursos, suas vidas são reveladas, não apenas como políticos e/ou autoridades que são, mas como homens, pais, esposos, filhos, pois, ao assumirem o mais alto degrau – a Presidência – não deixam de reverenciar as suas origens biológicas e sociais. Homens que do alto não deixam de transparecer, mesmo que timidamente, suas emoções. Homens que em seus discursos relatam o seu tempo histórico: um tempo em que traçaram análises da sociedade em que vivem e, apresentando e elaborando leis norteadoras de políticas a serem implementadas, a médio e a longo prazos.

É necessário ressaltar, ainda, que dentre a documentação encontram-se documentos variados atinentes aos funcionários do Tribunal (contadores, secretários, contínuos etc.), a exemplo dos livros de registro da vida funcional, que possibilitam analisar a história na perspectiva dos homens e mulheres comuns “a história vista de baixo”.

Torna-se necessário dizer igualmente da importância dos Acórdãos como fontes imprescindíveis para o estudo da vida e da trajetória dos municípios, cada qual com as suas características, conforme apresentadas pelos auditores.

Por fim, gostaríamos de reafirmar a premência de uma política de preservação das fontes documentais do TCE-MT, antes que elas se percam.

O arranjo e a catalogação dos documentos existentes no arquivo do TCE permitirão salvaguardar o patrimônio documental, imprescindível para a escrita da história nos próximos 50 anos.

Que no centenário de sua criação, os futuros historiadores de então, possam ter acesso à documentação gerada nos dias atuais, devidamente catalogadas, microfilmadas e digitalizadas, pois vão-se os homens, porém ficam suas memórias.





Arquivo do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (ATCE).  
Fontes manuscritas

### Atas

Ata de sessão do Tribunal de Contas de 16 de março de 1954.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 8 de janeiro de 1954.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 29 de janeiro de 1954.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 23 de março de 1954.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 26 de março de 1954.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 27 de agosto de 1954.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 12 de novembro de 1954.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 17 de janeiro de 1955.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 3 de janeiro de 1956.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 5 de janeiro de 1956.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 12 de janeiro de 1956.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 4 de maio de 1956.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 14 de maio de 1956.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 2 de janeiro de 1957.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 4 de janeiro de 1957.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 5 de junho de 1957.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 4 de novembro de 1957.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 8 de janeiro de 1958.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 26 de fevereiro de 1958.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 25 de novembro de 1960.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 25 de janeiro de 1961.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 5 de maio de 1961.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 31 de julho de 1961.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 29 de agosto de 1961.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 29 de setembro de 1961.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 2 de janeiro de 1962.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 8 de janeiro de 1962.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 2 de janeiro de 1963.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 8 de janeiro de 1964.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 4 de março de 1964.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 4 de janeiro de 1965.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 25 de março de 1965.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 3 de janeiro de 1966.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 9 de agosto de 1967.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 3 de janeiro de 1967.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 11 de outubro de 1967.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 2 de janeiro de 1968.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 31 de dezembro de 1968.

Ata de sessão do Tribunal de Contas de 2 de janeiro de 1969.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 21 de fevereiro de 1969.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 24 de fevereiro de 1969.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 26 de fevereiro de 1969.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 27 de fevereiro de 1969.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 2 de janeiro de 1970.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 15 de fevereiro de 1970.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 29 de julho de 1970.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 4 de janeiro de 1971.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 25 de janeiro de 1971.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 1º de dezembro de 1971.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 18 de outubro de 1972.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 17 de março de 1973.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 19 de abril de 1973.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 4 de janeiro de 1974.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 25 de novembro de 1975.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 6 de janeiro de 1976.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 4 de janeiro de 1977.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 1º de janeiro de 1978.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 1º de março de 1978.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 24 de abril de 1978.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 25 de abril de 1978.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 24 de janeiro de 1979.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 5 de dezembro de 1979.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 4 de janeiro de 1980.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 19 de maio de 1983.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 4 de janeiro de 1984.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 5 de outubro de 1984.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 3 de janeiro de 1985.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 4 de janeiro de 1985.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 27 de agosto de 1985.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 1º de outubro de 1985.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 16 de dezembro de 1986.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 23 de fevereiro de 1989.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 27 de julho de 1989.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 6 de dezembro de 1989.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 17 de janeiro de 1990.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 8 de junho de 1992.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 3 de janeiro de 1994.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 31 de janeiro de 1996.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 31 de janeiro de 1998.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 29 de janeiro de 1999.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 29 de janeiro de 2000.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 31 de janeiro de 2001.  
Ata de sessão do Tribunal de Contas de 31 de janeiro de 2002.

## **Livros de registro de vida funcional**

Livros de Registro de vida funcional dos Conselheiros TCE: Cuiabá. 1954 a 2003.

## **Regimentos**

Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Cuiabá. 1954.

Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Cuiabá. 1993.

Consolidação do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Cuiabá. 1996.

Consolidação do Regimento Interno e Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Cuiabá. 1998.

Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Cuiabá. 2002/2003.

## **Lei orgânica**

Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – Lei complementar nº 11, de 18 de dezembro de 1991.

Publicada no Diário Oficial de 18 de dezembro de 1991. Junho de 1992.

## **Boletins Eletrônicos**

### **Discursos e pronunciamentos dos Conselheiros e Presidentes do TCE-MT**

Discurso do Conselheiro Aecim Tocantins no TCE-MT. Cuiabá. Outubro de 1974.

Discurso do Conselheiro José Ferreira de Freitas: Seminário Nacional de Administração Municipal. Junho de 1979.

Pronunciamento do Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro. Brasília. 1996.

Discursos do Presidente Branco de Barros. Cuiabá: Departamento de Comunicação Social, biênio 2002/2003.

### **Relatório de atividades do TCE-MT**

Relatório de atividades da Diretoria-geral de Administração e da Inspetoria-geral de Controle Externo – Fevereiro de 1997.

Relatório das atividades da Presidência do Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro, de fevereiro a dezembro de 1997.

## **Boletins**

Boletim Informativo nº 47, ano IV, novembro de 1972.

Boletim nº 52, ano V, outubro de 1973.

Boletim nº 54, ano V, dezembro de 1973.

Boletim nº 59, ano V, setembro/outubro de 1974.

Boletim do Tribunal de Contas, Planejamento Estratégico biênio 2002/2003.

Informes do TCE 1997/1999. Departamento de Comunicação Social do TCE.

Boletim Informativo do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 1997/1999.

Boletim Informativo do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 2000/2001.

Boletim Informativo do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso de 30.01.2002 a 10.12.2002.

Boletim Informativo – Releases de 1998 a 2000.

## **Revistas**

Revista do TCE, Cuiabá, n. 1, jan./abr. 1985.

Revista do TCE-MT, Cuiabá, n. 3, jan./abr. 1985.

Revista do TCE-MT: O Tribunal de Contas na fiscalização dos gastos públicos. Pronunciamento do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso: Teresino Alves Ferraz.

Revista do TCE-MT, Cuiabá, n. 7, set./dez. 1985.

Revista do TCE-MT Cuiabá, n. 10, ago. 1989.  
 Revista do TCE-MT Cuiabá, n. 16, jul./dez. 1998.  
 Revista do TCE-MT, Cuiabá, n. 11, dez. 1991.  
 Revista do TCE-MT, Cuiabá, n. 17, jan./jul. 1999.  
 Revista do TCE-MT, Cuiabá, n. 12, dez. 1993.  
 Revista do TCE-MT Cuiabá, n. 13, jan. 1997.  
 Revista do TCE-MT Cuiabá, n. 14, jan. 1998.  
 Revista do TCE-MT Cuiabá, n. 136, out./dez. 2000.  
 Revista do TCE-MT Cuiabá, n. 18, 2000.  
 Revista do TCE-MT Cuiabá, n. 20, 21, 22, 2001/2002.  
 Revista do TCE-MT Cuiabá, n. 19, 2001.  
 Revista do TCE-RJ, Rio de Janeiro, n. 12, nov. 1981.  
 Revista História Oral. São Paulo, FFLCH, USP, n. 4, jun. 2001.

## JORNAIS

Jornal do CFC. Conselho Federal de Contabilidade. Ano 5, nº 51, Cuiabá, agosto de 2002.  
 Diário de Cuiabá. Fenece uma linda flor. Academia Mato-Grossense de Letras. Cuiabá, 25.05.2003.  
 Folha do Estado. TCE lança auditoria contábil. Cuiabá, 29.03.2003.  
 TCE com jornal on-line. Cuiabá, 08.08.2003.  
*A Gazeta.* Educação é prioridade para Conselheiro do TCE Cuiabá, 02.06.2003.  
 Fernando Corrêa deixa legado. *Cuiabá*, 31.08.2003.  
 As competências do TCE. *Cuiabá*, 28.06.2003.  
 Jonas vai para TCE em 2005. *Cuiabá*, 27.07.2003.

## Fontes Orais

Aecim Tocantins. Entrevista concedida às autoras em 06.03.2003, Cuiabá-MT.  
 Afro Stefanini. Entrevista concedida às autoras em 05.04.2003.  
 Antonio Joaquim Moraes Rodrigues Neto. Entrevista concedida às autoras em 11.05.2003.  
 Arlete Gargaglione Póvoas. Entrevista concedida às autoras em 25.06.2003.  
 Djalma Carneiro da Rocha. Entrevista por escrito às autoras.  
 Helena Latorraca (neta de Dona Galega). Entrevista concedida às autoras em 15.04.2003.  
 José Ferreira de Freitas. Entrevista concedida às autoras em 19.04.2003.  
 Júlio José de Campos. Entrevista concedida às autoras em 09.05.2003.  
 Luiz Felipe Sabóia Ribeiro Filho. Entrevista concedida às autoras em 15.03.2003.  
 Sebastião de Oliveira (Dr. Paraná). Entrevista concedida às autoras em 26.03.2003.  
 Teresino Alves Ferraz. Entrevista concedida às autoras em 23.05.2003.  
 Ubiratan Spinelli. Entrevista concedida às autoras em setembro de 2003.  
 Valter Albano da Silva. Entrevista concedida às autoras em 14.05.2003.

## Fontes iconográficas

Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT).  
 Arquivo do TCE-MT.  
 Arquivos privados.

## Diário Oficial

Conclusões de Acórdãos lidos e assinados em sessões de 1955.

Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Ano 1955 – outubro a dezembro de 1955.  
Diário da Assembléia Legislativa – setembro a dezembro de 1953.  
Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Ano LXXIX. Cuiabá, 24 de setembro de 1969.  
Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 05.07.1985.  
Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 11.12.1953.

## Instituto Memória do Poder Legislativo

Memória – Legislaturas anteriores -1ª Legislatura à 14ª Legislatura - 1947 a 2002.  
Memória – História do Legislativo.  
Memória – Apontamentos históricos Curriculum Vitae.  
Memória – Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul

## Bibliografia

- AGUIRRE, Maristella Barros Freitas. *Auditoria governamental operacional em projeto público ambiental no Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, 2002. Monografia (Especialização) – Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis, Universidade Federal de Mato Grosso.
- ALENCAR, Adauto Dias. *Roteiro genealógico de Mato Grosso*. Cuiabá: Alencar, A., 1999. (Volumes I, II e IV)
- AMORIM, Lázaro Cunha. *Avaliação dos resultados de modernização do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, UFMT, 2000. Monografia (Especialização).
- ARAÚJO, Dilton Oliveira; SOARES, Geraldo Ramos. *Caminhos de contas. A história do Tribunal de Contas do Estado da Bahia*. Salvador : Centro Administrativo da Bahia, 2002.
- ARRUDA, Adjair Roque de. *Uma proposta de contribuição para o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso no exercício do controle dos programas governamentais*. Cuiabá, 2001. Monografia (Especialização em Análise e Auditoria Contábil) – Faculdades Integradas Cândido Rondon.
- BARRETO, Neila Maria Souza. *Proseando com Linício, resgate de história*. *Jornal A Gazeta* 2003.
- \_\_\_\_\_. *Doutor Paraná: Mato Grosso perde um homem e a história ganha uma memória*. *Jornal A Gazeta*, 2004.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade – Lembrança de velhos*. São Paulo : Companhia das Letras, 1998.
- CARDOZO, Celso Corrêa. *Se faltar, Santana inteira*. Cuiabá : Buriti, 2001.
- DEBES, Célio. *Tribunal de Contas : uma instituição*. Edição comemorativa do centenário da criação do Tribunal de Contas no Brasil. São Paulo, 1990.
- FEITOSA, Nilson. *Mato Grosso. 139 Municípios e seus Governantes. 2001 a 2004*. Campo Grande: Narçay e Silva, 2003.
- FERRAZ, Teresino Alves. *Palestra. Abertura da Semana do Contabilista da UFMT*. Cuiabá, 1985.
- FREITAS, José Ferreira de. *Ao Padre Ernesto, com gratidão*. Cuiabá : [s.ed.], 2002.
- \_\_\_\_\_. *Do nada ao muito. A odisséia da instrução nos confins de Mato Grosso*. Cuiabá : [s.ed.], 2001.
- \_\_\_\_\_. *Estrela que tardava ainda...*. Cuiabá : [s.ed.], 2001.
- GIACOMONI, James. *Atlas*. 2.ed. São Paulo. [s.ed.]
- GOMES, Adhemar Martins Bento. *A trajetória dos Tribunais de Contas. Estudos sobre a evolução do controle externo da administração pública*. Salvador : Tribunal de Contas do Estado da Bahia, 2002.
- MARTINS, Demóstenes. *Marechal Rondon*. Cuiabá: Art & Traço, 1980.

- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo : Loyola, 1998.
- MENDONÇA, Estevão de. *Datas mato-grossenses*. VII, 2.ed. Cuiabá : Casa Civil, 1973.
- MENDONÇA, Rubens de. *Evolução histórica de Mato Grosso*. Cuiabá : (s.ed.), (s.d.).
- \_\_\_\_\_. *História do Poder Legislativo de Mato Grosso*. vI. (s.loc.) : (s.ed.), (s.d.).
- MONTEIRO, Ubaldo. *Várzea Grande : 50 anos de emancipação política*. Cartilha histórica 1948-1998.
- \_\_\_\_\_. *Várzea Grande : passado e presente – Confrontos. 1867-1987*.
- NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Relatos políticos – Resgate da memória política de Mato Grosso*. Rio de Janeiro : Mariela, 2001.
- PERARO, Maria Adenir. As fontes paroquiais: uma experiência de pesquisa. *Revista Territórios e Fronteiras*, Programa de Pós-graduação em Mestrado em História, Cuiabá, UFMT, vI, n.I, jul./dez. 2000. p. 11-24.
- PACINI, Mário. Aspectos históricos do desenvolvimento e aperfeiçoamento do controle externo das finanças públicas. *Revista do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro*, ano 7, n.12, nov. 1981.
- PESSOA, Loide Santana. *A necessidade de implantação de sistemas de controle interno nas prefeituras*. Cuiabá, 2001. Monografia (Especialização em Auditoria das Entidades Governamentais) Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis, Universidade Federal de Mato Grosso.
- PÓVOAS, Lenine de Campos. *História geral de Mato Grosso*. v.I. Cuiabá : (s.ed.), 1995.
- \_\_\_\_\_. *História Geral de Mato Grosso*. v.II. Cuiabá:(s.ed.), 1996.
- \_\_\_\_\_. *Nilo Povoas, um mestre*. Rio de Janeiro : (s.ed.), 1997.
- SÁ, Cássio Veiga de. *Memórias de um cuiabano honorário – 1939-1945*. Cuiabá: UFMT, 2003.
- SILVA, Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo : Malheiros, 1998.
- SILVA, Valter Albano da. *Arlinda Gomes : a coragem de trilhar novos caminhos*. Cuiabá : Entrelinhas, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Do caos ao equilíbrio fiscal : uma difícil travessia*. Cuiabá : Entrelinhas, 2001.
- SIQUEIRA, Maria Luíza Marques. O papel dos Tribunais de Contas e os procedimentos de auditoria externa nos Municípios. *Revista do TCE-MT*, Cuiabá, ago. 1989.
- SOARES, Geraldo Gomes *et al.* *Caminhos de contas. A história de contas do Estado da Bahia*. Salvador : Tribunal de Contas do Estado da Bahia, 2002.
- VIANA, Arizio de. *Orçamento brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro : Financeiras, 1950.
- VUOLO, Cassyra L. Corrêa Barros. *A reforma administrativa do Estado e seus reflexos na gestão pública brasileira*. Cuiabá, 2003. Monografia – Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis, Universidade Federal de Mato Grosso.

De 1953 até o presente, integraram e integram o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso os fundadores Juízes: Rosário Congro, Benedicto Vaz de Figueiredo, Clóvis Corrêa Cardozo, Lenine de Campos Póvoas, Luiz Felipe Sabóia Ribeiro; os Ministros Clóvis Hugueney e Frederico Vaz de Figueiredo e, outros 29 membros, que substituíram conselheiros aposentados ou falecidos.

Ocuparam e ocupam a cadeira do Juiz fundador de honra da Instituição Rosário Congro: João Moreira de Barros, Hélio Jacob, Djalma Metello Duarte Caldas e Valter Albano da Silva.

Do Presidente da primeira Mesa Diretora – Juiz Benedicto Vaz de Figueiredo: João Arinos, Manoel de Oliveira Lima, José Salvador de Arruda Santos, Djalma Carneiro da Rocha e José Carlos Novelli.

Do Juiz Clóvis Corrêa Cardozo: Benjamim Duarte Monteiro, Teresino Alves Ferraz e Antônio Joaquim Rodrigues Moraes Filho.

Do Juiz Luiz Felipe Sabóia Ribeiro: Licínio Monteiro da Silva, Luiz Marques Ambrósio, Alexandrino Marques, Ênio Carlos de Souza Vieira e Ary Leite de Campos. Do Juiz Lenine de Campos Póvoas: Valdir dos Santos Pereira, Rachid J. Mamed, Marcílio de Oliveira Lima, Nelson Ramos de Almeida e Ubiratan Francisco Vilela Tom Spinelli.

Na cadeira do Ministro Clóvis Hugueney: Manoel José de Arruda, Aecim Tocantins, José Ferreira de Freitas, Oscar da Costa Ribeiro e Júlio José de Campos.

Pela cadeira do Ministro Frederico Vaz de Figueiredo: Afro Stefanine e Gonçalo Pedroso Branco de Barros.

## Primeiro Regimento – Ano de 1953

271

### Capítulo I Das Constituições do Tribunal

Artigo 1º - O Tribunal de Contas, instituído pela Lei Constitucional n.º 2, de 31 de Outubro de 1953, com sede na Capital, e jurisdição em todo o Estado, compõe-se de cinco Ministros nomeados na forma prevista no art. 24 e seus parágrafos 1º, 2º, e 3º da Constituição Estadual.

### Capítulo II Das Incompatibilidades

Art. 2º - É vedado aos Ministros do Tribunal:

I – Exercer:

a) Mesmo que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo o magistério secundário ou superior, funções eletivas, de secretário de Estado, cargos, digão cargos ou funções a cujos titulares sejam conferidas atribuições ou honras correspondentes às de Secretário de Estado;

b) Comissão remunerada;

c) A gerência ou a direção de sociedade comercial.

II – Celebrar contratos com pessoa jurídica de direito público, entidade autárquica, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer as normas uniformes.

Parágrafo único – O exercício de função pública não compreendida na proibição deste artigo, e que exigir o afastamento do Ministro, verificar-se-á, para todos os efeitos, após comunicação ao Tribunal.

### Capítulo III Da Eleição e Posse da Mesa Diretora do Tribunal

Art. 3º - Um dos Ministros exercerá o cargo de Presidente e outro o de Vice-Presidente, para os quais serão eleitos pelo prazo de um ano vedadas as reeleições.

Art. 4º - A eleição de que trata o artigo antecedente será realizada, em escrutínio secreto, na primeira sessão ordinária anual em que estiverem presentes pelo menos tres Ministros.

Parágrafo 1º - Na hipótese de nenhum Ministro obter maioria absoluta de votos, no primeiro escrutínio, nas eleições para os cargos referidos no art. 2º, proceder-se-á a um novo escrutínio.

Parágrafo 2º - Considerar-se-á eleito, em segundo escrutínio, o que tiver maioria relativa dos votos presentes.

Parágrafo 3º - Em caso de empate no 1º escrutínio, proceder-se-á a um novo escrutínio; persistindo no segundo escrutínio o empate, considerar-se-á eleito o mais antigo, e, em caso de igual antigüidade, o mais idoso.

Parágrafo 4º - As votações para Presidente e Vice-Presidente serão feitas em cédulas separadas.

Parágrafo 5º - Compete ao Presidente designar dois escrutinadores para procederem à apuração das votações.

Art. 5º - Os Ministros ausentes em férias, licenças, comissão, ou por justificado motivo de saúde, poderão votar nas eleições de que trata o presente capítulo, enviando o seu voto em sobrecarta opaca, autenticada com a sua rubrica e encerrando-a em outra, que será endereçada, com ofício, ao Presidente do Tribunal.

Parágrafo 1º - Na hipótese dêste artigo, a cada cargo a ser preenchido e a cada escrutínio corresponderá uma sobrecarta, que mencionará, na parte externa, o cargo a que se destina.

Parágrafo 2º - Os votos, com as formalidades dêste artigo e do parágrafo antecedente, serão apurados desde que recebidos até o início da sessão, devendo o Presidente, no momento da votação, abrir as sobrecartas, e, sem quebrar o sigilo do voto, delas retirar as respectivas cédulas, misturando-as com as dos demais Ministros presentes.

Parágrafo 3º - Os Ministros ausentes por se encontrarem em gozo de férias ou licenças, no exercício de comissão-não remunerada, ou por justificado motivo de saúde, poderão ser votados para qualquer cargo do Tribunal.

Art. 6º - Em caso de vagas dos cargos de Presidente ou de Vice-Presidente, procede-se-á à eleição para complemento do tempo, salvo se a vaga se der nos dois últimos meses do mandato.

Parágrafo 1º - A eleição de que trata o presente artigo será realizada na primeira sessão ordinária após a verificação da vaga, em que houver número, observadas as disposições dêste Regimento.

Art. 7º - A posse dos eleitos para a Presidência e Vice-Presidência será efetuada na primeira sessão ordinária após as eleições.

Art. 8º - No ato da posse cada Ministro se obrigará, por compromisso, a bem cumprir os deveres do cargo para o qual foi eleito.

Parágrafo 1º - O compromisso será prestado perante o Tribunal, se se tratar do Presidente, e perante o Presidente, se o compromisso fôr do Vice-Presidente.

Parágrafo 2º - Do compromisso lavrará o Secretário, em livro especial, um termo, que será assinado pelo Presidente e por quem o prestar.

## **Capítulo IV**

### **Da Competência e Atribuições do Tribunal**

Art. 9º - Ao Tribunal de Contas competem os poderes que lhe são atribuídos pelos artigos 24, 25, e 26, e seus parágrafos, da Constituição Estadual, e pela Lei nº 5, de 14 de Agosto de 1947.

## **Capítulo V**

### **Das Atribuições do Presidente**

Art. 10 - Compete ao Presidente do Tribunal:

- a) Presidir as sessões e dirigir os trabalhos do Tribunal;
- b) Superintender todos os serviços administrativos do Tribunal e autenticar seus livros e papéis;
- c) Representar o Tribunal nos atos oficiais e nos entendimentos com os demais órgãos da administração pública;
- d) Deferir compromisso e posse ao Secretário e demais funcionários da secretaria;
- e) Convocar sessões extraordinárias, sempre que a regularidade do serviço o exigir, ou a requerimento de pelo menos dois Ministros;
- f) Votar nas eleições para preenchimento dos cargos da Mesa Diretora e nos casos de empate;
- g) Fazer executar as decisões e resoluções do Tribunal;



- h) Conceder licença, até um ano, aos funcionários da secretaria, na forma da lei;
- i) Distribuir aos funcionários da casa, conforme as necessidades do serviço, outros encargos além dos que expressamente lhes são atribuídos pelo Regulamento da Secretaria;
- j) Impôr penas disciplinares aos funcionários da Secretaria;
- k) Organizar, com os dados fornecidos pelo secretário o Relatório dos trabalhos do Tribunal, que deverá ser apresentado, anualmente, ao Governador do Estado;
- l) Prestar as informações que lhe forem solicitadas pelo Governador, pela Assembléia Legislativa, pelo Tribunal de Justiça e pelos Secretários de Estado;
- m) Prestar aos membros do Tribunal todos os esclarecimentos que se fizerem necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos;
- n) Nomear Procurador ad hoc para substituir o Procurador Geral, nos casos previstos no parágrafo único do art. 13 deste Regimento;
- o) Assinar os atos de nomeação, exoneração, promoção, aposentadoria e outros relativos aos funcionários da Secretaria do Tribunal;
- p) Assinar as resoluções de licenças dos Ministros, concedidas pelo Tribunal.

## **Capítulo VI**

### **Das Atribuições do Vice-Presidente**

Art.11 – Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos.

Art.12 – Nos impedimentos do Vice-Presidente será êste substituído pelo Ministro mais antigo, e, em caso de igual antigüidade, pelo mais idoso.

## **Capítulo VII**

### **Do Procurador Geral, suas atribuições e substituição**

Art.13 – Haverá, junto ao Tribunal, representando o Ministério Público, um Procurador Geral, nomeado pelo Governador do Estado, em caráter efetivo.

Parágrafo único – nos casos de falta, impedimento, suspensão ou férias regulamentares do Procurador Geral, o Presidente nomeará, para exercer essas funções, em Procurador em Ad hoc, dentre bacharéis em direito.

Art.14 – Além das atribuições constantes do parágrafo 2º, do art. 4º, da Lei 685, de 11 de Dezembro de 1953, compete, ainda, ao Procurador Geral:

- a) Comparecer às sessões do Tribunal, discutir as questões e assinar as atas e decisões, com a declaração de ter sido presente;
- b) Expôr, em relatório anual, que será anexo ao do Tribunal, o andamento dos serviços a seu cargo.

Art.15º - É vedado ao Procurador Geral intervir no julgamento de interesse próprio, ou no de parente até o segundo grau, inclusive, pendente de decisão do Tribunal.

## **Capítulo VIII**

### **Das sessões e da ordem dos trabalhos nas sessões**

Art.16º - O Tribunal somente poderá reunir-se e deliberar com a presença de 3 Ministros, pelo menos, inclusive o que presidir a sessão, e do Procurador Geral.

Art.17º - O Tribunal reunir-se-á, em sessões ordinárias, – às terças e sextas feiras, às 15 horas, em sua sede, e, extraordinariamente, nos termos da alínea e do artigo 10, deste Regimento.

Parágrafo único – Se o dia determinado para a realização da sessão ordinária recair em feriado ou dia santificado, será a sessão realizada no dia seguinte, à hora regimental.

Art.18º - As sessões ordinárias terão início à hora regimental e serão encerradas depois de exgotada a votação das matérias em pauta, ou por determinação do Presidente.

Art.19º - À hora do início das sessões, não se achando presente o Presidente, o Vice-Presidente assumirá a Presidência, abrindo a sessão.

Parágrafo Único – Não se achando presentes o Presidente, nem o Vice-Presidente, o Ministro mais antigo, e, em

caso de igual antigüidade, o mais idoso, abrirá a sessão, assumindo a direção dos trabalhos.

Art. 20º - O Presidente tem assento no tópo da mesa do Tribunal, ficando, na primeira cadeira da coluna à sua direita, o Ministro mais antigo do Tribunal, e na primeira cadeira da coluna à esquerda, o Ministro imediato àquele, na ordem decrescente de antigüidade, seguindo-se os Ministros, à direita e à esquerda, sempre pela ordem decrescente de antigüidade.

Parágrafo 1º - Em caso de igual antigüidade, observar-se-á o critério da idade decrescente.

Parágrafo 2º - O Procurador Geral terá assento à direita do Presidente.

Art. 21 - As sessões e votação serão públicas, salvo quando se tratar de assunto que, a juízo do Tribunal, seja considerado de natureza reservada.

Parágrafo 1º - Nas sessões secretas só permanecerão no recinto os Ministros e o Procurador Geral.

Parágrafo 2º - Os processos que tiverem a nota de "Reservado", serão diretamente encaminhados ao Tribunal, por intermédio do Presidente, constando, apenas, do protocolo, as indicações da sobrecarta.

Parágrafo 3º - As resoluções tomadas pelo Tribunal sobre os processos dessa natureza constarão de ata especial que será guardada, em sigilo, pelo Presidente;

Parágrafo 4º - Das mesmas resoluções será dada ciência à autoridade oficiante, em correspondência com a nota de "Reservado".

Art. 22º - À hora designada, estando em seus lugares os membros do Tribunal, o Presidente declarará aberta a sessão.

Parágrafo único - Observar-se-á, nos trabalhos, a seguinte ordem:

- a) Verificação do número legal para o funcionamento;
- b) Leitura, pelo Secretário, da ata da sessão anterior, e sua discussão e votação;
- c) Leitura, pelo Secretário, do expediente;
- d) Distribuição dos processos aos relatores, mediante sorteio;
- e) Decisões administrativas;
- f) Leitura e publicação de acórdãos;
- g) Julgamentos;
- h) Palavra livre aos Ministros para solicitação de providências, proposta de deliberações ou explicações pessoais.

Art. 23º - À hora do início da sessão, não havendo número legal para funcionamento, ou não se achando presente o Procurador Geral, haverá uma tolerância de 15 (quinze) minutos.

Parágrafo único - Se escoado o prazo de tolerância, ainda não houver número legal, o Secretário lavrará no próprio livro de atas, um termo da ocorrência, que será assinada por todos os presentes.

## Capítulo IX Dos Julgamentos

Art. 24º - Anunciado o julgamento, e feita a exposição do processo pelo relator, o Presidente dará a palavra ao Procurador Geral que opinará sobre a matéria, podendo usar da palavra apenas uma vez.

Parágrafo único - A exposição do Relator e a manifestação do Procurador Geral, nas sessões de julgamento, serão orais, devendo lê-las, se as tiverem trazido por escrito.

Art. 25º - A seguir o Presidente declarará aberta a discussão, durante a qual poderá o Tribunal adiar a decisão do processo para a sessão seguinte, se algum dos seus membros o requerer continuando, entretanto, aberta a discussão.

Parágrafo único - Cada Ministro poderá usar da palavra duas vezes, sobre o mesmo processo.

Art. 26º - Não havendo requerimento de adiamento da decisão do processo ou não havendo quem faça uso da palavra durante a discussão, ou, encerrada esta, passar-se-á à votação.

Parágrafo único - O Presidente colherá então, o voto do Relator, e em seguida das demais Ministros presentes, pela ordem de antigüidade e em caso de igual antigüidade, pela ordem decrescente das idades.

Art. 27 - Ao Ministro que não estiver habilitado a proferir imediatamente o seu voto é facultado o pedido de vista, pelo prazo de uma sessão.

Parágrafo único - O pedido de vista formulado por um Ministro, não impede que outros profiram o seu voto.

Art. 28º - Qualquer preliminar suscitada no julgamento será julgada antes do mérito, não se conhecendo dêste se a sua decisão depender de diligência requerida na preliminar.

Parágrafo 1º - Na hipótese dêste artigo, o Tribunal converterá o julgamento em diligência, ordenando a remessa

do processo à autoridade competente, para sanar as irregularidade apontadas.

Parágrafo 2º - Suscitada alguma preliminar, será ainda facultado ao Procurador Geral, pronunciar-se sobre ela.

Art.29º - Terminada a votação, o Presidente lavrará a ementa e a submeterá à aprovação dos ministros.

Parágrafo 1º - A ementa deve conter a conclusão dos julgamentos e mencionar os votos vencidos.

Parágrafo 2º - Antes de aprovada a ementa, poderá o Ministro alterar o seu voto.

Parágrafo 3º - Sendo vencido o Relator, o Presidente fará constar da ementa a designação de outro Ministro para redigir o acórdão, designação essa que deverá sempre recair naquele que primeiro proferiu o voto vencedor.

Art. 30º - Terá sempre preferência para julgamento o processo cuja decisão tenha sido adiada em sessão anterior.

Art. 31º - Por indicação de qualquer dos seus membros poderá o Tribunal suspender o julgamento e passar a funcionar em conselho, a fim de os Ministros conferenciarem entre si, examinando melhor a situação do processo, reabrindo-se posteriormente a sessão para prosseguir na votação.

Parágrafo único - A interrupção da sessão, na hipótese figurada neste artigo, não poderá exceder de trinta minutos.

## **Capítulo X**

### **Do acórdão e sua publicação**

Art.32º - O acórdão será apresentado à conferência na primeira sessão seguinte à do julgamento, ou no prazo máximo de duas sessões.

Art.33º - Os acórdãos serão assinados pelo Presidente e demais Ministros que participaram da decisão, e pelo Procurador Geral que mencionará a circunstância de ter sido presente.

Parágrafo 1º - O acórdão deverá trazer a data do julgamento, sendo as suas conclusões enviadas ao Diário Oficial do Estado, dentro de 48 horas, para a devida publicação, certificando a Secretaria do Tribunal, no processo, a data da publicação.

Parágrafo 2º - Qualquer Ministro poderá declarar as razões do seu voto, fazendo-o em seguida à sua assinatura, ou pedindo sua juntada aos autos, quando as trouxer em separado, em sessão, ou antecipadamente, se a ela não puder comparecer. É-lhe defeso porém, qualquer comentário desairoso à decisão vencedora ou a qualquer voto.

Parágrafo 3º - Se o Presidente ou qualquer dos Ministros que participaram do julgamento estiverem ausentes na sessão de conferência do acórdão, o relator mencionará os votos proferidos pelos ausentes.

Art.34º - Tanto os acórdãos como as declarações de voto poderão ser datilografados, desde que autenticadas as suas folhas pela rubrica do respectivo prolator.

Art.35º - Dentro do prazo de dez dias deverão ser registrados os acórdãos em livro especial existente na Secretaria, subscritando o Secretário o registro.

## **Capítulo XI**

### **Das decisões administrativas**

Art.36º - Quando as decisões versarem sobre matéria puramente administrativa, dispensar-se-á a lavratura de acórdão, bastando que o relator, em despacho, anote nos autos a data do julgado, com a sua conclusão, e determine o seu cumprimento.

Art.37º - As nomeações dos funcionários da Secretaria interina ou efetivamente, e as licenças dos Ministros serão feitas e concedidas mediante Relação, digo, mediante Resolução do Tribunal, assinada pelo Presidente.

Parágrafo único - As licenças aos funcionários da Secretaria e demais providências administrativas, necessárias ao bom andamento dos serviços serão objeto de Portarias assinadas pelo Presidente, de sua iniciativa ou a requerimento de qualquer Ministro, ou do Secretário, ou do Contador, ou do funcionário interessado, quando se tratar de pedido de licença, devidamente instruído.

Art.38º - As decisões administrativas do Tribunal que versarem sobre licença de Ministros e sobre nomeação e licença de funcionários da Secretaria, serão publicadas no Diário Oficial e registradas em livro especial; as demais serão publicadas em sessão e igualmente registradas.

## **Capítulo XII**

### **Das atas das sessões**

Art. 39º - As atas das sessões serão lavradas, de próprio punho, pelo Secretário, em livro especial, e resumirão

com clareza as ocorrências, devendo conter:

- a) A data (dia, mês e ano) da sessão, bem como a hora de sua abertura;
- b) O nome do Presidente, dos Ministros presentes e do Procurador Geral;
- c) Resumo do expediente;
- d) As retificações porventura havidas na ata da sessão anterior;
- e) Distribuição dos processos aos relatores;
- f) Resumo das decisões proferidas, bastando mencionar a espécie do processo, o nome do interessado e a conclusão do julgado;
- g) As demais deliberações do plenário e ocorrências havidas.

Art.40º - As atas serão lidas na sessão imediata, e assinadas, após a sua aprovação pelo Presidente, Ministros presentes e pelo Procurador Geral.

### **Capítulo XIII**

#### **Do processo no Tribunal**

Art. 41º - Os processos, verificada a sua entrada no Tribunal, serão imediatamente protocolados, e apresentados pelo Secretário no expediente da primeira sessão ordinária, para distribuição.

Parágrafo 1º - Feita a distribuição, mediante sorteio, os autos serão conclusos ao Relator sorteado, o qual solicitará, se julgar necessário, o parecer da Contadoria, que deverá ser prestado no prazo improrrogável de 3 (três) dias.

Parágrafo 2º - De posse do parecer da Contadoria, ou na hipótese de julgá-lo dispensável, o Relator abrirá vista do processo ao Procurador Geral, devendo este dentro do prazo de 5 (cinco) dias, opinar sobre a matéria por escrito, podendo, todavia, protestar pelo parecer oral na sessão de julgamento.

Art.42º - Esgotado o prazo a que se refere o parágrafo 2º do artigo anterior, com ou sem o parecer do Procurador Geral serão os autos conclusos ao Relator, que terá o prazo de 5 (cinco) dias para examinar o processo.

Parágrafo único - Esgotado o prazo de que trata o presente artigo, devolverá o Relator os autos à Secretaria, que os fará conclusos ao Presidente, para organização da pauta de julgamento do Tribunal.

Art.43º - Para os despachos de expediente os Ministros, inclusive o Presidente terão o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Art.44º - Serão novamente distribuídos os processos cujo Relator tenha se afastado do exercício em virtude de férias ou licença.

### **Capítulo XIV**

#### **Das suspeições**

Art. 45º - Somente por motivo de suspeição poderá o Ministro escusar-se de funcionar nos processos da competência do Tribunal.

Parágrafo 1º - São motivos de suspeição:

- a) Ter o Ministro parente seu, consanguíneo ou afim até o segundo grau, inclusive, interessado no processo;
- b) Ser o Ministro amigo íntimo ou inimigo capital do interessado no processo;

Parágrafo 2º - Dá-se a inimizade capital:

- a) Se houver, ou tiver havido causa crime entre o interessado, seu cônjuge, ou qualquer parente até o segundo grau, em linha reta, ou afim, e o Ministro, sua mulher, ou parente deste, no mesmo grau;
- b) Se houver ou tiver havido, nos cinco anos precedentes, demanda civil, comercial ou administrativa, entre o interessado ou seu cônjuge, e o Ministro ou sua mulher;
- c) Se o Ministro, em ato público, ou pela imprensa, houver manifestado animosidade para com o interessado.

Art.46º - Poderá ainda o Ministro afirmar a sua suspeição por motivo íntimo, quando este for tal, que o impeça de proceder com serenidade e justiça.

Parágrafo único - Ao Procurador Geral aplicam-se os preceitos dos artigos anteriores.

Art.47º - Se o relator declarar-se suspeito para funcionar no processo, será este novamente distribuído entre os demais Ministros, observados as mesmas formalidades.

Art.48º - Se não for o relator, o Ministro que houve de dar-se por suspeito fa-lo-á na sessão de julgamento,

verbalmente, registrando-se na ata a declaração.

Art.49º - Será lícito à parte interessada no processo argüir por escrito, em petição dirigida ao Presidente do Tribunal, a suspensão de determinado Ministro, baseada nos dispositivos do art.45 e seu parágrafos.

Parágrafo único - A arguição da suspeição nos termos deste artigo poderá ser levantada 48 (quarenta e oito) horas após o sorteio do Relator, se a este disser respeito, e até ao início da sessão do julgamento, nos demais casos.

Art.50º - Argüida a suspeição de qualquer Ministro, o Presidente trará a petição que dela tratar, ao conhecimento do plenário, convidando o Ministro argüido de suspeito para se pronunciar a respeito do assunto.

Parágrafo único - Ouvido o Ministro interessado, deverá o Tribunal, decidir se há ou não a suspeição argüida.

## Capítulo XV Do registro

Art.51º - O registro consiste na inscrição do ato em livro próprio, com a especificação de sua natureza, autoridade que o expediu ou subscreveu, sua importância, crédito a que deve ser imputado ou em que precise ser classificado datas da decisão e da inscrição.

Art.52º - O registro é simples ou sob reservas, prévia ou a posteriori.

Parágrafo 1º - O registro é simples, quando a inscrição é feita sem que haja sido objeto de impugnação, a legalidade do ato a registrar; é realizada sob reserva, quando, depois de recusada pelo Tribunal a inscrição do ato, por motivos outros que não sejam a falta de saldo no crédito, ou a imputação a crédito impróprio, o Governador do Estado ordenar por despacho, que seja ele executado.

Parágrafo 2º - O registro é prévio quando se realiza antes da execução do ato proposto ao exame do Tribunal; é a posteriori se se efetua depois de consumado o ato.

Art.53º - Quando a lei não determinar a forma de registro, este será prévio.

Art.54º - São sujeitos ao registro a posteriori as despesas de;

- a) Salário e salário-família do pessoal extranumerário, diarista e tarefeiro;
- b) Gratificação de representação;
- c) Ajuda de custo;
- d) Diárias;
- e) Substituições;
- f) Recepções, excursões, hospedagens e homenagens;
- g) Aposentadoria do pessoal extranumerário, na parte referente a dotação orçamentária;
- h) Gratificação por exercício em zonas ou locais insalubres e por trabalho com riscos de vida ou de saúde;
- i) Auxílio para funeral;
- j) Auxílio para fardamento;
- k) Comissão e despesas fora do Estado.

## Capítulo XVI Do Ministro Semanário

Art. 55º - haverá um Ministro semanário, cuja designação e atribuição serão estabelecidas em Resolução especial do Tribunal.

## Capítulo XVII Dos Recursos

Art.56º - Das decisões proferidas pelo Tribunal em matéria de tomadas de contas pelos Ministros semanários, serão admissíveis os seguintes recursos:

- I. Agravo;
- II. Embargos;
- III. Revisão;

Art.57º - Admitir-se-á o agravo:

- I. Contra despacho interlocutório do Ministro em processo que lhe tenha sido distribuído, como Relator ou

Semanário;

II. Contra despacho ordinatório do Presidente, em processo que não seja de caráter administrativo interno.

Parágrafo 1º - Interposto o agravo, em petição articulada e deduzida, poderá o Ministro, dentro de 3 (tres) dias, reformar o despacho ou sentença; se não o fizer, será o recurso, em seguida, submetido à apreciação do plenário.

Parágrafo 2º - Reformado em sessão o despacho agravado, passará, o plenário, desde logo, ao julgamento da questão principal.

Art.58º - O agravo terá por fundamentos:

I. Ilegalidade ou imperfeita aplicação de lei;

II. Errônea ou imperfeita apreciação da prova dos autos;

III. Contradição com a jurisprudência do Tribunal;

IV. Inoportunidade da providência determinada pelo despacho interlocutório ou ordenatório, quando a questão principal requerer, por natureza, solução urgente.

Art.59º - Os embargos, admissíveis contra decisões do plenário serão:

I. declaratórios;

II. infringentes;

Parágrafo 1º - Os embargos declaratórios terão por finalidade esclarecer qualquer ponto obscuro, omissos ou contraditórios da decisão.

Parágrafo 2º - Os embargos infringentes terão por finalidade a reforma total ou parcial da decisão.

Art.60º - Os embargos infringentes terão por fundamento:

I. Os mesmos fundamentos do agravo;

II. A prova literal de pagamento ou quitação da importância fixada como alcance.

Art.61º - Rejeitados os embargos, in limine, ou afinal, prosseguir-se-á na reforma da lei.

Parágrafo único - Acolhidos os embargos e julgados privados será reformada a decisão.

Art.62º - Das decisões definitivas do Tribunal em processos de tomadas de contas, caberá revisão.

Parágrafo 1º - A revisão terá como finalidade o reexame do processo e do julgado, reformada a decisão recorrida, terá, como efeito, a suspensão da execução da sentença.

Art.63º - a revisão terá por fundamento:

I. erro de cálculo nas contas;

II. omissão, duplicata ou erro de classificação de qualquer verba do débito ou do crédito;

III. falsidade do documento em que se tenha fundado a decisão;

IV. superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida.

Parágrafo único - A falsidade do documento será articulada no pedido e provada no processo de revisão.

Art.64º - Os recursos serão interpostos:

I. os de agravo, pela Procuradoria Fiscal do Estado, ou pelo interessado, dentro de 5 (cinco) dias, contados da devolução do processo à Secretaria, quando se tratar de despacho interlocutório ou ordenatório;

II. os de embargos, pela Procuradoria Fiscal ou pelo interessado, dentro de 5 (cinco) dias, contados da aprovação da ata da sessão, quando se tratar de decisão interlocutória e dentro de 10 (dez) dias contados da publicação no Diário Oficial quando se tratar de decisão final;

III. os de revisão pela Procuradoria Fiscal, pelo responsável, seus herdeiros, sucessores ou fiadores, dentro do prazo de 5 (cinco) anos, quando prescreve o direito dos interessados contra a fazenda pública, ou o desta contra o daqueles.

Art.65º - os recursos admissíveis neste capítulo serão apresentados em petição articulada e deduzida, quando se tratar de embargos ou revisão, ao Presidente do Tribunal; e ao Ministro Semanário, quando se tratar de agravo, o qual poderá desde logo indeferir o recurso, quando não estiver devidamente documentado, ou for manifestamente impertinente ou protelatório.

## Capítulo XVIII

### Dos vencimentos e das férias, licenças e faltas

Art.66º - Os Ministros e o Procurador Geral perceberão vencimento iguais aos que percebem os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado (parágrafos 2º do art. 24 da Constituição Estadual e 1º, do art. 4º, da Lei 685, de 11/12/1953).

Art.67º - Os Ministros e o Procurador Geral, após um ano de exercício, terão direito a 60 (sessenta) dias

consecutivos de férias por ano, não podendo gozá-las, simultaneamente, mais de dois Ministros.

Parágrafo único – O Presidente organizará uma escala anual de férias para os membros do Tribunal, ouvidos os ministros e o Procurador Geral e observadas as disposições deste artigo.

Art.68º - As licenças para os membros do Tribunal e o Procurador Geral são concedidas:

- a) Para tratamento de saúde;
- b) Por motivos de doença em pessoa da família;
- c) Para o trato de interesses particulares.

Art.69º - As licenças para o tratamento de saúde serão concedidas com vencimentos integrais, observando o seguinte:

a) Até 90 (noventa) dias de licença aos Ministros e ao Procurador Geral poderão ser concedidas mediante atestado passado por médico particular, com firma reconhecida;

b) As licenças de mais de 90 (noventa) dias serão concedidas mediante laudo passado por junta médica do Departamento de Saúde do Estado, ou por junta médica do serviço público federal ou de outro Estado, caso se encontre o Ministro em local onde não haja junta médica oficial estadual;

c) Em se tratando de doença que requeira tratamento especializado, o atestado poderá ser fornecido por especialista ou Instituto médico especializado, contendo a discriminação da doença e conclusão diagnóstica e deverá ser encaminhado ao Presidente.

Parágrafo único – O atestado médico passado por entidade pública federal ou de outro Estado, nos termos da alínea precedente, poderá ser remetido mediante registro postal.

Art.70º - Os Ministros e o Procurador Geral poderão obter licença por motivo de doença na pessoa de ascendente, cônjuge ou descendente.

Parágrafo 1º - Provar-se-á a doença mediante inspeção médica, na forma prevista nas alíneas b e c do artigo anterior

Parágrafo 2º - A licença de que trata este artigo será concedida com vencimentos integrais até um ano, e um dos terços dos vencimentos se esse prazo excedeu de um e prolongar-se até dois anos.

Art.71º - Depois de dois anos de efetivo exercício, poderão os Ministros e o Procurador Geral obter licença, sem vencimento, para tratar de interesses particulares, até um ano.

Parágrafo 1º - Só poderá ser concedida nova licença depois decorridos dois anos da terminação da anterior.

Parágrafo 2º - Os Ministros ou o Procurado Geral, em gozo da licença prevista neste artigo, dela poderão desistir, a qualquer tempo.

Art.72º - As faltas, até duas por mês, dadas pelos Ministros, poderão ser justificadas pelo Tribunal, sem prejuízo dos vencimentos.

Parágrafo único – As que excederem desse número ou as não justificadas determinarão um desconto de vencimentos correspondente a um dia de serviço, por falta verificada.

## Capítulo XIX

### Das aposentadorias

Art.73º - A aposentadoria dos membros do Tribunal e do Procurador Geral será dada:

- a) Por invalidez comprovada;
- b) Compulsoriamente, aos setenta anos de idade;
- c) Mediante requerimento do interessado, após trinta anos de serviço público, contadas na forma da lei.

Parágrafo único – A aposentadoria, em qualquer destes casos, será decretada com vencimentos integrais (Parágrafo 2º do art.24º e art.46º da Constituição Estadual – Parágrafo 1º do art.95º da Constituição Federal).

Art.74º - Para efeito da aposentadoria, computar-se-á integralmente:

- a) O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal;
- b) O tempo de exercício de mandatos eletivos, federais, estaduais ou municipais;
- c) O período de serviço ativo nas Forças Armadas, prestado durante a paz, computando-se pelo dobro o prestado em tempo de guerra;
- b) O tempo de exercício de mandatos eletivos, federais, estaduais ou municipais;
- c) O período de serviço ativo nas Forças Armadas, prestado durante a paz, computando-se pelo dobro o prestado em tempo de guerra;

- d) O tempo em que o membro do Tribunal ou o Procurador Geral esteve em disponibilidade;
- e) O tempo de serviço prestado em autarquia;
- f) O tempo de licença para tratamento da própria saúde.

Parágrafo único – É vedada a acumulação de tempo de serviço prestado concomitemente em dois ou mais cargos ou funções, da União, dos Estados ou dos Municípios e das autarquias.

## Capítulo XX

### DA reforma do Regimento

Art.75º - O Regimento poderá ser reformado, mediante proposta de qualquer Ministro ou do Procurador Geral.

Parágrafo 1º - Apresentado projeto de reforma, será designada uma comissão especial de dois Ministros para sobre ela emitir parecer.

Parágrafo 2º - O projeto de reforma, com o respectivo parecer, serão submetidas a atuais discussões e votações; na primeira será votada englobadamente, e na segunda discussão, artigo por artigo.

Parágrafo 3º - Aprovada em duas discussões, a reforma será ela publicada e incorporada ao texto do Regimento Interno.

## Capítulo XXI

### Das disposições gerais e transitórias

Art.76º - O Tribunal terá o tratamento de Egrégio e os seus juízes o de Ministros.

Art.77º - Para os casos omissos no presente Regimento, servirá de subsidiário o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e , não dispondo este sobre a matéria, caberá ao Tribunal decidir.

Art.78º - O Tribunal votará, em Resolução especial, o Regulamento da sua Secretaria, estabelecendo a sua organização, direção e ordem dos serviços, competência, atribuições, direitos e deveres dos seus funcionários.

Art.79º - Enquanto não tiverem substitutos legais, na forma que a lei determinar, os Ministros não poderão afastar-se do Tribunal para o exercício das funções públicas previstas no Capítulo II, exceto o magistério, secundário ou superior, e para o gozo de licença para o tratamento de interesses particulares.

Art.80º - O presente Regimento entrará em vigor na data de sua publicação em redação final e assinatura pelos Ministros e pelo Procurador Geral.

Retificações: I) Na primeira linha, da presente ata, onde se lê: "vinte e seis dias", leia-se: "trinta dias". II) À página 66 foram, por engano, repetidas as letras b e c do artigo 74.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, da qual, eu, Aecim Tõcantins, Secretário ad-hoc, mandei, por ordem do Senhor Presidente, que se lavrasse a presente ata que, depois de lida e aprovada será assinada.

Benedicto Vaz Figueiredo (Presidente)

Rosário Congro

Luis Felipe Sabóia Ribeiro

Clóvis Corrêa Cardoso

Lenine Póvoas

Sebastião Oliveira.